

CLEONICE APARECIDA DE MORAES

HISTÓRIAS E TRAJETÓRIAS um estudo sobre o cotidiano dos
poaieiros em Barra do Bugres (1930 –1960)

CUIABÁ – 2004
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO EM HISTÓRIA

**HISTÓRIAS E TRAJETÓRIAS: um estudo sobre o cotidiano dos
poaieiros em Barra do Bugres (1930 –1960)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a Dra. Maria Adenir Peraro

CUIABÁ - 2004

TERMO DE APROVAÇÃO

CLEONICE APARECIDA DE MORAES

**HISTÓRIAS E TRAJETÓRIAS um estudo sobre o cotidiano dos
poaieiros em Barra do Bugres (1930 –1960)**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, pela banca formada pelos professores:

Orientadora: Prof^a Dra. Maria Adenir Peraro
Departamento de História – ICHS – UFMT

Prof.^a Dra. Ruth Ribeiro de Lima
Departamento de Economia – UEM - PR

Prof. Dr. João Carlos Barrozo
Departamento de Sociologia e Ciência Política – ICHS – UFMT

Cuiabá - 2004

À Albert e Bruno

Agradecimentos

Este trabalho não teria sido realizado sem a presença constante e a participação direta de muitas pessoas que, ao longo destes dois anos, estiveram ao meu lado, neste exercício historiográfico. Dentre os próximos dos próximos, devo registrar o meu agradecimento ao companheirismo, carinho e paciência de Albert Ansbach, por compreender as minhas ausências, pelo apoio e estímulo sempre disponível nos momentos de dificuldades.

O trabalho de pesquisa seria mais penoso sem a contribuição de algumas pessoas em Barra do Bugres. Por isso, sou grata àqueles que se dispuseram a registrar seus testemunhos: Adão Taques, Beatriz Casassús, Durval Machado, Glicério Celestino, Januária da Costa, José Lúcio da Silva Rondon, Jovino Ramos e Júlio Santiago.

À professora Doutora Maria Adenir Peraro, pelo afeto sempre me lembrando que “tinha orientadora na pista”; pelas discussões teóricas, pelas várias leituras e releituras deste texto, que ora segue em forma de dissertação e pela confiança em que tudo daria certo.

Ao professor Doutor João Carlos Barrozo, pela valiosa contribuição, desde o início da pesquisa, até o exame de qualificação, pela leitura e pelos apontamentos, pelas palavras fraternas e pelas conversas agradáveis.

À professora Doutora Maria Inês Malta Castro, pelos apontamentos valiosos e contribuição no momento do exame de qualificação. E ao professor Doutor Otávio Canavarros, pelas informações e sugestões muito valiosas.

Ao Carlos Edinei de Oliveira sou muito grata pelo incentivo, indicação de bibliografias e por proporcionar o meu contato com os poaieiros.

Sou grata também a Naomi Onga pela elaboração dos mapas, a Rejane Custódios pela transcrição das fitas, e a Aquiles Lazzarotto pela cuidadosa revisão ortográfica deste trabalho.

Aos amigos do coração, Adriane Pesovento, Inês Montechi, Júlio Coelho Rejane Custódio, pelo companheirismo, amizade e pelos momentos vivenciados em Cuiabá.

E, por fim, à Fundação Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos, possibilitando, assim, minha participação em vários Congressos e Seminários e as muitas viagens no percurso Cuiabá - Barra do Bugres, ao longo dos anos de 2002 e 2003.

Resumo

Esta dissertação tem como objetivo principal analisar o cotidiano dos poaieiros em Barra do Bugres, localizado na Mata da Poaia, no Estado do Mato Grosso, no período de 1930 a 1960. Procura-se registrar as experiências, vivências e relações estabelecidas do poaieiro com a natureza, nas atividades da exploração da poaia. Procura-se, ainda, analisar as formas de sobrevivência dos trabalhadores com o fim da poaia e do trabalho de extração; fruto da aceleração da fronteira agrícola e a mobilidade destes trabalhadores fora do espaço do trabalho, formas de organizações familiares, bem como aspectos de suas manifestações culturais.

Para o desenvolvimento deste estudo, a utilização de fontes orais, escritas e fotográficas foi de suma importância.

Este trabalho está dividido em três capítulos, sendo que no primeiro fez-se uma breve contextualização sobre o território da poaia no Mato Grosso, destacando sua importância no comércio e na farmacologia. O cotidiano dos trabalhadores extrativistas, sua itinerância, no trabalho de extração e fora dele, suas formas de vida, organizações sociais, familiares e suas manifestações e práticas culturais compõem o segundo capítulo. No terceiro capítulo, analisou-se como se dava a preparação para entrada na mata da poaia: as aventuras, as idas e vindas e o mistérios ocultos que povoam as lembranças dos poaieiros.

Abstract

This dissertation has with main aim analyze the quotidian of the people who cultivate the *poaia* (*Cephaelis Ipecacuanha*) in the county of Barra do Bugres, located in Mata da Poaia, in the period since 1930 until 1960. It searches for noticing the experiences, living and established relation of the people who cultivate the *poaia* with the nature in its exploration of poaia activities. Also searches for analyzing the reel borated ways of living after the end of the *poaia* culture and the extraction job, added to the acceleration of agricultural frontier. Still analyses the movement of these workers out of the work space, the family ways of organization, as much as the culture manifestation aspects.

For the development of this study, the utilization of oral, written and photographed sources became of summa importance.

The text showed is divided in three chapters, being the first one, a short contextualization over the *poaia* land in Mato Grosso, bringing out the importance for trading and pharmacy industry. The quotidian of extrativist workers, its itinerant life style in the job of extracting and out of it, their way of life, social, family organization and cultural manifestation and practice, compound the second chapter. At the third chapter, the view focused in the analysis of the entrance of Mata da Poaia: the preparation, the adventures, the going and coming and the hidden mysteries, that lives in the mind of the people who cultivate the *poaia*.

Sumário

Apresentação	12
Introdução	20
Capítulo I – A mata da poaia	32
1.1. A poaia e a zona poeira em Mato Grosso	33
1.2. Barra do Bugres: Guardiã de um grande território	45
Capítulo II – A vida do poaieiro e as suas práticas culturais	58
2.1. A vida do poaieiro no povoado	56
2.2. E fora da mata?	71
2.3. As festas	83
Capítulo III – A entrada na mata da poaia	93
3.1. Preparação, aventuras e desventuras	94
3.2. A vida no interior da mata: as idas e vindas em busca da poaia.....	104
3.3. A mata da poaia e seus mistérios	110
Considerações Finais	116
Fontes e Referências Bibliográficas	120
Fontes	120
Referências Bibliográficas	126
Anexos	128

Índice das Imagens

MAPAS

Figura 1 – Mapa – localização da área de estudo – Barra do Bugres	11
Figura 2 - Mapa - Localização da Mata da Poaia em Mato Grosso	32

GRÁFICOS

Figura 3 - Gráfico - Regime de ocupação	70
Figura 4 – Gráfico - Divisão das terras entre proprietários	70

QUADROS

Quadro1- Número de imóveis rurais – B. Bugres – MT-2001	71
Quadro 2 – Número de registros de nascimento	82
Quadro 3 – Preços dos produtos em 1937. Cáceres - MT	97

FOTOS

Foto 01- Poaieiro com instrumento de trabalho	98
---	----

ANEXO

Foto 03 – 0 A poaia ensacada pronta para ser comercializada	129
Foto 04 – Mateiros na mata	129

Apresentação

Este estudo tem como objetivo principal analisar o cotidiano dos poaieiros em Barra do Bugres¹. Tratam-se de trabalhadores que extraíam da terra a poaia ou ipecacuanha, uma planta rasteira, cujas raízes têm alta concentração de emetina, um alcalóide utilizado na composição de medicamentos, na fabricação de remédios. Procura-se perceber as experiências, vivências e relações estabelecidas do poaieiro com a natureza nas atividades da exploração da poaia. Procura-se, ainda, analisar as formas de sobrevivência reelaboradas a partir do declínio da fase áurea da poaia e do trabalho de extração, a mobilidade destes trabalhadores fora do espaço do trabalho, as formas de organizações familiares, bem como aspectos de suas manifestações e práticas culturais.

O período em estudo, que vai de 1930 a 1960, corresponde a uma fase em que a poaia alcançou um alto preço no mercado nacional e internacional, resultando em significativa receita para o Estado de Mato Grosso e, também, na quase que completa extinção deste produto na década de 1960.

A década de 1960 corresponde também ao início do processo de comercialização das terras em locais conhecidos como a região da Mata da Poaia, com a participação de companhias colonizadoras, como a SITA (Sociedade Imobiliária Comercial Tupã para a Agricultura), que passaram a revender parte das terras onde se encontravam as matas da poaia a compradores que se dirigiram para a região de Mato Grosso, visando a sua ocupação com pastagens para a criação de gado e o cultivo de diversos produtos agrícolas.

¹ O município de Barra do Bugres está localizada na meso-região 03: sudoeste mato-grossense. Nas coordenadas 15°03'40" latitude sul e 56°11'10" longitude oeste. Situado a noroeste da Capital, Cuiabá, distanciando-se dela 155 quilômetros. Limita-se ao norte com Nova Olímpia, Tangará da Serra e Denise; a oeste com o município de Pontes e Lacerda; ao leste com Alto Paraguai e Porto Estrela, e ao sul com Rio Branco, Salto do Céu, Jauru, Araputanga, Reserva do Cabaçal e Lambari D'Oeste. O clima é tropical quente e sub-úmido, com precipitação média anual em torno de 1.800 mm, com as maiores concentrações em dezembro, fevereiro e março, e as menores em junho, julho, agosto e setembro. Os meses mais quentes vão de setembro a março e os mais frios de abril a agosto. Está a 129 metros acima do nível do mar. Fonte IBGE – 2001.

O processo de colonização realizado por Companhias Colonizadoras está vinculado à política de direcionamento de “ocupações” iniciada no governo do Presidente Getúlio Vargas. Em Mato Grosso, vários projetos de reocupação são promovidos pelo governo federal em nome do discurso da necessidade de “ocupação dos espaços vazios”, uma política iniciada com a chamada “Marcha para o Oeste”, em 1939².

O discurso da política da *Marcha para o Oeste* adquiriu o significado de levar o *progresso* ao interior e ocupar os “vazios” demográficos, tomando maiores proporções a partir da década de 1960, com a abertura da BR-364 e com a vinda do primeiro fluxo migratório para a região³.

O espaço conhecido como Mata da Poaia, no Mato Grosso, vinha sendo trilhado pelos trabalhadores extrativistas, tais como, os poaieiros, os índios e os outros, que, desde a metade do século XIX, percorriam as matas em busca das raízes. Este espaço, no entanto, passou por mudanças bruscas no decorrer dos anos em estudo, diante do desmatamento efetuado para a formação de pastagens e com as frentes de expansão da fronteira agrícola⁴ na região. Tais mudanças culminaram na expulsão dos trabalhadores extrativistas dos locais onde viviam.

Para o desenvolvimento deste estudo, a utilização de fontes orais, escritas e fotográficas foi de suma importância. Do contato com moradores de Barra do Bugres, foi feito um levantamento no sentido de se conhecer pessoas que estiveram ligadas ao extrativismo e

² LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2.ed. Campinas : Papirus, 1986.

³ Sobre a “colonização” da região, ver OLIVEIRA, Carlos Edinei. *Famílias e natureza: as relações entre famílias e ambiente na construção da colonização de Tangará da Serra-MT*. Cuiabá, 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso.

⁴ A frente de expansão é utilizada por MARTINS, José de Souza. *Fronteira – A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997. Para o autor esta é uma categoria de análise utilizada pelos antropólogos. “São designações através das quais os pesquisadores na verdade reconhecem que estão em face dos diferentes modos como os civilizados se expandem territorialmente”. Referem-se, portanto, aos modos de ser e viver no novo espaço.

ao comércio da poaia. Todos são considerados neste estudo como colaboradores⁵. Descobriu-se que boa parte da população guarda algum tipo de lembrança ou informação, conhecimentos vividos ou narrados, sobre a época em que a mata da poaia era abundante na região, sobre o efetivo extrativismo da poaia e a sua importância para a ocupação do município de Barra do Bugres.

Para realizar este trabalho, optou-se pelas entrevistas com os trabalhadores extrativistas – os poaieiros – pequenos patrões e comerciantes. Seleccionamos para as entrevistas os moradores que residem há mais de cinquenta anos no município, o que favorece a vivência de experiências sociais similares ou afins. Tal procedimento possibilitou criar no interior da comunidade mais ampla uma comunidade de destino⁶, composta pelos testemunhos de suas lembranças dos momentos vividos entre os anos de 1930 a 1960.

Os contatos iniciais para a realização das entrevistas foram realizados nas residências dos entrevistados, quase sempre com a presença dos familiares, propiciando recorrentes intervenções ao lembrarem de fatos esquecidos pelo entrevistado. Estes momentos foram marcados pela descontração do depoente, que se sentia mais à vontade para trabalhar suas memórias e reelaborar suas lembranças.

A pesquisa no município de Barra do Bugres ocorreu, numa primeira etapa, no ano de 2001, quando me preparava para a elaboração do projeto de pesquisa para o ingresso no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Mato Grosso. O interesse em fazer um estudo sobre a trajetória de vida dos trabalhadores da poaia me foi despertado ao assistir a uma película onde os depoentes narravam as suas experiências de vida

⁵ “Colaborador” é um termo importante na definição do relacionamento entre o entrevistador e o entrevistado. É sobretudo fundamental porque estabelece uma relação de compromisso entre as partes Cf. MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 4.ed. São Paulo : Loyola, 1998.).

⁶ Segundo Meihy, comunidade de destino é o motivo central que identifica a reunião de pessoas com alguma característica afim (MEIHY, 1998, p. 53).

no trabalho de extração da poaia⁷, ocasião em que fiquei fascinada pelas histórias que eles contavam, o que me permitiu vislumbrar um tema a ser pesquisado.

O contato com a película foi o estímulo para que eu marcasse um encontro com os organizadores do Projeto *História Viva*, de Barra do Bugres, onde conheci alguns trabalhadores poaieiros que se apresentaram dispostos a “colaborar” dando o seu depoimento. No critério de seleção, como já observado, optamos por escolher os mais antigos de profissão: sete homens e três mulheres que centraram a maior parte das suas lembranças e narrativas nas suas histórias de vida e nas trajetórias vivenciadas. Este processo de produção documental exigiu uma série de procedimentos que tratam dos aspectos metodológicos e técnicos utilizadas na pesquisa da fonte oral. Para tanto, a leitura do texto de José Carlos Sebe Bom Meihy⁸, dentre outros, proporcionou um suporte teórico-metodológico para o desenvolvimento da pesquisa.

Na transcrição dos depoimentos, optou-se por manter a narrativa do depoente, adequando às normas padrão da língua portuguesa alguns fragmentos que possibilitem ao leitor um melhor entendimento.

Colaborando com a História oral, outras fontes serão utilizadas, a saber: documentos escritos do NDIHR/UFMT (periódicos da imprensa local com circulação no Mato Grosso e demais estados brasileiros, como *Revista Brasil Oeste*, *A Cruz*, *Diário Oficial*, Relatórios e Mensagens de Governadores, Projetos de leis e licitações. Também foram consultadas obras de referência, a exemplo de *Exploração do Norte do Mato Grosso: região do Alto Paraguai e Planalto dos Parecis*, de Nicolao Badariotti⁹, e *Rondônia*,

⁷ A filmagem foi elaborada pelos professores da rede estadual, através do projeto *História Viva*, em que se busca “resgatar” a história do município. O projeto contou com o apoio do órgão municipal local, na criação da lei 9.521/2000, onde se instituiu o dia do poaieiro, a ser comemorado do mês de maio.

⁸ MEIHY, 1998.

⁹ BADDARIOTTI, Nicolao. *Exploração no norte do Mato Grosso: Região do Alto Paraguai e Planalto dos Parecis*. Apontamentos de História Natural, Etnografia, Geographia e impressões. Cuiabá: Biblioteca Katukulosu - Missão Anchieta, 1898.

de Edgar Roquette Pinto¹⁰, por apresentarem uma minuciosa descrição da região em estudo. As pesquisas nos registros cartoriais também responderam ou produziram novos questionamentos na construção do objeto de pesquisa. Para conhecer as relações familiares estabelecidas e os deslocamentos dos trabalhadores na região de Barra do Bugres no período em estudo, fez-se necessário o cruzamento de fontes orais com as escritas.

A centralidade das fontes orais se evidencia neste estudo pelo fato de que a fonte oral abre alternativas de captar o vivido no interior de uma cultura predominantemente condicionada pela oralidade. Em se tratando dos poaieiros, que em sua totalidade são homens e mulheres pobres, muitos dos quais analfabetos, sua cultura tem na tradição da oralidade a principal fonte de informação. Numa sociedade em que a escrita não é predominante, tornou-se, neste trabalho, de fundamental importância buscar os vestígios deixados pelos poaieiros ao longo da suas trajetórias de vida.

Tais fontes possibilitam, ainda, analisar aspectos específicos da cultura local, a organização das famílias, e a participação das mulheres na chefia de famílias, por viverem a sós com os filhos a maior parte do tempo.

Na primeira parte deste estudo, denominada A MATA DA POAIA, procurou-se efetuar um estudo a respeito da abrangência do território ocupado pela mata da poaia e a importância do extrativismo e comércio desta raiz para o comércio exportador do Estado e na própria constituição do povoado de Barra do Bugres. Abordou-se as formas de comércio de importação e exportação realizadas com a poaia e a sua utilização na fabricação de remédios. Ainda neste capítulo, na parte denominada de *Barra do Bugres: guardião de um grande território*, fez-se uma breve contextualização histórica sobre o Município de Barra do Bugres e a sua ocupação com os extrativistas da poaia, a partir de 1878. Destacou-se ainda a

¹⁰ ROQUETE PINTO, Edgar. *Rondônia*. 3.ed. São Paulo : Nacional / Brasília : INL, 1934.

importância do saber indígena na utilização e exploração da planta, e informações sobre a sua importância na farmacologia, como produto de exportação na economia do Mato Grosso.

Em A VIDA DO POAIEIRO E AS PRÁTICAS CULTURAIS EM BARRA DO BUGRES, segundo capítulo, é analisada a mobilidade destes trabalhadores fora do espaço de trabalho, às formas de organização comunitária e familiares no tocante às uniões consensuais, presentes na comunidade. Buscou-se perceber a visão da população sobre o uso dos recursos naturais no seu cotidiano, na alimentação, com a caça e a pesca, a coleta de frutos e na cura de doenças. Foram analisadas as formas de sobrevivência após declínio da poaia e com a derrubada das matas para a exploração mecanizada e os impactos sociais daí decorrentes. Procurou-se analisar como a população tradicional da região, que em sua maioria era de trabalhadores extrativistas-poaieiros, se insere, ou não, nos projetos de ocupação promovidos por companhias privadas e que a partir da década de 1960, começam a atuar na região, revendendo as terras, sobretudo as áreas de matas de poaia¹¹.

Ainda neste capítulo, buscou-se analisar as práticas culturais da população de Barra do Bugres, como as festas em comunidades e em igrejas, cujas manifestações acontecem ainda hoje.

O terceiro capítulo, intitulado A ENTRADA NA MATA DA POAIA, caminhou no sentido de perceber a preparação dos trabalhadores antes da entrada na mata, que consistia em preparar o “fornecimento”, e a relação que se estabelecia entre o poaieiro e o patrão no trabalho de extração. Procurou-se, também, analisar os seus meios de vida, as experiências e vivências estabelecidas no contato com a natureza e na exploração da poaia, observando-se a mata enquanto espaço de sobrevivência do poaieiro. A análise pauta-se em observar o tempo

¹¹ A partir da década de 1960, as terras onde anteriormente existia a mata da poaia, sobretudo a mata próxima de Barra do Bugres (onde se localizam atualmente Nova Olímpia e Tangará da Serra), foram sendo revendidas pela companhia colonizadora SITA e ocupadas por migrantes sulistas, principalmente de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que vieram para a região com o objetivo de cultivar a terra (ver OLIVEIRA, 2001).

de duração da extração da poaia, a permanência dos trabalhadores na mata, a convivência com os perigos e as doenças. Abordam-se ainda as maneiras de organização dos trabalhadores: as comitivas e grupos menores, e, também na escolha dos locais para o acampamento dentro da mata. Abordou-se a vida cotidiana dentro da Mata da Poaia: os recursos encontrados, as formas utilizadas de orientação, como se dava a construção do rancho, a divisão de tarefas na preparação do alimento, o retorno do trabalhador e, por fim, o acerto de contas com o patrão. Esse capítulo registrou, ainda, as lendas narradas pelos moradores, destacando as figuras que fazem parte do imaginário da população.

Ao considerarmos que a mata da poaia é constitutiva dos fragmentos de memória desses trabalhadores, os extrativistas poaieiros, pelo fato de terem suas vidas indelevelmente relacionadas com esse universo; por passarem a maior parte de suas vidas dentro dela em busca dos “fogões de poaia”¹², faz-se com este trabalho, uma tentativa de recuperar aspectos das experiências que ficaram guardadas em suas memórias e que poderiam se perder com o tempo. Busquemos, pois, *ouvir* o que eles têm a dizer.

¹² Era chamado “ fogões de poaia” um grande número de pés de poaia juntos.

Introdução

A memória e as histórias dos extrativistas - poaieiros e de pessoas que residiram, e que ainda residem na região de Barra do Bugres¹³ se apresentam como base fundamental para a escrita deste trabalho. Elas foram “edificadas” no cruzamento com as lembranças narradas numa perspectiva de construção historiográfica, que tem no seio do debate sobre o uso da fonte oral na escrita da história.

O uso da fonte oral vem sendo bastante discutido, principalmente com a renovação dos debates acadêmicos, suscitando sempre novas discussões. É importante salientar que os debates a respeito da história oral vem ganhando espaço no Brasil e, cada vez mais é utilizada, tanto nos meios acadêmicos como entre grupos e comunidades interessados em recuperar e construir sua própria memória¹⁴.

Este estudo ao propor fazer uso de fontes orais, como relatos, narrativas e histórias de vida de trabalhadores da poaia e moradores de Barra do Bugres, não deixa de conforme já exposto, de utilizar-se de fontes impressas. Assim, a seleção das experiências de vida é de grande significação para este estudo, uma vez que tem possibilitado um outra compreensão das experiências e do cotidiano. Propicia um novo olhar, a partir de sujeitos sociais, ausentes de registros escritos, mas cujos depoimentos permitem perceber que participaram ativamente do processo histórico regional e nacional.

A opção de trabalhar com relatos orais, na perspectiva da memória, enquanto uma outra dimensão da experiência social, leva em conta a riqueza de apreender as imagens e evocação dos sujeitos, permitindo a reconstrução marcantes de suas trajetórias de vida.

¹³ Considera-se a região de Barra do Bugres, anterior a década 1950. Posterior a esta data o território é dividido para a formação de outros municípios como: Arenápolis (Lei n.º 704, de 15 de dezembro de 1953, Tangará da Serra (13 de maio de 1970), Nova Olímpia (lei n.º 4.996 de 13 de maio de 1986).

¹⁴ Cf. FERREIRA Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

A pesquisa com os documentos orais possibilita a aquisição de uma dimensão ampla e humana, pois permite ao historiador, aproximar aspectos que são, em geral, dicotomizados: as experiências e os seus significados. Outra característica é a possibilidade de questionar as formas de abordagens que geralmente generalizam e universalizam situações particulares.

O uso da História Oral foi feita com o propósito de valorizar uma de suas especificidade, qual seja, a própria oralidade. Neste sentido, além das palavras, registradas no gravador e transcritas no papel, será valorizado a plenitude do depoimento com a qualidade de narrativa oral¹⁵. Isto implica em perceber os silêncios, as emoções, as omissões, enfim neste estudo se terá uma série de cuidados que se deve ter ao trabalhar com esta fonte.

Ao se trabalhar com a memória dos personagens, mediados pela voz, deve-se pensar na distância entre a história vivida e a memória recriada, uma vez que viver um momento histórico e tempos depois falar sobre ele, é sempre um tanto “problemático” pelas referências presentes que ancoram as reconstituições. O ‘eu’ do passado não é o mesmo ‘eu’ que se apresenta no momento da escrita¹⁶. Consciente de que a preocupação maior não é com a veracidade dos fatos, mas sim com a percepção deles, para a historiografia contemporânea, as experiências do passado, ao serem rememoradas com os referenciais do presente deixam de ser um empecilho ao apresentarem diferentes versões e passam a acrescentar importantes significados nas reflexões sobre memória.¹⁷ A própria trajetória da História Oral, enquanto método de pesquisa enfrentou e enfrenta alguns desafios. Eles podem ser a razão de algumas resistências na sua utilização como método histórico. A apropriação indevida deste método, todavia, dava-se em razão de esquemático conceito histórico, que havia “pulverizado” o pesquisador, determinando os rumos da história. Como resultado, tinha-se não a voz dos

¹⁵ PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente. In: *Projeto História*: n.º 15, São Paulo, 1997.

¹⁶ MALUF, Marina. *Ruídos da Memória*. São Paulo: Siciliano, 1995. p.31.

¹⁷ Verena Alberti diz que “não é mais fator negativo o fato do depoente poder distorcer a realidade, ter ‘falhas’ de memória ou ‘errar’ em seu relato; o que importa agora é incluir tais ocorrências em uma reflexão mais ampla, perguntando-se porque razão e em que medida sua concepção difere (ou não) das de outros depoentes. *História Oral. A experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 1990, p.3.

sujeitos, ou a emergência de novos objetos de estudos, mas sim, a continuação de uma “velha” história, que valorizava apenas os estudos das estruturas.

Além da comprometedora concepção de história que havia nos meios acadêmicos, a vigência de um regime ditatorial militar durante mais de duas décadas funcionou como um forte elemento de inibição para a abertura e consolidação de entrevistas.¹⁸

A fonte oral vem sendo bastante explorada, principalmente nos últimos dez anos no Brasil. Torna-se importante mencionar a importância da “ética” na sua utilização, já que é preciso lembrar que diversos são os meios utilizados e empregados para que uma pessoa se recorde do passado. Conforme reflexões de Alessandro Portelli, as recordações podem ser gratificantes para o entrevistador, mas também podem ser perturbadoras ou, até prejudiciais para o entrevistado. “Ao contrário do terapeuta, os historiadores orais podem não estar por perto para juntar os pedaços da memória que foi desmantelada e que já não é mais segura”¹⁹.

A advertência do autor deve ser estimuladora para os cuidados que se deve ter ao trabalhar com estas fontes. Também, não se devem radicalizar todos os problemas referentes ao uso do documento histórico em geral: memória, subjetividade do historiador, crítica documental e outros problemas.

Estando ciente das discussões que giram em torno do status atribuído à história oral, ou seja, aos aspectos metodológicos, pode-se utilizar como referência as reflexões de MEIHY, que apresenta a seguinte definição de história oral com a qual concordamos:

História oral é um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. Ela é sempre uma história do tempo presente e também reconhecida como história viva²⁰.

¹⁸ FERREIRA, 1998, p.21.

¹⁹ PORTELLI, 1997, p. 107.

²⁰ MEYHY, 1998, p. 23.

A renovação nos debates acadêmicos contribui para o fortalecimento da história oral, que cada vez mais vem ganhando espaço e, com ela, os estudos que entrelaçam história e memória. Sabemos que memória e história não significam a mesma coisa, porém são inseparáveis. Sobre o debate entre história e memória, Antônio Montenegro afirma:

Afinal, compreendemos a história como uma construção que, ao resgatar o passado (campo também da memória), aponta para formas de explicação do presente e projeta o futuro. Este operar próprio do fazer histórico na sociedade, encontraria em cada indivíduo um processo interior semelhante (passado, presente e futuro) através da memória. Diferentemente de Halbwachs, veríamos a história e a memória como, apesar de distintos, mantendo significativas intersecções²¹.

O autor discorda das reflexões do sociólogo Maurice Halbwachs, que em suas análises, apresenta diferenciações no estudo da história e da memória, sobretudo, ao dar ênfase ao caráter social da memória. Para Halbwachs:

No ato de lembrar, nos servimos de “campos de significados”- os quadros sociais - que nos servem de pontos de referência. As noções de tempo e de espaço, estruturantes dos quadros sociais da memória, são fundamentais para a rememoração do passado à medida em que as localizações espacial e temporal das lembranças são a essência da memória²².

Seguindo as reflexões de autores que diferenciam a história da memória, pode-se citar também as contribuições de Pierre Nora, para quem:

(a memória) é por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma evocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo²³.

Outras contribuições sobre os debates referentes à história e memória podem ser encontrados nos textos de Alessandro Portelli e Raphael Samuel, que colocam questões de

²¹ MONTENEGRO, 1994, p 17.

²² HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo : Vértice, 1990. op. cit. p. 40.

²³ NORA, Pierre. *Entre Memória e História*. A Problemática dos Lugares. *Projeto História*, São Paulo, n.10, 1993, p. 23.

fundamental importância e em muito contribuem para o debate. A questão apresentada por Portelli, nos instiga ainda mais. Para ele “a memória é um processo individual que ocorre em meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados”²⁴. Segundo ele, o ato de lembrar jamais deixa de ser essencialmente individual. Raphael Samuel nos leva à dimensão da memória sempre ativa, dinâmica, às dimensões do passado que continuam vivas no presente. Argumenta de forma envolvente, em seu texto *Teatros da Memória*, afirmando que a memória,

longe de ser meramente um receptáculo passivo ou um sistema de armazenamento, um banco de imagens, é, isso sim, uma força ativa, que molda; que é dinâmica – o que ela sintomaticamente planeja esquecer é tão importante quanto o que lembra – e o que ela é dialeticamente relacionada ao pensamento histórico, ao invés de ser apenas uma espécie de seu negativo²⁵.

Mais do que tratar sobre os estudos das diferenças entre memória e história, o presente estudo busca evidenciar as novas abordagens que a problemática proporciona à medida em que possibilita compreender outros aspectos que expliquem a existência de um grupo social, no caso, os poaieiros, que é a busca da identidade, de pertencimento do grupo social. Para Loiva Otero Félix, “a memória é um dos suportes essenciais para o encontrar-se dos sujeitos coletivos, isto é, para a definição dos laços de identidade”²⁶. Segundo as reflexões da referida autora, ao se romper os laços afetivos e sociais de identidade a memória também se acaba, uma vez que o seu suporte é o grupo social, que permite a reconstrução de memórias mesmo com o desaparecimento do indivíduo²⁷.

É na busca da identidade que o estudo percebe o grupo social dos poaieiros em Barra do Bugres, já que mesmo com as transformações advindas da frente de expansão da fronteira

²⁴ PORTELLI, 1997, p. 105.

²⁵ SAMUEL, Raphael. *Teatros da Memória. Projeto História.*, São Paulo, n.14, 1997 op. cit., p. 44

²⁶ FÉLIX, Loiva Otero. *História e memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: Ed. UPF, 1998 42.

²⁷ Idem, p. 43.

agrícola, transformando os meios de sobrevivência e de cultura, percebe-se um elo de ligação/identidade presente na memória do grupo quando se revisita os seus espaços sociais, materializados no trabalho, na religiosidade, nas festas, nos mitos e nas lendas.

Os debates são importantes para nos situarmos a respeito do uso da fonte oral na escrita da história. Quanto à forma de utilização, a entendemos como uma metodologia, que, como todas, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho funcionando como uma ponte entre a teoria e a prática²⁸.

Em busca de um melhor delineamento da pesquisa, nos apoiamos em autores que abordam a questão, como por exemplo, MEIHY, que apresenta três setores distintos da história oral: *história oral de vida*, *história oral temática* e *tradição oral*. A história oral de vida prioriza a individualização do informante. Cada pessoa é tratada como caso específico, visando a captar o sentido da experiência vivida. A história oral temática é vista como uma outra versão, ou contra-história de um fato já documentado: opta por fazer um recorte destas experiências; e, a tradição oral, diferentemente das outras duas variantes, está mais atenta às transmissões do arcaico, entendendo o indivíduo como um veículo de transmissão de mitos e tradições antigas que, na maioria das vezes, transcendem o depoente²⁹.

O estudo insere-se na perspectiva da história oral temática e também na da tradição oral, uma em complementaridade à outra, de forma que atenda e se aproxima dos dois campos de estudo. Tendo como tema as lembranças de memórias das trajetórias dos trabalhadores extrativistas no trabalho de extração e na comunidade de Barra do Bugres. Lembranças provocadoras de recuperação de experiência do cotidiano vivido na mata e fora dela, de visões de mundo, representações passadas a respeito dos deslocamentos por picadas abertas na mata, por rios, pelos quais trilhavam centenas de trabalhadores em busca da raiz preciosa.

²⁸O uso da fonte Oral como metodologia está em conformidade com as reflexões de Marieta de Moraes Ferreira e Janaina Amado na apresentação do livro *Usos e Abusos da História Oral*. 1998.

²⁹ MEIHY, 1994, p. 58.

No campo da *memória e histórias* atentou-se para os textos de Antônio Montenegro, Ecléa Bosi, Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira, como fundamentos teóricos, pois possibilitaram analisar as falas e seus significados, suas representações e experiências de vida.

Ao buscar um entendimento do cotidiano dos extrativistas dentro e fora do trabalho, as suas táticas de sobrevivência, a relação de trabalho estabelecida entre o patrão e o poaieiros, e a sua relação com a comunidade onde vivia, isto é, o seu meio social, atentamos para Michel de Certeau em, “A invenção do Cotidiano”, onde analisa as táticas e as estratégias utilizadas no cotidiano frente aos processos de resistência e homogeneização³⁰.

Valem, neste sentido, também as reflexões de Walter Benjamin, quando ele argumenta que articular historicamente o passado não significa conhecê-lo como ele de fato foi. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal qual ela relampeja no momento de um perigo.³¹

Muitas histórias resistem ao tempo. Suas marcas estão na forma de organização cotidiana dos moradores, hábitos, crenças, costumes que se criam e se recriam. É o caso das festas populares comemoradas ainda hoje na região, e o costume de tomar guaraná ralado com água e açúcar todas as manhãs, pelos moradores mais antigos.

A paisagem da região, exuberante, formada por belíssimos rios e deslumbrantes e diversos tipos de plantas, representados nas descrições do padre Salesiano Nicolao Badariotti, guarda as marcas de um passado na memória dos moradores mais antigos. Há variedades de animais, como onças, antas, cobras e plantas. As matas, quase extintas, depredadas, quer seja para dar lugar à agricultura mecanizada, quer seja para a criação de gado ou, ainda, para o

³⁰ CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

³¹ BENJAMIM, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

plantio intensivo de cana-de-açúcar³².

As imagens deste espaço, atualmente modificado, estão bem vivas na memória das pessoas idosas. Elas lembram das florestas, da abundância da poaia nas matas, do medo de seres sobrenaturais, que faziam parte do imaginário da população. As histórias relatadas pelos poaieiros são ricas e reportam a um passado a partir de suas memórias. O sujeito que narra é portador de memória que constrói no tempo a sua história. É uma memória que faz emergir o presente do passado, embora seja diferente daquele que se apresenta no momento da escrita. O sujeito, no ato de narrar o eterno presente de sua vida considera o momento mais importante ao trazer à lembrança acontecimentos que vivenciou. Pode-se dizer, que no ato de lembrar remonta-se à memória, já que o passado não volta a não ser por este *artefato*. Então, se no ato de lembrar remonta-se ao passado vivido, a lembrança, conforme Halbwachs, seria uma reconstrução do passado a partir das vivências do presente³³. Neste caso, o que se tem é uma reelaboração do passado, via memória, que se realiza através da oralidade.

O uso do testemunho oral para a elaboração deste trabalho deu-se no sentido de se aproximar de um aspecto central da vida dos seres humanos, objetivando nortear a reflexão e a narrativa histórica. A história oral, por seus objetivos, é inovadora “e possibilita esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que, às vezes, não tem como ser entendidos ou elucidados de outra forma, a não ser por meio de depoimentos, sendo que também está ligada à história dos excluídos³⁴.

Janaína Amado chama atenção para o fato das entrevistas serem legitimadas como fontes, incorporando elementos e perspectivas às vezes ausentes de outras práticas históricas,

³² Saindo de Cuiabá em direção ao município de Tangará da Serra, numa extensão de 250 quilômetros, pode-se visualizar a plantação de cana-de-açúcar na região. A maior parte das terras que compreendem, atualmente, os municípios de Barra do Bugres, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Nortelândia e Tangará da Serra são ocupadas com o plantio de cana-de-açúcar. Sendo que o seu cultivo é realizado em grande escala, nos municípios de Diamantino e Campo Novo dos Parecis. O plantio de cana-de-açúcar abastece as usinas da região, destaque para a Usina Itamarati, em Nova Olímpia e a Barrácool, em Barra do Bugres.

³³ Halbwachs, 1990, p. 71.

³⁴ MONTENEGRO, 1994, p. 14.

como a subjetividade, as emoções e o cotidiano, que podem ser recuperados em estudos com a história oral, cujo objeto de estudo é recuperado e recriado por intermédio da memória dos informantes³⁵. As reflexões teóricas e metodológicas que norteiam os estudos da História, são utilizados como suporte necessário para subsidiar a escrita. Importantes são, neste sentido, as reflexões de Montenegro, quando chama atenção sobre a especificidade do ofício do historiador ao argumentar que “a partir da análise que transcende a informação obtida através do documento oral, o historiador deve ‘produzir conhecimento que possa oferecer outra compreensão ao que está dado, ao que está dito, ao que está estabelecido como verdade’”³⁶.

Na reconstituição do vivido pelos extrativistas – poaieiros - suas trajetórias de vida, cotidiano e seus relatos, foram privilegiados para a análise neste trabalho. Homens e mulheres adquiriram visibilidade e descreveram experiências cotidianas com riqueza de detalhes, com gestos, impossíveis de serem todos apreendidos num trabalho escrito. Na escala de análise as vozes misturavam-se às emoções, o que fez com que a transcrição se tornasse insuficiente, sendo que muitas vezes, recorre-se às falas repetidas, no gravador, para completar ou captar realmente o que foi vivido pelos sujeitos.

A análise do cotidiano dos poaieiros levou a perceber também a cultura deles e, conseqüentemente, a estudos sobre “memória popular” que apresenta como um dos pontos importantes de reflexões para este estudo. Antônio Torres Montenegro destaca que estes conceitos mudam de sentido com o tempo e que cada época recupera e atribui ao “popular” um sentido diferente. Chama especial atenção para a utilização do conceito e para o tema “popular” que por ser complexo, deve ser melhor debatido. No estudo sobre a “Cultura Popular na Idade Moderna” Peter Burke diz que o interesse por ela, desde o final o século XVIII e início do século XIX, foi provocada por razões estéticas, razões intelectuais e razões

³⁵ *Ibidem*, p. 15.

³⁶ MONTENEGRO, 2001.

políticas³⁷. O autor aponta para o crescimento das pesquisas sobre a “cultura popular” nos meios acadêmicos e, que este interesse não se restringe aos historiadores. Burke, utilizando-se como fontes, a própria literatura popular da época, baseando-se em pesquisas de historiadores, folcloristas e estudiosos da literatura, apresentaram quadro global da cultura popular na Europa pré-industrial, num período que compreende três séculos, (1500 –1800).

Com ênfase no cotidiano, o referido autor, situa objetos e atividades num contexto social, econômico e político mais amplo, descreve o mundo dos artistas profissionais de variedades, examinando canções, histórias, as representações teatrais e os rituais que as pessoas comuns encenavam para si mesmas. Aborda os “populares” (povo comum) de modo a revelar suas atitudes e valores, que são modeladas por complexas condições sociais, sofrendo significativas modificações, concomitantes às grandes transformações por que passou a sociedade europeia de 1500 –1800. Acompanha, também, as atitudes das classes superiores em relação à cultura popular, como participavam, como tentaram reformar seu “desregramento”, sua “superstição e seu entusiasmo pelo exotismo.

Antônio Cândido, em sua clássica obra, “Os Parceiros do Rio Bonito”, estuda os modos de vida da sociedade caipira paulista, sobretudo a partir do século XVIII, na expansão paulista frente ao processo de urbanização. Baseia-se, o autor, em investigações realizadas no município de Bofete – São Paulo, nos anos de 1948 e 1954 e visando conhecer num agrupamento de caipiras os meios de vida: como se obtêm, de que maneira se ligam à vida social, como refletem as formas de organização e as de ajuste ao meio, relacionando produção da dieta e sociabilidade. Tal estudo, revela a crise decorrente das transformações ocorridas no mundo caipira, frente ao processo de urbanização, e diante de um processo maior que era a modernização do Brasil.

³⁷ BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

Processo similar viveram os extrativistas – poaeiros, protagonistas do presente estudo, que diante do processo de mudanças ocorridas no país, principalmente com a venda e revenda de terras, com o processo de colonização privada, realizada por companhias em locais onde existia a mata da poaia, vêm – se afetados profundamente pelas mudanças.

CAPÍTULO I

A MATA DA POAIA

Qual a função da memória? Não constrói o tempo, não o anula tampouco. Ao fazer cair a barreira que separa o presente do passado lança uma ponte entre o mundo dos vivos e do além, ao qual retorna tudo o que deixou à luz do sol. Realiza uma evocação.

(Ecléa Bosi)

1.1. A poaia e a zona poaieira em Mato Grosso

Ao se revisitar a história do Município de Barra do Bugres a partir de narrativas de memória de poaieiros³⁸ e moradores tradicionais, tornou-se premente a elaboração de uma breve contextualização sobre a história da poaia no Mato Grosso e a influência da atividade extrativista na vida da região. A análise das narrativas de poaieiros denota toda uma memória que perpassa pelo trabalho de extração desta planta. O cotidiano dos moradores que viveram e, com seus descendentes, ainda vivem no município, é marcado pelo antes e pelo depois da poaia, ou seja, a época em que a raiz existia em abundância e o seu declínio na região³⁹, no final da década de 1960 e início da década de 1970. É importante ressaltar que um breve estudo sobre a “mata da poaia”, local onde se encontrava a planta, a descrição da raiz e a sua utilização na farmacologia, bem como aspectos do comércio do extrativismo em Mato Grosso, permite entender a influência da poaia na vida dos moradores tradicionais que trabalharam na sua extração, e que tinham nessa extração a sua forma de vida e subsistência. Também se torna possível notar as estratégias e as influências que giravam em torno da extração e comércio da planta, que atraía centenas de trabalhadores para as matas.

A representação da mata da poaia no mapa apresenta o local onde a poaia era encontrada em Mato Grosso, permitindo - nos vislumbrar o panorama do espaço que ocupava, existindo em grande quantidade até meados da década de 1960.

³⁸ Eram chamados de poaieiros os trabalhadores extrativistas da poaia, ou ipecacuanha (*Cephaelis Ipecacuanha*).

³⁹ Ver OLIVEIRA, Manoel José de Faria. *A exploração da poaia em Barra do Bugres*. Cuiabá, 2000. Monografia (Especialização em Biologia) – ESP, Universidade Federal de Mato Grosso. O autor afirma que ainda podem ser encontrados pequenos “fogões” de poaia com 20 pés por fogão, até a década de 1960 o número era de 500 pés por fogão.

O ambiente em que se encontrava a poaia era denominado de “mata da poaia”. Era uma região que compreendia

[...] a margem direita do rio Paraguai, que corre do norte ao Sul, até a margem direita do Guaporé, 300 quilômetros a Oeste, que corre do Sul ao Norte; esses dois rios estão separados pela Chapada dos Parecis. Os rios mais famosos dessa mata são o Sepotuba e o Cabaçal, que desembocam no Paraguai, acima de Cáceres. Nas cabeceiras do Cabaçal, convém citar o rio dos Bugres, o rio Branco e o rio vermelho. Depois o Jauru que também desemboca no Paraguai, à jusante de Cáceres. Na bacia do Guaporé, está o mesmo rio Guaporé que banha Vila Bela, a cidade das minas de ouro de outrora e o Galera mais ao norte.⁴⁰

A mata da poaia é descrita por viajantes que passaram pela região no início do século XX. Roquete Pinto, que fez uma viagem pela região em 1912 descreve a abrangência das “Matas da Poaia”, valendo-se das lembranças de João Cavalcante, um sertanejo que acompanhava a expedição:

Disse-me que a mata da poaia, outrora ia de sua casa a Tapirapuã, 15 léguas a fio, estendendo-se entre o Paraguai e o Sepotuba. Grande parte dela é hoje o desolado sapezal, campo de ciperáceas, onde se acham espetados, negros como varões de ferro, os caules carbonizados das grandes árvores que as queimadas não puderam derrubar.⁴¹

Segundo Gabriel Pinto de Arruda, a mata da poaia tem como característica a existência de árvores de alto porte, como angico, jatobá, ipiuvá (ipê), araputanga (mogno), guatambi (peroba), tamburi e palmeiras (acuri, abacava ou açaí – nomes populares). Essa vegetação constitui o andar superior da mata. O mato inferior tem bambuzal, branquilha, açazeiro, taquaraçu e capim navalha⁴². Sendo os dois últimos considerados como o terror dos poaieiros. O primeiro, por se tratar de uma vegetação alta e cheia de espinhos que se mesclavam na vegetação rasteira, e o segundo por provocar cortes ao ser esbarrado. Ainda

⁴⁰ THIÉBLOT, Marcel Jules, *A mata da poaia e os poaieiros do Mato Grosso*. São Paulo: Escola de Folclore / Livramento, 1980.

⁴¹ ROQUETE PINTO, 1934. p. 69.

⁴² Cf. ARRUDA, Gabriel Pinto de. *Um trecho do oeste brasileiro*. Rio de Janeiro : [s.ed.], 1938.

podem ser encontradas a poaia da Índia, mais grossa e parecida com a poaia verdadeira. “A Poaia verdadeira é chamada também de poaia preta, anelada, possuidora de apreciável teor de emetina, contrariamente à ipeca branca ou de campo, que não tem valor comercial”⁴³.

A planta da poaia é caracterizada por alguns estudiosos que fizeram a sua descrição e classificação. Segundo Manoel José Faria Oliveira⁴⁴, coube ao jovem Maregrave a prioridade na classificação botânica da poaia brasileira, por ter efetuado estudos sobre ela quando esteve no Brasil, em 1638, integrando a comitiva do holandês João Maurício de Nassau.

Marcel Thiéblot, cuja obra é referência para os estudiosos da poaia, realizou pesquisas sobre essa planta e sobre os extrativistas em Mato Grosso, assim se expressou a respeito de uma classificação geral:

A planta não passa de 25 ou 30 cm de altura, mas ela sempre se arrasta um pouco, de forma que o caule atinge uns 40 cm. As folhas são opostas, simétricas, de um verde vivo. As flores brancas arroxeadas de um centímetro, dão nascença a um cartuchinho de sementes vermelhas. Mas a raiz, que é o que interessa ao poaieiro. É uma raiz preta por fora e branca por dentro, formada de anéis bem juntinhos.⁴⁵

Conhecida também como ipeca, a ipecacuanha (*Cephaelis Ipecacuanha*) é planta rasteira da família das Rubiáceas, cujas raízes têm alta concentração de emetina, um alcalóide muito utilizado na composição de diferentes medicamentos, como xaropes, pastilhas, pílulas, pós-vômitório, chás e infusões⁴⁶. A poaia tem várias utilidades, principalmente na indústria farmacêutica, no tratamento do aparelho respiratório e digestivo, bem como das disenterias, sendo ainda empregada como um vomitivo. A sua raiz contém também cera, goma, matéria gorda odorífera, amido e indício de ácido tânico, podendo ainda ser aproveitada na tinturaria, por ser um poderoso fixante⁴⁷.

⁴³ *Ibidem*, p. 37.

⁴⁴ OLIVEIRA, 2000.

⁴⁵ THIÉBLOT, 1980, p. 16.

⁴⁶ Cf. CUNHA, Adolpho Jorge da. *O poaieiro de Mato Grosso*. São Paulo : Resenha Tributária, 1981.

⁴⁷ Cf. ARRUDA, 1938, p. 72.

O extrativismo da ipecacuanha, juntamente com outras atividades extrativistas⁴⁸, representou um setor significativo para a economia do Mato Grosso e integrou a pauta de produtos tropicais exportados pelo Brasil desde o período colonial⁴⁹. Para o Estado do Mato Grosso, que tinha na indústria extrativa uma de suas principais atividades econômicas, a planta constou da pauta de exportação, merecendo referências especiais no ensaio descritivo do Estado – o *Álbum Gráfico*⁵⁰, impresso em 1898, no qual são descritas as qualidades da planta e o seu potencial econômico.

Já se sabia da existência da ipecacuanha em Mato Grosso desde 1814, mas sua exploração de fato foi iniciada apenas na década de 1830. Segundo o *Boletim da Associação Comercial de Corumbá* de 1912,

Tornando-se decadente a mineração na então Província de Mato Grosso, depois do decantado apogeu a que tinham chegado as minas de ouro de Miguel Sutil e as de diamantes do Alto Paraguay-Diamantino, era preciso encontrar uma indústria extrativa sucedânea aquella, pois os valentes pioneiros do desbravamento das nossas pomposas florestas não podiam ficar inactivos, acostumados como estavam a romper os obstáculos interpostos pela natureza.⁵¹

A extração e exploração dos recursos naturais durante todo o século XIX constituiu-se, portanto, em uma das alternativas que passaram a compor as receitas do Estado de Mato Grosso e seus municípios, que em decorrência da decadência da mineração acabaram se voltando para a “indústria extrativa”. João Carlos Barrozo, em estudo sobre os garimpos de diamantes do Alto Paraguai - Diamantino, observa o caso específico do Município de

⁴⁸ Atividades de extração de erva-mate e látex também eram realizadas no Mato Grosso, tendo destaque na economia do Estado. Sobre a economia da ipecacuanha, ver CASTRO, 2000.

⁴⁹ BUENO, José Antônio Pimenta. Relatório apresentado pelo presidente da Província à Assembléia Provincial 1835/1846. Rolo 546. NDIHR/UFMT.

⁵⁰ O referido *Álbum* foi impresso em Hamburgo, com 532 páginas, organizado por comerciantes de Corumbá, cidade do atual Estado do Mato Grosso do Sul, no ano de 1914 e publicado com o objetivo de fazer propaganda das riquezas existentes em Mato Grosso. No *Álbum*, a poaia é apresentada no conjunto das plantas medicinais como um recurso a ser explorado [ÁLBUM GRÁFICO *do Estado do Mato Grosso (EEUU do Brasil)*. Corumbá / Hamburgo: Ayala & Simon Editores, 1914].

⁵¹ I Boletim da Associação Comercial de Corumbá 1912. *Apud* OLIVEIRA, 2001, p. 152.

Diamantino, que “sem ouro nem diamantes para vender sobreviveu no final do século XIX da exploração da poaia e da seringueira”⁵².

Sobre o extrativismo em Mato Grosso, Maria Inês Malta Castro⁵³ esclarece que a exploração da ipecacuanha fazia parte de projetos e idéias gestadas desde meados do século XIX sobre a necessidade de se aproveitar economicamente as imensas e variadas riquezas naturais existentes no território mato-grossense. Segundo a autora,

A ipeca era praticamente encontrada somente no Mato Grosso, em quantidade e qualidade suficiente para ser comercialmente explorada. Isso conferia à região uma enorme “vantagem natural” e oferecia-lhe a chance de poder se destacar como fornecedor de um produto bastante procurado entre os fins do século XIX e, em especial, a partir do século XX.

O ideal de se aproveitar os recursos naturais locais, segundo a autora, vinha de longa data, de fins do período colonial, quando a Coroa portuguesa, interessada em ampliar o conhecimento do potencial de sua maior colônia na América, solicitou aos “governadores e capitães-gerais de algumas capitanias brasileiras pedidos de estudos e levantamentos da flora e de outros produtos naturais, que poderiam se apresentar como interessantes e comercializáveis”⁵⁴. O interesse por “produtos naturais”, caminhando na esteira aberta por Castro, “era decorrente de todo um processo de transformação provocado pela avassaladora difusão da revolução industrial, dinamizando os mercados europeus e aumentando a demanda por produtos agrícolas e matérias-primas, não somente de Mato Grosso, mas de todo o Brasil”.

A poaia era encontrada em outras partes do Brasil, em especial na região Sudeste do Brasil. Segundo Castro, a exploração da poaia na Mata Atlântica e a devastação da própria floresta nesta região contribuíram para uma diminuição do número das plantas.

⁵² BARROZO, João Carlos. Garimpos de diamante do Alto Paraguai - Diamantino. *Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, UFMT, v.1, n.1, p. 95-123, 2000, p. 112.

⁵³ CASTRO, 2000, p. 257-284.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 258.

Vários fatores favoreceram o comércio da poaia mato-grossense, sobretudo a superioridade da planta em relação às encontradas em outros lugares. A superioridade era devida à alta concentração de emetina encontrada nas raízes⁵⁵. Ao longo do século XIX e até o início do XX, com o aumento da procura do produto por parte dos mercados europeus e a sensível diminuição ou o desaparecimento da poaia em outras regiões, deu-se a intensificação de sua exploração em Mato Grosso, o que aumentou sua importância no cômputo geral das atividades econômicas desenvolvidas na região⁵⁶.

A ipecacuanha mato-grossense continuou sendo exportada em pequenas quantidades durante quase quarenta anos; contudo, sua exploração cresceu significativamente a partir de 1870, estimulada pela reabertura da navegação do rio Paraguai e pelo aumento da procura de matérias-primas para a fabricação de remédios. “Nesse momento intensificou-se a demanda de produtos medicinais pelo mercado internacional em função do expansionismo imperialista dos oitocentos”.

Segundo o economista Fernando Tadeu de Miranda Borges, a poaia em Mato Grosso apresentava *altos* e *baixos*, ao longo do tempo em que foi comercializada, sendo o preço instável por estar ligado ao comércio internacional, pois a maior parte era exportada para a Europa, principalmente Grã-Bretanha, para os Estados Unidos e Uruguai⁵⁷. O preço oscilava, sendo que em épocas de boa safra tendia à baixa.

Ao escrever sobre a “mata da poaia”, Joaquim Ferreira Moutinho, já no final do século XIX, descreve o preço que a poaia alcançava no mercado nacional e os excelentes lucros deste comércio para a Província de Mato Grosso, que lucrava com os impostos, e para os exportadores que se dedicavam a ele. Esclarece que o serviço de extração da poaia era

⁵⁵ Segundo informa Manoel José Faria Oliveira, a emetina é o princípio básico da poaia em estado impuro e foi descoberta por Pelletier em 1817. O processo de extração foi aperfeiçoado mais tarde por outros pesquisadores Cf. OLIVEIRA, 2000.

⁵⁶ CASTRO, 2000, p. 263.

⁵⁷ Cf. BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Do extrativismo à pecuária: Algumas observações sobre a história econômica do Mato Grosso: 1870-1930*. Cuiabá: Ed. UFMT, 1991, p. 64.

realizado paralelamente ao da mineração, em dificuldades no período de 1869⁵⁸, voltando a atenção dos investidores para a extração da poaia, que à época alcançava bons preços:

“Compra-se em Villa Maria a 65\$000 a arroba, e na capital a 70\$000, já ensurroada: paga-se de 12 a 14\$000 de frete por cada arroba, além de outras pequenas despesas e vende-se no Rio de Janeiro a 3\$600 a libra”⁵⁹. Ainda em relação ao comércio da poaia, Borges apresenta as variações de preços que o comércio apresentava:

[...] nos períodos de 1914 a 1918, a média de preço foi de 360 mil réis por arroba; de 1917 a 1925, variou entre 120 a 180 mil réis; de 1926 a 1927, subiu de 180 a 900 mil réis, e, em 1928, a faixa de preço variava de 150 a 300 mil réis.⁶⁰

Segundo o autor, a Primeira Grande Guerra (1914-1917) foi um dos momentos de maior valorização da poaia, procurada que era para atender à fabricação de medicamentos para os soldados na frente de batalha. Com isso ocorre o aumento da procura da poaia também da exportação que “subiu de 44,8%, isto é, a 4,292 arrobas, bem como o preço oficial atingiu 13\$506 réis o quilo, mais 80,4% sobre o valor anterior”⁶¹. A mesma explicação pode ser encontrada em Thiéblot, ao afirmar que o período das guerras parece ter influenciado, além do preço, também na quantidade de poaia exportada: “as duas guerras mundiais, tanto a de 1914-1918 como a de 1939-1945, deram um impulso à produção de ipeca [...] mas, depois, inelutavelmente, a produção foi caindo verticalmente”⁶².

Não se sabe a respeito do valor exato e da quantidade de poaia que foi exportada de

⁵⁸ Segundo Moutinho, “A Companhia de mineração do Alto Paraguai, organizada pelo decreto n.º 794 de 7 de junho de 1851, deixou, completamente de funcionar depois de lutar com duros reveses, que não cabe aqui mencionar” (MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícia sobre a província de Matto Grosso, seguida d’um roteiro da viagem da sua capital a São Paulo*. Rio de Janeiro : Typographia de Henrique Schoeder, 1869, p. 28).

⁵⁹ *Ibidem*, p. 28.

⁶⁰ BORGES, 1991, p. 64.

⁶¹ PITALUGA, Octávio. *Necessidades e Vantagens da Proteção à Ipecacuanha*. Cuiabá: IHGMT, 1998. (Publicações avulsas)

⁶² THIÉBLOT, 1980, p. 12.

Mato Grosso, considerando que grande parte da produção era comercializada *indevidamente* pela Bolívia e Paraguai. Conforme Marcel Thiéblot, no século XVIII, o Brasil exportou 400.000 quilos de ipecacuanha. Porém, no início do século XX, a produção tinha diminuído consideravelmente. As estatísticas mencionam 50.000 quilos em 1960, para o Mato Grosso, ou seja 61% da produção do país. 19.000 quilos em 1970; 15.000 quilos em 1972. E no ano de 1978 a cidade de Cáceres⁶³ consegue obter 3.000 quilos e Barra do Bugres de 3 a 4.000 quilos.

O percurso da poaia mato-grossense para outras partes do país processava-se principalmente pelo transporte fluvial, via rio Paraguai. Os principais exportadores⁶⁴ encontravam-se na cidade de Cáceres, onde a poaia chegava através de barcos, navegando o rio Paraguai, seguindo para Corumbá, onde era exportada para São Paulo, e de lá para várias partes do mundo.

A poaia era extraída principalmente em períodos das chuvas, entre os meses de outubro a maio, época em que o solo se mantém bastante úmido, facilitando o arranque das raízes e o rebrote dos galhos deixados no solo pelos poaieiros. No entanto, tais cuidados nem sempre eram tomados, pois nos momentos em que ocorriam as altas dos preços do valor da poaia, as plantas eram arrancadas mesmo em épocas de seca, impedindo os rebrotes. E, neste aspecto argumenta Octávio Pitaluga⁶⁵, em Projeto de Lei de proteção às “Matas da Poaia” do Alto Paraguai, em 1918:

A indústria da ipeca, consistindo apenas na apreensão irrefletida e desordenada do precioso arbusto, cujas raízes, pelo seu valor comercial, tem despertado uma crescente romaria de poaieiros à matas onde ela existe, não

⁶³ O nome de Cáceres (antigas Villa Maria e São Luís de Cáceres) provém do nome do governador da Capitania de Mato Grosso que fundou a povoação, que veio a ser a sede municipal: Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. O Município está localizado a 209 quilômetros da Capital do Mato Grosso, Cuiabá, contando com uma população de 85.504 habitantes (IBGE/2000). Cáceres está localizada na região Centro-Sul mato-grossense, na microrregião Alto Pantanal.

⁶⁴ Entre os principais exportadores, destaque para a Casa Comercial Scaff Gatatts, de Cáceres, e em Barra do Bugres os maiores comerciantes eram Joaquim Mariano Miranda e Almicar Josseti.

⁶⁵ Cf. PITALUGA, 1998.

deixa também de ser uma indústria de aventuras, pelas dificuldades que já cercam o trabalho extrativo, ao qual se entregam centenas de indivíduos ambiciosos de lucros que já não são fáceis, os quais por isso se tornam mais bárbaros nos seus processos de trabalho.⁶⁶

Importa salientar que referências sobre a falta de cuidados no método de extração da poaia já eram feitas pelos viajantes que passaram pela região, como nas descrições feitas por Roquete Pinto⁶⁷ em passagem pelo Porto dos Bugres⁶⁸, em 1912. Roquete Pinto atribui aos poaieiros a devastação das florestas e a diminuição dos poaiais. Para o médico viajante, a devastação das florestas estava ocorrendo devido às queimadas que eram realizadas pelos poaieiros, que, limpando o solo pelo fogo, livrando-se, por meio dele, das imundícies que atormentavam os mateiros – abelhas, mosquitos, marimbondos, formigas –, poderiam colher mais facilmente a raiz cobiçada. Mas a poaia não medra fora da proteção da mata⁶⁹.

Para o médico viajante, a prática de atear fogo à mata para o arranque das raízes da poaia era o que estava ocasionando a diminuição dos poaiais, pois a “poaia para se desenvolver precisa da proteção da floresta que é o seu habitat natural, não sobrevivendo sem a sombra das árvores”⁷⁰.

O extrativismo da poaia no Mato Grosso envolveu um grande número de pessoas que buscavam neste trabalho uma forma de ganhar a vida, ou até mesmo o enriquecimento fácil. Considerado tão valioso quanto o ouro por ex-trabalhadores, o extrativismo da poaia envolveu, além de trabalhadores não-índios, os próprios indígenas moradores da região.

Segundo Thiéblot, aos indígenas é atribuído o início da utilização da planta como remédio, sendo que eles haviam aprendido o valor do uso da planta mediante observação dos

⁶⁶ *Ibidem*, p. 12.

⁶⁷ Roquete Pinto era médico e professor de Antropologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Em 1912, faz uma viagem de expedição que se iniciou em Rondônia, na qual, navegando o rio Paraguai, chegou no Tapirapuã (local de abastecimento da Comissão Rondon) (ROQUETE PINTO, 1934, p. 105).

⁶⁸ Porto dos Bugres era o nome dado para Barra do Rio dos Bugres.

⁶⁹ ROQUETE PINTO, 1934, p. 105.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 106.

animais. Conta-se que foi um pajé quem começou a usar e receitar a poaia: “um dia, reparou que o lobo guará, quando se sentia doente, arrancava raízes de poaia para mastigá-las e, logo depois, de vomitar, se achava aliviado e disposto”⁷¹.

O início da exploração também é atribuído aos indígenas, conhecedores dos rios e de toda a região, que repassaram aos brancos o conhecimento das áreas onde se encontrava a planta.

O envolvimento dos indígenas na atividade de extração da poaia em Mato Grosso, como mão-de-obra, ocorreu com os povos que moravam próximos da “mata da poaia” onde a planta era explorada e comercializada. Em destaque podem ser citados os povos Paresi e Umutina. Ambos se envolviam na atividade econômica, trabalhando como arrancadores e como guias.

O trabalho de extração da poaia pelos Paresi, na frente extrativa da poaia, é abordado nos estudos de Maria Romana Ramos da Costa⁷², para quem o trabalho dos povos na extração da poaia ocorreu por mais de um século e envolveu-os em quase sua totalidade. A atividade de extração da poaia junto a estes povos se deu até a década de 1970.

Costa aponta as características do trabalho de extração realizado pelos Paresi no que diz respeito às relações de trabalho e mostra as diferenças existentes entre estes povos e os regionais.

Em geral dirigiam-se primeiramente ao “barracão”, onde adquiriam aí determinados bens – basicamente o instrumento de trabalho (saraquá), fumo, munição para as armas de fogo que carregavam tanto no intuito de se proverem de carne como por defesa de animais perigosos da região. A procura em relação a gêneros alimentícios era pequena, incidindo sobretudo em sal e açúcar. A alimentação durante todo o período de extração, era

⁷¹ THIÉBLLOT, 1980, p. 11.

⁷² COSTA, Romana Maria Ramos. *Cultura e contato – Um estudo da sociedade Paresi no contexto das relações interétnicas*. Rio de Janeiro, 1985. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

constituída de farinha, trazida de suas aldeias, e caça abatida durante a coleta da poaia.⁷³

Outra característica diz respeito à relação estabelecida entre o patrão poaieiro e o poaieiro indígena. Os índios só procuravam o barracão no momento em que precisavam trocar a poaia por algo de que necessitassem, permanecendo na mata durante todo o tempo, mantendo-se com os recursos alimentares trazidos de suas aldeias. A construção de suas feitorias dentro da mata era realizada distante das dos poaieiros regionais, e eles não sofriam qualquer tipo de controle sobre o processo de trabalho e de seu tempo⁷⁴. A autora ainda esclarece que o trabalho de extração parecia não interferir na vida social indígena, uma vez que o trabalho de extração era realizado no período das chuvas e as atividades econômicas e sociais indígenas Paresi eram realizadas em épocas de seca⁷⁵.

Por sua vez, o contato dos povos indígenas Umutina com o trabalho de extração e com os extrativistas da poaia, ainda segundo Costa, foi o principal responsável pela quase completa extinção destes povos. A destruição foi patrocinada por comerciantes, que tinham grande interesse na exploração da poaia, pois era mercadoria valiosa⁷⁶.

Embora não se ignore a presença dos povos indígenas como moradores da região, o objetivo do trabalho se concentra nos povos não-índios que migraram em busca da poaia e contribuíram para a formação do povoado de Barra do Bugres.

⁷³ *Ibidem*, p. 223.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 224.

⁷⁵ *Ibidem*, p. 225.

⁷⁶ É referência para este estudo o texto de JESUS, Antônio João de. Os Umutina. In: OPAN / CIMI-MT. *Dossiê Índios de Mato Grosso*. Cuiabá: [s.ed.], 1987.

1.2. Barra do Bugres: guardiã de um grande território

Por muitas décadas Barra do Bugres foi a guardiã de um grande território que ia, rumo norte de São Luiz de Cáceres além da Serra Tapirapuã, e um importante entreposto comercial da poaia.

(Jovino Ramos⁷⁷.)

A narrativa poética do escritor e divulgador de “memórias”, permite que se tenha uma imagem do território que Barra do Bugres ocupava e, sobretudo, da importância do povoado como entreposto comercial da poaia. Era conhecida como a “porta de entrada” da região poaieira, que ocupava espaço considerável no Estado. Se para o Mato Grosso a poaia era considerada como um complemento na economia, para Barra do Bugres ela foi o produto principal que movimentou a economia do município até a década de 1960, sendo a única fonte de renda dos envolvidos. A busca pela raiz foi a responsável pela ocupação de Barra do Bugres, cujas origens remontam ao final do século XIX, quando os primeiros moradores se instalaram na região⁷⁸.

Era essa extração que movimentava o comércio local e também garantia o *dinheiro vivo*, uma maneira dos trabalhadores terem acesso ao papel moeda e comprar gêneros alimentícios como sal, açúcar e tecidos, dentre outros.

A formação do povoado de Barra do Bugres efetivou-se em antigo território dos

⁷⁷ Jovino Ramos, de 66 anos, é natural da cidade de Cáceres. Veio para Barra do Bugres em 1968. Professor e escritor de *Os quinze mártires e Barra do Bugres - História, folclore, curiosidades*.

⁷⁸ Inclusive “foi em 1.878 que chegaram os primeiros povoadores onde se plantariam os fundamentos da atual cidade de Barra do Bugres”. Pedro Torquato Leite Rocha e sua família foram os primeiros, vieram de Cuiabá onde ergueram rancho, iniciaram o cultivo de produtos de subsistência e cuidaram de explorar as cercanias do local em busca da preciosa poaia com resultados satisfatórios. Um ano depois, precisamente em 1.879, também Pascoal de Oliveira Cabral, “trazia consigo, camaradas e poaieiros”. E assim, conforme o histórico, “continuou o povoamento de Barra do Bugres, engrossando ainda mais com a chegada de: Nicolau Gomes da Cruz, major José Cassiano Correa, capitão Tiburcio Valeriano de Figueiredo (ex-comandante da guerra do Paraguai, terminada em 1.870), Manoel de Campos Borges e vários outros” (*Histórico de Barra do Bugres*. IBGE, 2001).

povos Umutina, que abandonaram a região com a penetração cada vez maior dos extrativistas da poaia. Segundo Thiéblot, o Município de Barra do Bugres foi instalado em local privilegiado, pois foi formado na aldeia dos índios Barbados⁷⁹, ou Umutina:

[...] é uma cova, com um planalto para cá, outro para lá. Nessa cova era a aldeia dos Bugres. Mudaram dali, quando o povo chegou lá, mudaram para perto de “Três Barras”. Barra quer dizer quando um rio desemboca em outro, é o encontro dos rios. Três Barras quer dizer: aqui o Paraguai, aqui o Santana e aqui o Tamanduá. Caem todos os três aqui. Daí para cima o rio não é mais navegável. Do Sepotuba ao Jauru também é poaia Vila Bela é outro caso, é o Norte: o Guaporé, é que corre para o norte, e o Galera.⁸⁰

Os Umutina eram também conhecidos como Barbados (devido ao fato de possuírem barbas ou usarem postiças feitas de pêlo de macaco bugio ou de cabelos das mulheres da tribo); eram pertencentes à grande nação Bororo, do tronco lingüístico Macro-Jê e família Otukê. A separação dos grupos pode ter ocorrido com a vinda dos Bororos da Bolívia, onde várias facções,

Procuraram o rio Paraguai e perderam contato com o corpo principal da tribo, que desceu o rio e ocupou os vales do Cuiabá, São Lourenço e posteriormente o Araguaia (Bororo Orientais), conhecidos também como Bororo da Campanha e Cabaçal, enquanto os Umutina empreenderam a marcha mais para o norte, subindo o rio Sepotuba e dominado as regiões do rio Bugres, Alto Paraguai e proximidades do município de Jangada.⁸¹

Os primeiros contatos com os Umutina ocorreram por volta do século XVIII, quando os “civilizados” em busca de índios a serem escravizados adentraram a região da Chapada dos Paresi. O contato se intensificou com as penetrações cada vez maior dos mineradores. No entanto, foi devido à penetração dos extrativistas da poaia e da seringueira que os Umutina abandonaram as suas aldeias nas proximidades do rio “Xopo” (Bugres) e no rio “Laripó”

⁷⁹ Segundo Antonio João de Jesus, os Umutina se denominavam “Balotiponé”. “Umutina foi uma designação atribuída a eles pelos Paresi – Imuti em Paresi significa: gente branca ou civilizada – os Umutina são considerados os índios de pele mais clara do Brasil” (JESUS, 1987, p. 73).

⁸⁰ THIÉBLOT, 1980, p. 15.

⁸¹ JESUS, 1987, p. 72.

(Paraguai). A entrada de trabalhadores da poaia, a exemplo dos comerciantes no último reduto Umutina, provocou a quase completa extinção destes povos.

O nome do povoado, até então conhecido como Barra do Rio dos Bugres, foi alterado em 1938 para Barra do Bugres⁸², permanecendo como distrito de Cáceres até o ano de 1939, quando passou para a categoria de vila, sendo elevado a município em 1943⁸³, data em que foi desmembrado dos municípios de Diamantino, Cáceres e Rosário Oeste. Atualmente, o Município limita-se ao norte com Arenápolis e Tangará da Serra, ao sul, com Rosário Oeste, a leste com Cáceres e Mirassol do Oeste, e ao oeste com Alto Paraguai e Nossa Senhora do Livramento. Em 1945, o município possuía um território de 18.661 km², correspondente a 1,62% da área do Estado de Mato Grosso, e uma população geral de 2.610 habitantes. Atualmente, possui um território de 7.186 km² e uma população de 28.342 habitantes⁸⁴.

A ocupação e o desenvolvimento do povoado de Barra do Bugres estiveram relacionados com a exploração da poaia e serviram de atração, desde a década de 1870, para um grande número de aventureiros que, vindos sós ou com as famílias, se instalaram na região para trabalhar na extração da poaia. “O fim era um só, encontrar a poaia que já naquela época, alcançava bom preço no comercio consumidor [...]. Em toda região propiciava um comércio rendoso”⁸⁵.

A raiz da poaia era utilizada como moeda corrente nas transações comerciais em Barra do Bugres. Tudo era trocado por poaia. Nas narrativas de ex-poaieiros, esse discurso é freqüente. Para ilustrar esta abordagem, selecionamos o depoimento de Glicério Celestino,

⁸² Decreto-lei n.º 208, de 26 de outubro de 1938.

⁸³ Decreto-lei n.º 545, de 31 de dezembro de 1943.

⁸⁴ Segundo dados gerais do IBGE - Departamento Estadual de Estatísticas, *Recenseamento Geral de 1945*, IBGE – *Recenseamento geral de 2001/02*.

⁸⁵ ABREU, Raimundo Nonato de S. Sobrinho. Narração metódica dos fatos notáveis ocorridos na vida. In: *Município de Barra do Bugres, Resumo dos dados gerais*. [s.loc.] : [s.ed.], 1978, [s.p.].

hoje com 88 anos de idade, que permite vislumbrar a importância que este comércio tinha para a região. Glicério foi iniciado na atividade da extração da raiz da poaia aos oito anos de idade, trabalhando nela aproximadamente até a década de 1960,

Então era aquela influência não é? A poaia era vendida aqui e daqui ia para o estrangeiro, era só chegar com poaia e comprar. Trocava-se por feijão, açúcar. As vezes vinha um monte de compradores e falava: eu dou tanto, eu dou tanto fulano. Mas não dava. Tinha que entregar na venda, no armazém ou para quem forneceu não é? O fornecedor já esperava com outro comprador. Era tudo certinho. Os outros compradores vinham de longe, de Cáceres.⁸⁶

A poaia era encontrada em grande quantidade na região. Até mesmo bem próximo ao povoado embora em pequenas quantidades. É o que fica evidenciado no próprio depoimento de Glicério Celestino:

Naquele tempo, tudo aqui era mata e poaia, não se precisava ir longe para achar a poaia. Aqui tinha poaia e muito. Ali, do outro lado do rio [Paraguai], era tudo mata e poaia. Perto do campo de aviação tinha poaia. Às vezes, a gente ia longe para encontrar bastante poaia, perto era mais explorado. Mas, se quisesse poaiar perto tinha e muito.⁸⁷

Ao narrar sobre a mata da poaia, Glicério se reporta aos lugares como se eles ainda existissem. Aponta para o rio enquanto fala; para o campo de aviação, onde vez ou outra chegavam os grandes compradores de poaia. A raiz podia ser encontrada nas matas perto do povoado, por todos os lugares. Porém, para encontrá-la em maior quantidade, era necessário, muitas vezes, andar de trinta a quarenta quilômetros. Para recordar sobre a mata da poaia, Glicério se vale de pontos de referência que, para ele, tem significado especial. Tais lembranças vão ao encontro daquilo que Marina Maluf afirma: “a relembração é uma reconstrução orientada pela vida atual, pelo lugar social e pela imaginação daquele que lembra”⁸⁸. As lembranças deste narrador são compartilhadas por outros depoentes, que

⁸⁶ Entrevista de Glicério Celestino, gravada e transcrita por mim no dia 26 de fevereiro de 2003.

⁸⁷ *Idem*.

⁸⁸ MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo : Siciliano, 1995, p. 30.

relatam sobre o ambiente da poaia e a sua abundância nos arredores do povoado de Barra do Bugres. A importância da poaia para o município aparece representada em símbolos, como a bandeira⁸⁹, com a planta da poaia no centro, ao lado de duas seringueiras. Isso representa a importância destes dois produtos vegetais para a economia do povoado. E é ainda representada no Hino Municipal⁹⁰, onde a extração da poaia é lembrada como impulsionadora de migrantes na região.

Os proprietários das casas comerciais eram os próprios exportadores de poaia e condicionavam a compra de produtos, como, por exemplo, açúcar, aguardente, tecidos, instrumentos de trabalho e sobretudo produtos que não existiam na região, ao comércio da poaia. Em narrativas de ex-poaieiros são comuns lembranças de que, “quem tinha poaia tinha tudo”; podia-se chegar aos armazéns e adquirir o que quisesse.

A exploração da poaia no Mato Grosso realizou-se em três momentos: o primeiro, o das grandes expedições que se iniciam no fim do século XIX, estendendo-se até o ano de 1914, início da Primeira Guerra Mundial. Neste período, organizavam-se expedições de até cem homens de grupos de sertanejos, que se embrenhavam na mata, nas épocas de chuva, em busca da raiz, que comercializavam nas cidades de Barra do Bugres e São Luís de Cáceres. O

⁸⁹ Segundo dados do IBGE - *Departamento Estadual de Estatísticas* (IBGE), 2002, a bandeira do Município de Barra do Bugres foi criada através do Decreto-lei nº 322/71. O brasão é de autoria de Alcione Antônio Peixoto de Farias. A bandeira traz como símbolos principais o escudo usado para representar o brasão de armas de Barra do Bugres e foi o primeiro modelo de escudo introduzido em Portugal, por influência francesa e herdada pela heráldica brasileira como lembrança da raça colonizadora e da principal formação da nossa nacionalidade. A coroa mural de oito torres de argentes das quais apenas cinco são visíveis, classifica a cidade representando a sede da comarca. O metal argente (prata) simboliza paz, amizade, trabalho, prosperidade e pureza. No centro do escudo, a ipecacuanha (poaia) e as seringueiras de sinopla (verde) representam as riquezas naturais mais importantes até agora exploradas no município. A cor sinopla (verde) simboliza a honra, civilidade, cortesia, alegria, abundância. O endentado de goles (vermelho) representa a serra de Tapirapuã que atravessa o município, e a faixa ondeada de argentes (prata) representa o rio Paraguai. A 2ª faixa o rio dos Bugres, em cuja barra se localiza a cidade, e de onde advém o nome do Município. A cor vermelha significa dedicação, amor, pátria, audácia, intrepidez, coragem, valentia. Os troncos de madeiras lembram a indústria extrativa de madeiras-de-lei (entre elas o mogno) que se constituem em fatos de grande importância na economia do município. Na faixa vermelha, letras prateadas, está inscrito o nome de Barra do Bugres, ladeado pelos anos de 1.944, ano de sua emancipação política e o ano de 1.966, data em que foi elevada à categoria de cidade, sede da comarca.

⁹⁰ A letra do hino de Barra do Bugres é de autoria do professor Valdemar de Oliveira e a música é de Luiz Cândido da Silva.

segundo momento foi a época das comitivas, situada entre os anos de 1914 e 1970. Nesta forma de organização havia a relação entre patrões e poaieiros, em que “acima de todos quem manda em primeiro lugar é o grande comerciante, que tem fundos e créditos nos bancos. Ele paga um homem de confiança que se encarrega de formar uma comitiva de dez, vinte, quarenta homens. Tanto o comerciante que financia, como o homem que reúne a comitiva são chamados patrões”. O terceiro momento, que é caracterizado pelo trabalho individual, onde pessoas unidas em torno de um objetivo comum, que era a coleta da poaia, se reuniam em três ou mais componentes para irem para a frente de extração. Nesta forma de organização, quando se aproximavam os meses de março ou abril os “poaieiros se dirigiam aos armazéns da cidade, onde se abasteciam de mercadorias para a ida na Mata. Em geral, o fornecedor de mercadorias era o comprador do produto, uma vez que o pagamento das compras seria efetuado com a entrega total da poaia ao dono do armazém”⁹¹. Esse período da década de 1960, que ocorreu depois que o Departamento de Terras concedeu títulos de terras para grandes proprietários, é caracterizado também pelas dificuldades criadas por eles à entrada dos trabalhadores na mata.

CUNHA, inclusive registra que no ano de 1937, o número era de quase mil poaieiros registrados na Coletoria Estadual da Poaia⁹², número este revelador da procura pela inserção na atividade extrativista da parte dos trabalhadores da região.

A valorização do produto no mercado internacional decorrente das duas grandes guerras correspondeu a uma reformulação na estrutura da frente extrativa da poaia, que passou a contar, a partir daí, com a presença dos patrões poaieiros.

Em Barra do Bugres, por exemplo, o patrão da poaia significava a figura mais importante do povoado, tida como de prestígio e respeito. De forma geral, quase sempre o

⁹¹ THIÉBLLOT, 1980, p. 29

⁹² Cf. CUNHA. 1981, p. 31.

patrão encontrava-se em cargos públicos e/ou no comando político local, residindo na sede do município com a família, onde mantinha comércio de venda de gêneros alimentícios e compra e venda de poaia. Mantinha também, uma relação de parentesco espiritual, tornando-se padrinho de batismo ou de casamento de filhos e filhas dos poaieiros. Sendo assim, mantinha uma relação muito próxima com o trabalhador, perpassando o espaço do trabalho, indo da esfera pública para a privada. Era ao patrão que os extrativistas recorriam quando precisavam de ajuda financeira, quando adoecia um filho, quando necessitavam de meios de transporte para resolver eventuais problemas em Cuiabá. A relação de dependência culminava em uma espécie de compromisso e de gratidão do poaieiro para com ele.

Graci Ourives de Miranda assim analisa como se apresentava o patrão da poaia em Barra do Bugres:

A figura do patrão apresentava-se em Barra do Bugres quase sempre como a de um cacique político, hábil e de fala fácil. Além de possuir a terra ele detinha também em suas mãos o comércio. Assim fechava-se o círculo vicioso. O homem simples e sem instrução estava à mercê daquele que a qualquer momento podia ditar sua sorte. Começa aqui a relação indissolúvel entre o poaieiro e o patrão. De um lado encontramos aquele que por herança detinha o monopólio da terra, usando-a como melhor lhe aprouvesse e de outro lado, o poaieiro homem pobre, sofrido e esperançoso.⁹³

A poaia, ressalte-se mais uma vez, constituía-se em excelente fonte de recursos tanto para os comerciantes como para a arrecadação de impostos por parte do município. Neste sentido, algumas medidas foram tomadas com vistas à preservação dos recursos naturais. Inclusive leis de acesso à mata da poaia. A partir de 1939, a Prefeitura Municipal de Barra do Bugres passou a ser a *protetora* da mata da poaia, com o Decreto-Lei número 1.202, de 8 de abril, publicado no Diário Oficial do Estado do Mato Grosso no mesmo dia e ano.

O Decreto-Lei estabelecia controle sobre a mata da poaia, numa tentativa de impedir

⁹³ MIRANDA, Graci Ourives de. *A poaia : um estudo em Barra do Bugres*. Cuiabá, 1983. Monografia (Especialização em História de Mato Grosso) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, p. 32.

a sua derrubada e queima. Já o Decreto-Lei n.º 01, de 5 de abril de 1939, registrado no Livro de Decretos da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres, estabelece o período para a extração da poaia e exige o replantio obrigatório.

O controle de acesso dos poaieiros à mata da poaia também se estabelecia na cobrança da licença anual, cujo valor, em 1937, era de trinta mil réis⁹⁴. É importante observar que somente de posse da referida licença podiam os poaieiros adentrar à mata com segurança.

Há relatos de que os “cobradores de impostos” passavam em todos os ranchos e feitorias, dentro da mata, cobrando tributos sobre a poaia extraída. Quem esclarece melhor sobre o controle da cobrança destes impostos é Lúcio José da Silva Rondon, poaieiro, nascido em 1913 próximo à cidade de Cáceres. Filho de pai poaieiro, que dirigiu-se para a região navegando o rio Paraguai em busca da poaia, fixou-se inicialmente em Três Ribeirões e depois em Mato Queimado⁹⁵, tendo trabalhado na extração da poaia até aproximadamente a década de 1960, como pequeno patrão e poaieiro:

Cobrava do patrão. Cada poaieiro que ele levava, pagava um tanto. Não lembro quanto. Depois a gente cobrava com poaia. Quem não pagava, iam atrás, nas feitorias, para ver quantos poaieiros tinha. Então, não tinha jeito, tinha que pagar.⁹⁶

A ênfase de que não se podia ir para a mata sem antes obter a licença é evidenciada também em outros depoimentos. Em Barra do Bugres, a cobrança de impostos era aplicada sendo cobrados 10% sobre o produto extraído.

Apesar da cobrança de impostos e da criação de leis e decretos para um maior controle e vigilância sobre as matas da poaia, a exploração predatória persistia num crescendo. Em 10 de dezembro de 1940 a Coletoria de Rendas Estaduais no Município

⁹⁴ CUNHA, 1981, p. 37.

⁹⁵ Regiões próximas de Barra do Bugres chamadas pelos nomes dos rios.

⁹⁶ Depoimento de Lúcio José da S. Rondon gravada no dia 10 de fevereiro de 2003.

de Barra do Bugres, criava o Decreto nº 348, com o objetivo de exercer um maior controle sobre a extração da poaia.

Conforme observado, várias medidas de controle sobre a mata de extração da poaia foram tomadas através de decretos e leis, sendo esse tema alvo de discussões e debates na Assembléia Legislativa do Estado. Um Projeto de Lei de autoria de Octávio Pitaluga⁹⁷, apresentado à Assembléia Legislativa em 1918, propunha a intervenção do Estado através de leis e estatutos com vistas às vantagens de proteção da mata da poaia que se encontrava na Bacia do Alto Paraguai. Nos termos de Pitaluga, a produção destas matas “já vai se tornando diminuta, em vista da dificuldade com que se realiza nelas o trabalho de extração dos rizomas de ipeca”⁹⁸.

O autor do projeto propõe também medidas coercitivas para a proibição da extração da poaia para que os trabalhadores se envolvessem em trabalhos *mais profícuos*, como a agricultura, para isso propunha a cobrança de multas em dinheiro para quem desrespeitasse a lei, dado que na região do Alto Paraguai a escassez da ipecacuanha tinha ocasionado na região,

a permanência das comitivas de aventureiros, constituindo uma população adventícia de mil e duzentos homens aproximadamente, procedentes de pontos os mais remotos de vários municípios do estado.

Ao tratar das conseqüências da extração realizada indiscriminadamente fora de época, e, em observância às conseqüências para o próprio trabalhador, da árdua vida dentro das matas, Pitaluga propunha mudanças que iam desde a implantação de impostos e multas aos poaieiros que mutilassem a mata, a prêmios em dinheiro àqueles que praticassem a cultura sistematizada da ipecacuanha – a ipecultura. Ressalte-se que a sistematização da cultura da poaia foi alvo de discussões por quase três décadas após a primeira proposta. É importante

⁹⁷ PITALUGA, 1998.

⁹⁸ *Ibidem*, p. 10.

ressaltar que o processo de desmatamento das florestas do Mato Grosso vinha de longa data, sendo alvo de discussões por parte de políticos que estavam à frente do poder público no Estado.

No ano de 1949, o deputado Vandoni de Barros apresentou à Câmara Federal uma proposição que criava uma Estação Experimental de Ipecacuanha no Município de Cáceres. A lei foi aprovada no Congresso Nacional e destinou verbas para a criação da referida Estação. Tais verbas foram recolhidas, no entanto, por não ter o Ministério da Agricultura efetivado as medidas preliminares para a sua instalação.

Ainda na introdução do projeto, Pitaluga faz descrições das leis existentes no Estado, a respeito da poaia, que datam do ano de 1858. Para o referido autor, ainda que a poaia tenha figurado nos orçamentos públicos, contribuindo com impostos para a Província, não existia nenhuma medida de proteção à mata, por parte da mesma lei, “que visasse impedir a sua destruição lenta e gradual ou aumentar e melhorar a colheita de suas raízes”⁹⁹. Pitaluga, mesmo considerando a existência da Lei de 27 de julho de 1895, proibitiva da derrubada da mata à beira-rio, propõe uma legislação especial de proteção à mata da poaia, voltada principalmente para o interior do Estado do Mato Grosso, na região do Alto Paraguai, pois, segundo ele, “com os ricos poiais também desaparecem as majestosas florestas compreendidas entre Sepotuba e o Cabaçal, e entre este o Jauru”e com elas, todas as espécies vegetais existentes.

As queimadas e o desmatamento são considerados como fatores principais, dentre outros, para o fim do extrativismo da poaia na região. A revista *Brasil-Oeste*¹⁰⁰ publicou em um artigo os possíveis fatores da decadência da poaia no Estado do Mato Grosso:

⁹⁹ *Ibidem*, p. 7.

¹⁰⁰ A *Revista Brasil-Oeste* era veículo de propaganda especializado em difundir técnicas agro-pastoris, sobre a conjuntura econômica e conhecimentos gerais sobre a região Centro-Oeste e divulgadora das vendas de terras em território mato-grossense, através do contato com vendedores da Imobiliária Oeste Brasileira, cujos proprietários eram empresários de São Paulo e donos da revista. Mantinham uma sede em Tupã-SP, e filiais em Cuiabá-MT e em Maringá-PR.

Precária a situação da Indústria Extrativa da Ipecacuanha no Estado do Mato Grosso

A poaia nativa das florestas dos vales do Paraguai, Cabaçal, Jauru e Sepotuba e seus afluentes era abundante no município de Cáceres, mostrando-se, mesmo nas proximidades da cidade, mas que já se distanciou por dezenas de léguas do centro inicial de extração, afundando-se nas selvas. São apontadas como causas determinantes do desaparecimento da poaia, a falta de sistematização na sua exploração, a inobservância do replantio e o fogo ateado anualmente nas matas de poaia.

Queremos destacar como maior responsável pelo aniquilamento da poaia e, talvez, o próprio desaparecimento da espécie, o fogo, ou seja, a queimada.¹⁰¹

Embora se perceba que o desmatamento das florestas da região era crescente, o quadro se acentua a partir da década de 1960, com a ação efetiva de vendas das terras através da ação de companhias colonizadoras privadas na região. Assunto que trataremos no segundo capítulo.

Esta discussão foi retomada no âmbito da academia por estudiosos que abordaram a economia do Estado do Mato Grosso¹⁰², com destaque especial para o estudo de Maria Inês Malta Castro¹⁰³, que apresenta um panorama geral sobre a exploração dos recursos naturais em Mato Grosso no século XIX. Em “Abundância Desperdiçada”, a autora faz uma análise do uso dos recursos naturais pela população de Mato Grosso, e tece considerações acerca do olhar do escritor João Severiano da Fonseca quanto ao uso da madeira para o fornecimento de lenha aos barcos a vapor, principalmente após a abertura da navegação do rio Paraguai em 1870, e sobre o desmatamento indiscriminado às margens deste rio pelas empresas de navegação e pelos lenhadores que não obedeciam à Lei de 1858, proibindo o corte de madeiras nobres sem a devida licença. Parafraseando Fonseca, a autora destaca as principais preocupações do autor, em viagem pela região, por onde passara em 1875, quando atentou

¹⁰¹ *Revista Brasil-Oeste*, São Paulo, n.13, ano II, maio de 1957.

¹⁰² Em especial a autores como BORGES (1991) e CORRÊA FILHO, Virgílio. *À sombra dos herveas mato-grossenses*. São Paulo, ed. Limitada, 1925. (Monographias Cuiabanas)

¹⁰³ CASTRO, 2001.

para o desperdício das riquezas naturais de Mato Grosso, as madeiras de lei, como as ervas medicinais, com destaque para a poaia que se perdiam com o corte das árvores¹⁰⁴.

Além do desmatamento, as queimadas e a falta do replantio dos poaiais, a fabricação da emetina sintética, feita em laboratório, contribuiu para a queda no preço da poaia e a redução na procura pela matéria-prima, provocando a sua decadência.

A figura do poaieiro, ou seja, da pessoa que realizava a extração da poaia, é representada *como gente corajosa*, que se embrenhava mata adentro em busca da preciosa raiz. Daí a indagação: como eram estes trabalhadores, homens e também mulheres, que viviam dentro e fora da mata?

Seguindo a trilha do cotidiano dos poaieiros, descobre-se um pouco da história de pessoas que tinham na extração da raiz o seu meio de subsistência. A partir de histórias de vida de homens como Glicério Celestino, José Lúcio da Silva Rondon, Júlio Santiago da Costa, Adão Taques, Francisco Alves de Jesus, e de mulheres como Januária da Costa¹⁰⁵ e Beatriz Casassuz¹⁰⁶, consegue-se reconstituir o universo social dos poaieiros, as alegrias e as tristezas que a extração gerou àqueles que trabalharam na sua exploração. Descobre-se medos, histórias e formas de manifestações culturais muito próprias, mescladas com esperanças e expectativas quanto ao futuro.

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 259.

¹⁰⁵ Januária da Costa, de 76 anos, lavradora, ex-poaieira, mãe de duas filhas, atuou tanto na extração da poaia, compondo a comitiva do seu irmão José Lúcio da Costa, como em outros trabalhos, como a venda de “produtos” bolivianos trazidos por sua tia.

¹⁰⁶ Beatriz Casassuz, de 63 anos, mãe de três filhos, que trabalhou no hotel de propriedade de sua irmã Carmem Casassuz, no Município de Barra do Bugres, na década de 1960.

CAPÍTULO II

A VIDA DO POAIEIRO E AS PRÁTICAS CULTURAIS EM BARRA DO BUGRES

“Naquele tempo, tudo aqui era mata e poaia, não se precisava ir longe para achar a poaia. Aqui tinha poaia e muito. Ali do outro lado do rio era tudo mata e poaia. Perto do campo de avião tinha poaia. As vez a gente ia longe para encontrar bastante poaia, perto era mais explorado. Mas, se quisesse poaiar perto, tinha e muito!”

(Glicério Celestino)

2.1. A vida do poaieiro no povoado

Na análise do cotidiano dos trabalhadores da poaia em Barra do Bugres percebe-se a sua proximidade do com a natureza. Ele mantém intimidade com o meio ambiente circundante, principalmente a mata, de onde tirava, além da poaia, a lenha para o fogo, os alimentos, como frutas, caça e pesca, elementos encontrados em abundância até aproximadamente a década de 1960.

O poaieiro conhecia bem a mata da poaia. A familiaridade com a região era decorrente do fato de muitos terem nascido nas proximidades da mata da poaia e iniciado o trabalho de extração da raiz desde tenra idade; crianças que aprendiam com os pais e parentes. Para extrair a raiz, os trabalhadores se estabeleciam próximos à mata para facilitar o trabalho. Muitos, no entanto, vinham com toda a família, inclusive tios e primos, e se instalavam permanentemente nestes lugares, formando pequenos núcleos familiares. A família de José Lúcio da Silva Rondon é um exemplo: seu pai saiu do município de Cáceres por volta do ano de 1926 e estabeleceu-se com a família no Mato Queimado, próximo de Barra do Bugres. Com ele vieram os irmãos, tios e primos, formando uma comunidade de parentesco. As pessoas que não eram parentes por laços consangüíneos acabavam por estabelecer laços de compadrio espiritual. Ao que consta, a relação estabelecida de parentesco e compadrio era comum na comunidade de Barra do Bugres, ocorrendo muitos casos de casamentos entre primos e primas, o que estreitava tais laços de amizade e parentesco.

Em relação à procedência dos habitantes que residem atualmente em Barra do Bugres, as narrativas selecionadas para a elaboração deste estudo possibilitaram vislumbrar os seus locais de origem. Observou-se que os entrevistados vieram, em sua maioria, de lugares como Poconé, Vila Bela, Acorizal, Guia, Cáceres, Cuiabá, Nioac, Rosário Oeste, que são os núcleos urbanos mais antigos do Mato Grosso, sendo que alguns deles possuem

aproximadamente duzentos anos, ou mais, como Vila Bela da Santíssima Trindade, fundada em 1752¹⁰⁷. Considera-se aqui a possibilidade de que sejam descendentes de filhos de escravos ou fugitivos da Guerra do Paraguai, ou, ainda, quiçá de escravos fugidos, moradores de quilombos.

A hipótese mais provável é a de que estas gerações possivelmente embrenharam-se na mata para fugir de seus senhores e da escravidão. Tais evidências podem ser confirmadas se considerada a existência de quilombos existentes no rio Sepotuba. Rio que nasce em Nova Marilândia e encontra-se com o rio Paraguai em Cáceres. Tratava-se do “quilombo mais antigo e mais temido dos ajuntamentos de escravos existentes em Mato Grosso naquele período – o Sepotuba”¹⁰⁸, contando, inclusive, com a presença de um oficial graduado da Guarda Nacional entre os fugitivos – o capitão Antônio Vieira d’Azevedo. Pode - se tratar ainda de filhos de nordestinos, que assolados pela seca na região, migraram para diversas regiões da Amazônia no fim do século XIX¹⁰⁹.

A área onde se encontrava o quilombo do Sepotuba na segunda metade do século XIX, foi ocupada por mestiços, negros, índios e também por soldados fugitivos da Guerra do Paraguai. Os soldados eram recrutados, muitas vezes, à força, para lutarem na frente de batalha da guerra; fugiam das fileiras militares quando surgia a oportunidade, engrossando o contingente do quilombo¹¹⁰.

¹⁰⁷ Segundo Maria Adenir Peraro, o vale do Guaporé abrigou a antiga capital de Mato Grosso – Vila Bela da Santíssima Trindade –, estabelecida no sítio de Pouso Alegre, em 1752, e assistiu, a partir de então, a uma política de povoamento mais efetiva. A esse respeito, ver PERARO, Maria Adenir. *Bastardos do Império – Família e sociedade em Mato Grosso*. São Paulo : Contexto, 2001, p. 26.

¹⁰⁸ Existiram vários quilombos no Mato Grosso. A este respeito, ver VOLPATO, Luíza Rios Ricci: *Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888*. São Paulo: Marco Zero / Cuiabá: Ed. UFMT, 1993, p. 62

¹⁰⁹ Ver GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Trad. Galeano de Freitas. 16.ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1983. Em seu estudo o autor denuncia o “mercado humano” no Nordeste brasileiro, e a venda dos trabalhadores mesmo após a abolição da escravatura. Pois, até o final do século XIX “meio milhão de nordestinos emigraram para a Amazônia, magnetizados pelas miragens da borracha”, e o êxodo continuou devido “as secas que assolaram o sertão e as sucessivas marés da expansão dos latifúndios açucareiros da Zona da Mata” e que, “em 1900, 40 mil vítimas da seca abandonaram o Ceará, tomando o caminho habitual por essa época, que era a rota do norte, rumo à selva” (p. 98).

¹¹⁰ *Ibidem*, p. 61.

É importante destacar que foram realizadas bandeiras de expedições para a destruição deste quilombo e dos demais existentes no Mato Grosso. Pedro Alencastro, em 1860, menciona a autorização, em 1859, de uma expedição de bandeiras para capturar escravos fugidos e a destruição dos quilombos, financiando as despesas necessárias para a ação¹¹¹.

Há indícios de que combatentes diretos da Guerra do Paraguai e ex-escravos tenham encontrado nas matas da poaia o refúgio necessário para fugir da perseguição dos seus senhores. Há relatos de que estes “desertores” tenham encontrado na extração da poaia a garantia da sobrevivência. Possivelmente não encontraram dificuldades para viver sem serem descobertos, chegando mesmo a constituir famílias, casando-se com mulheres indígenas ou mestiças. Segundo Peraro, os casamentos e/ou uniões de índias com homens brancos, mestiços ou com negros escravos garantia a efetivação do povoamento nas faixas de fronteira¹¹².

A poaia existia em abundância na região ao tempo em que atraía as pessoas a trabalharem na sua extração. Muitos eram atraídos pela fama que ela gerava: a de que se podia ganhar muito dinheiro com a extração e o comércio, pois o produto alcançava bons preços. Outros, no entanto, tinham na extração da poaia a única fonte de recursos para terem acesso a alimentos, roupas, além de outros artigos, que eram pagos com poaia.

Para Romana Maria Ramos da Costa, havia interação da atividade da frente extrativa da poaia com a extração da borracha. O fato de as duas atividades extrativas se caracterizarem como explorações sazonais – a extração da poaia em tempo chuvoso e a da borracha em tempo seco – pode ter possibilitado esta interação¹¹³. A autora destaca também o caráter complementar entre as atividades, bem como as características similares das duas indústrias

¹¹¹ Relatório do Presidente de Província de Mato Grosso, Pedro Alencastro, 3 de maio de 1860.

¹¹² PERARO, 2001, p.28.

¹¹³ COSTA, 1985.

extrativas, principalmente quanto à exploração e o comércio que eram realizados nas cidades de São Luís de Cáceres e Barra do Bugres através de grandes estabelecimentos comerciais, como a Casa Comercial Scaff Gatatts.

A concomitância das frentes extrativas na região não retirou grande número de trabalhadores da extração da poaia. Na região de Barra do Bugres e nas proximidades, devido à grande quantidade de “fogões de poaia” na mata, os trabalhadores se dedicavam sobretudo à extração da poaia. Nos depoimentos, os entrevistados mencionam o envolvimento com a frente extrativa da borracha e também com a extração de minérios; porém, tinham na extração da poaia a principal ocupação, na qual diziam ter mais prática e, também, porque a consideravam mais rentável. Conforme relata Glicério Celestino,

Eu fui poaieiro e também trabalhei com seringa. Meu pai trabalhou na extração da seringa, ele gostava mais. Eu trabalhei pouco com seringa. Às vezes, ia na época da seca mas, sempre preferi trabalhar com a poaia, era melhor a gente tinha os companheiros que iam com a gente. Era mais unido.¹¹⁴

Embora sejam poucos os relatos que confirmem o envolvimento nas duas frentes extrativas, as modificações ocorridas na frente extrativa da poaia se faz presente em Barra do Bugres. As formas de extração “espontânea” e “dirigida”, sem e com a presença do patrão, respectivamente, coexistiram até a década de 1960.

Os moradores da região, que trabalhavam na extração da poaia também dedicavam-se à agricultura na estação seca, período oposto ao da extração. Neste período também aproveitavam a temporada para fazer consertos na casa, se deleitar em conversas com os compadres e se preparar para uma “nova” empreitada de extração.

A dedicação quase que exclusiva à extração acabava por gerar dependência dos trabalhadores em relação ao proprietário do armazém, pois na época da seca pouco se

¹¹⁴ Depoimento de Glicério Celestino gravado no dia 26 de fevereiro de 2003.

plantava e pouco se colhia. O testemunho de Glicério registra que havia possibilidade de se plantar, mas que, no entanto, as dificuldades climáticas acabavam por interferir nas safras, pois

A vida do poaieiro era de desventuras. Eu falava não. Agora vou cuidar da minha rocinha, mas, aí chegavam os companheiros, e aí, vamos, vamos. Eu ia. Todo mundo ia. Aqueles pais de família. Essa era a vida, né. Era a poaia. Eu falava, só dessa vez, depois não vou mais, mas, não tinha outro jeito. Tinha que ir. Era sofrido, mas parece que era uma coisa... Agora, como eu, eu tinha a minha rocinha, outro tinha, mas sempre plantava já atrasado, fora do tempo, porque justamente no tempo de cuidar daquela lavoura, a gente estava no sertão, né? Atrapalhava tudo. Aquilo ali era uma escravidão. Quando encerrava a safra, que entrava a seca, nos meses de abril e maio, já ia terminando, aí vinha a seca.¹¹⁵

As narrativas permitem que sejam observadas referências entre o trabalho de extração e as dificuldades vividas por eles, pois os poaieiros não eram livres para comercializar o fruto do seu trabalho. Como devedores dos armazéns, deveriam saldar as dívidas, já que, do contrário, sofreriam represálias, que poderiam ser tanto físicas quanto o corte do crédito para a safra seguinte. É comum nas narrativas o dilema entre a vontade de abandonar o serviço *tão cruel*, numa mata úmida cheia de insetos e animais perigosos, onde se passava frio, fome e sempre se andava molhado, e a persistência de continuar no trabalho de extração na esperança de se conseguir guardar alguma economia e melhorar o padrão de vida. A falta de opção também se apresenta como fator importante para a permanência no extrativismo. O trabalho de extração era responsável também pela manutenção da unidade do grupo. Como moradores de região onde quase todas as pessoas se envolviam/sobreviviam, direta ou indiretamente, da extração da poaia, o *poaiar* era parte da cultura local e se fazia presente nas conversas do dia-a-dia, nos encontros das famílias, no armazém, nas festas e nas conversas de fim de tarde, quando eram repassadas aos filhos as experiências vividas na mata. Enfim, a poaia era o *assunto* preferido, senão o mais discutido. Narrações relembram que,

¹¹⁵ Depoimento de Glicério Celestino.

mesmo abandonando a profissão de poaieiro, após determinado período as pessoas acabavam voltando à atividade:

Era como um costume. Quando começava a se aproximar o mês de setembro, parece que dava um comichão na gente. Aí vinham os companheiros, vamos, vamos. A gente largava tudo, até as roças, e ia.

O depoimento de Glicério Celestino demonstra a forte ligação que era mantida com o trabalho de extração. Havia dificuldades para abandoná-lo. Muitos não resistiam aos convites dos companheiros e voltavam a entrar na mata. Glicério Celestino que ia para a mata com o pai e o cunhado, diz que as atividades de extração eram associadas à extração da seringa e com as da roça, mantidas com a ajuda da família. As atividades da roça eram realizadas principalmente pelas mulheres e crianças, que ficavam em casa. E eram plantadas em terras pertencentes ao governo, denominadas de terras devolutas, ou em terras de patrões.

Até a década de 1960, poucos eram aqueles que tinham o título de propriedade da terra, a escritura, gerando a expulsão do local onde viviam. As famílias que foram se estabelecendo na região eram, em sua maioria, trabalhadores extrativistas que migravam com frequência, mantendo, portanto, uma relação de uso da terra. Chegavam, geralmente, navegando os rios da região, como o Paraguai e o Sepotuba, em busca da poaia. Construíam ranchos e, conforme os relatos, *iam vivendo*. A percepção sobre a terra evidenciada nos relatos era a de que ela era do governo, terra devoluta; não possuía proprietários e, portanto, poderia ser ocupada por quem chegasse primeiro¹¹⁶. Esta prática de ocupação da terra era disseminada entre os moradores. Januária da Costa e Glicério Celestino demonstram suas percepções acerca da questão:

¹¹⁶ Segundo Gislaene Moreno, o regime de posses de terras no Brasil é antigo; “teve vigência legal no interregno de 1822 a 1850, constituindo-se na única forma de apropriação livre das terras. O regime de posses abriu possibilidades de acesso à terra tanto para os pequenos produtores rurais como para os grandes, que se beneficiavam com a incorporação de novas terras ao seu patrimônio” [MORENO, Gislaene. *Os (des)caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso*. São Paulo, 1993. Tese (Doutorado de Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 98].

A gente não ligava para terra não! Tinha era muita terra. Se não tinha logo aqui, logo adiante tinha. Era muito mato. Ninguém ligava pra terra. Todo mundo podia chegar, fazer seu rancho e fazer sua rocinha. A gente achava que a terra não acabava.¹¹⁷

A gente morava dentro do mato. Eu nasci lá no mato, no Salobra Grande. Meu pai, meus tios, todo mundo morava lá. Era terra devoluta, não tinha dono. A gente não pensava assim em nada, de ficar sem terra. A gente vivia lá. Depois, chegou um homem lá e disse que a terra era dele. Tinha os documento, nós tivemos que sair.

A percepção de que a terra existia em abundância e de que era só chegar e ocupar está presente em outros depoimentos. Muitos afirmaram que não possuíam documentos e nem se preocupavam com a legalidade. Na realidade, tratavam-se de pequenos posseiros e lavradores que, muitas vezes, até desconheciam os “caminhos” para a obtenção da legalidade da terra. Desconheciam as leis, e também não possuíam condições financeiras para legalizá-la através da compra¹¹⁸. Em se tratando de trabalhadores da poaia, eram pessoas pobres que, muitas vezes, possuíam apenas o necessário para a sobrevivência. Esses trabalhadores não se preocupavam com a legalização das áreas, embora em muitos casos demonstrassem conhecimento sobre a existência de “terras legalizadas”. Para os habitantes, a terra era o local de morada. A lei da posse era respeitada por todos e era garantida, pois a partir do momento em que se derrubava o mato era construído o barraco e se iniciava o plantio de roças. Era a concepção do direito à terra legitimada pelo trabalho sobre ela, sem que ninguém houvesse trabalhado nela.

José de Souza Martins, em estudo sobre *a vida privada nas áreas de expansão da*

¹¹⁷ Depoimento de Januária da Costa, no dia 26 de setembro de 2002.

¹¹⁸ A lei de terras estadual, que deu garantias à regularização de posses ocorridas antes e após 1854, dando direito de preferência para a compra de terras consideradas devolutas aos ocupantes de posses, “excluiu a possibilidade de permanência na terra pelos pequenos posseiros, sem condições de efetuar a compra ou de enfrentar a burocracia para a sua regulamentação, e proibiu, a partir da publicação da lei, novas posses, que ficavam sujeitas a despejo com perda das benfeitorias realizadas” (p. 104). A mesma lei (lei n.º 20/1892), segundo a autora, “ao invés de beneficiar os pequenos posseiros, garantindo-lhes a propriedade territorial com a democratização do solo, produziu, ao contrário, enormes latifúndios, adjudicando a título gratuito vastas extensões de terras a particulares” (MORENO, 1993, p. 105).

sociedade brasileira, ao abordar a questão da terra nas áreas de fronteira, afirma que

O sinal de ferro como indicativo de amansamento gera por si só um direito de posse reconhecido por todos; menos, evidentemente, pelos portadores de títulos e documentos de propriedade. O sinal de ferro é a marca do machado que derrubou a mata, desbravou e amansou a terra, incorporando nela o trabalho duro de quem primeiro nela trabalhou.¹¹⁹

Mesmo tendo havido muitos casos de vendas de “locais de morada”, o valor atribuído era baratinho. Segundo relatos, eram geralmente vendidos por instrumentos de trabalho, como enxadas, foices, cavalos e vacas. Nesse aspecto, a terra não era preocupação à época, pois todas as atenções estavam voltadas para a extração da poaia. Tanto para os comerciantes de Barra do Bugres como para os poaieiros a terra não se apresentava como fonte de renda ou de comércio, para especulação imobiliária. No caso dos poaieiros, ela era utilizada para a moradia, para o plantio de roças de subsistência e criação de animais para o consumo próprio.

No entendimento dos poaieiros, o principal fator da decadência da poaia está relacionado à venda das terras, principalmente pelo fato de a venda limitar o acesso à mata:

Quando as terras começaram a ser vendidas não dava mais pra entrar na mata. Os fazendeiro não deixava mais. As matas foram divididas entre o povo que chegava. elas foram sendo cortadas. Cada vez tinha que se ir mais longe para achar a poaia que foi acabando.¹²⁰

A intensificação da venda das terras na década de 1960 na região da mata da poaia, em Mato Grosso, vai gerar uma série de conflitos, onde os direitos costumeiros conhecidos pelos moradores são invalidados pelos títulos – documentos –, de quem os tinha. Sem a posse dos documentos comprobatórios, eram obrigados a deixar os seus lugares de morada e partir em busca de outros. A visão do uso da terra, a partir da concepção dos trabalhadores

¹¹⁹ MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil – Contrastes da intimidade contemporânea*. v.4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 659-726.

¹²⁰ Depoimento de Glicério Celestino.

poaieiros, acabava contribuindo para a sua própria exclusão, pois, além da falta de informações sobre as maneiras de legalizar a terra, não dispunham de condições financeiras para lutar, por meios “legais”, pelo direito a ela.

José de Souza Martins ao tratar da ocupação das terras em regiões de fronteira, alerta para a maneira como se dissemina a propriedade privada e como ela se recobre de formas jurídicas. Para o referido autor, este direito “essencialmente se baseia em ações que prolongam a vitalidade histórica da sebaça, do saque, do direito aos bens dos vencidos”¹²¹. Declara ainda que se trata de “um direito ambíguo, revestido de força da forma e que facilmente é reconhecido por juízes e tribunais, que, no fim, acabam cometendo injustiças”¹²².

Na região de Barra do Bugres, a exclusão e até a expulsão dos ocupantes antigos de terras, vinham, muitas vezes, revestidas desta forma legal, posto que mesmo os detentores de algum tipo de documento eram obrigados a vender as terras por causa da pressão e de ameaças que sofriam. As pressões eram acompanhadas por violências, privações. Foi o caso de José Lúcio da Silva Rondon, que afirma ter sido obrigado a vender suas terras devido às ameaças de ficar “espremido” pelos grandes fazendeiros, que o privavam da água e da passagem por suas terras.

A gente morava lá no Queimado, moramos em outros lugares também. A terra não tinha valor para nós. Eu tinha documento, mas os fazendeiros foram chegando, me apertando. Eu fiquei no meio, eles disseram que não iam deixar espaço para eu passar, nem água eu podia ter. Eu fiquei no meio espremido, no meio da terra deles. Não teve outro jeito. Vendi baratinho, nem lembro quanto.¹²³

Na leitura da Planta Cadastral de Barra do Bugres, Arenápolis e Cáceres¹²⁴ de 1960, em que está representado o mapeamento das glebas de terras da região, é mostrado o

¹²¹ MARTINS, 1998, p. 669.

¹²² *Ibidem*, p.670.

¹²³ Depoimento de José Lúcio da Silva Rondon, no dia 26 de fevereiro de 2003.

¹²⁴ SILVA, Darwin Monteiro da. *Planta Cadastral de Barra do Bugres, Arenápolis e Cáceres*. Cuiabá, 1960. 1 mapa, nº 226; escala 1:250. (Manuscrito)

quadriculamento das terras na região. O mapa foi organizado e desenhado por Darwin Monteiro da Silva, professor de Desenvolvimento Técnico e ex-assistente técnico da Seção de Desenvolvimento e Cadastro do Departamento de Terras do Estado. Ele, por sua vez, confeccionou o mapa baseando-se em consultas de levantamentos de engenheiros civis, agrônomos, agrimensores, cujos nomes são Camilo Boni, Cantídio Buriti, José Bardauil, Benedito M. e Souza, Manoel Vieira, Nelson C. Marques, Domingos Lima, Guilherme F. de Lima, Júlio Costa Marques, e outras consultas, como: registros e documentos antigos de imóveis. Os engenheiros e agrimensores responsáveis pelo recorte e medidas de terras que compõe o mapa eram pessoas ligadas direta ou indiretamente ao Departamento de Terras e Colonização do Estado (D.T.C.)¹²⁵, e pela Comissão de Planejamento da Produção (C.P.P.)¹²⁶. Estes órgãos funcionaram juntos até o final da década de 1960, sendo que havia denúncias de corrupção e desorganização contra o D.T.C., onde a “falta de controle do processo de regularização das terras estaduais serviram ao complicado jogo de interesses, onde objetivos econômicos e partidários comandavam a desenfreada privatização das terras públicas”¹²⁷.

Segundo Carlos Edinei de Oliveira, devido à denúncias o Departamento de Terras foi fechado em diversas administrações, em 1951, 1956 e 1961, com suspensões temporárias, sendo que em 1966 as transações fraudulentas de terras escapavam a qualquer tipo de controle, atingindo níveis extraordinários¹²⁸, o que levou ao fechamento do D.T.C. por 12

¹²⁵ Segundo Gislaene Moreno, o Departamento de Terras e Colonização (D.T.C.) foi criado em 1946 em substituição à Diretoria de Terras e Obras Públicas (criada em 1902), tendo como principais atribuições a regularização fundiária do Estado, a orientação técnica aos órgãos subordinados, a legalização de propriedades e explorações rurais e o estabelecimento de regras para a imigração e colonização de Mato Grosso. “Este órgão de terras sempre teve instalações físicas precárias e problemas de recursos humanos, nunca teve sua estrutura funcionando regularmente” (MORENO, 1993).

¹²⁶ O C.P.P. (Comissão de Planejamento da Produção), criada para gerar as condições básicas para o funcionamento do Banco Agrícola de Mato Grosso; era subordinada ao Governo do Estado. A Comissão tinha como funções: fundação, organização, fiscalização das colônias e a assistência técnica aos ramos da produção agrícola (cf. o capítulo 4 de MORENO, 1993).

¹²⁷ OLIVEIRA, 2001, p. 47.

¹²⁸ *Ibidem*, p. 48.

anos. A C.P.P. continuou funcionando, dando continuidade ao programa de colonização, sendo absorvida pela Companhia do Estado de Mato Grosso (CODEMAT), criada em 1966.

Foi neste período conturbado, portanto, de denúncias de corrupção e fraudes que o espaço de Barra do Bugres se reconfigurou. Na leitura do documento – Planta Cadastral, percebe-se que as terras são recortadas em glebas que variam de 2.000 a 10.000 hectares. Sendo que existiam pessoas com uma, duas, até três glebas. Devido à precariedade do documento e ao grande número de divisões, não foi possível precisar o número total de glebas existentes no mapa. O recorte das terras foi feito de forma retangular, em que enquadrava-se nos processos cartográficos anteriormente realizados em São Paulo e no Paraná¹²⁹.

O território que foi demarcado neste período, e que compõe o mapa, era significativo, abrangendo três municípios do Mato Grosso: Barra do Bugres, Arenápolis e parte de Cáceres.

Somente o território de Barra do Bugres, na década de 1960, correspondia a 18.661 km², do estado do Mato Grosso com uma área de 443.799 hectares de terras¹³⁰.

Nestas divisões, no entanto, não constam entre os proprietários nomes de trabalhadores, pequenos posseiros, poaieiros, como os entrevistados para este estudo. Isto reforça a hipótese da exclusão dos extrativistas poaieiros, do acesso à propriedade de terras.

A maior parte das terras da região foi revendida por empresas privadas que, através de propagandas de vendas de terras, “convidavam” pessoas a vir para a região. Neste período, da década de 1960, o território do Mato Grosso era visto como um imenso território “desocupado”, um discurso utilizado pelo governo estadual, que se tinha objetos de atrair migrantes de outras parte do país, principalmente sul, para comprar terras no estado.

¹²⁹ Sobre o recorte de terras, ver OLIVEIRA, 2001, p. 51.

¹³⁰ Recenseamento Geral do IBGE, 1950.

Conforme Oliveira¹³¹, a política de colonização com imigrantes, na região, era uma proposta desde o início do século XX. Para ilustrar melhor a afirmação, se utiliza da mensagem do Presidente de Estado Pedro Celestino Corrêa, enviada à Assembléia Legislativa de Mato Grosso:

Por Contrato assinado a 19 de outubro do ano passado o Governo do estado concedeu ao Sr. Marquez Luigi Beccaria Incisa, 50 lotes de 10.000 hectares cada um, para serem melhor localizados pelo menos 500 famílias em cada lote. A área reservada compreende terras situadas nas margens do Paraguai, desde a confluência, do Rio Sepotuba até Sant'Anna e nas margens dos rios Sepotuba, Cabaçal e Jauru até Serra dos Parecis.

Em março último, foi extraído o título provisório da área da Concessão tendo o Concessionário, pelo contrato o prazo de um ano para mandar proceder à medição dos primeiros 25 lotes.

Apesar de semelhantes concessões e do trabalho de introdução de imigrantes começado pela sociedade Hacker T. Companhia, o meu governo, para mais facilidade do povoamento de Mato grosso e para fomentar subseqüentemente, o desenvolvimento da nossa produção cogita de favorecer, diretamente, o estabelecimento de correntes migratórias para as nossas terras ferozes, instalando núcleos coloniais e assegurando a prosperidade de seus existentes.¹³²

A venda das terras e a disponibilidade das mesmas foi largamente propagandeada em meios de comunicação, assim como era mencionada a fertilidade das terras na mata da poaia, recurso largamente utilizado como forma de *marketing* pela imprensa da década de 1950. Verifica-se a divulgação de venda de terras no Centro-Oeste, através da Revista *Brasil Oeste*, editada em São Paulo, especializada na difusão de técnicas agro-pastoris, com divulgação da conjuntura econômica sobre a região mato-grossense.

A revista foi declarada de utilidade pública pelo Governo do Estado do Mato Grosso, pela Lei 1.713, de 29 de dezembro de 1961. Sua especialidade consistia em apresentar os aspectos físicos da região, bem como os fenômenos meteorológicos de Mato Grosso, sendo que destacava a qualidade do solo propício para a formação de cafezais. Destacava também a

¹³¹ *Idem*, p. 49.

¹³² Mensagem do Presidente do Estado, Pedro Celestino Corrêa da Costa, dirigida à Assembléia Legislativa, ao instalar-se a sua 2ª sessão Ordinária de 12ª Legislatura, em 13 de maio de 1922. Cuiabá - Mato Grosso (*apud* OLIVEIRA, 2001).

meteorologia mato-grossense, comparando-a às de outras regiões do Brasil, principalmente Paraná e São Paulo.

O nomes e endereços das imobiliárias que vendiam terras em Mato Grosso, apreciava constantemente nas páginas dos exemplares nos anos de 1956 a 1958. As matérias estampavam em letras graúdas o nome dos estados onde a imobiliária tinha escritórios: São Paulo, com sede em Presidente Prudente, Paraná, com filial em Maringá, e Cuiabá:

TERRAS EM MATO GROSSO

As melhores do Brasil, nos melhores planos de vendas. Zona central, completamente livre de geadas. Mato Grosso, dentro de pouco tempo será o estado mais rico do Brasil, em virtude da ótima qualidade de suas terras. (padrão: preta-massapé, vermelha escura e mista). Nas suas matas existem perobas, cedros, angelins, pau d'alho, figueiras e outras madeiras de lei. As terras em média possuem 70% de matas e 30% de campo nativo. O campo nativo de Mato grosso é fértil tanto assim que na zona de Campo Grande foi plantado café no campo e o resultado foi surpreendente, dando em média 10 sacos por mil pés.

As terras em Mato Grosso são próprias para café, cereais (arroz, feijão, milho, etc.), batata, hortelã, borracha, etc.

Adquira, enquanto é tempo, TERRAS EM MATO GROSSO, a preços irrisórios, no traçado da Estrada de Ferro Araraquara, garantindo o seu futuro e o de sua família. A IMOBILIÁRIA PRESIDENTE trabalha com terras situadas em BARRA DO BUGRES, BARRA DO GARÇAS, CUIABÁ, ROSARIO OESTE, ÇACERES, DIAMANTINO, POXORÉU, etc. Vendas em pequenos e grandes lotes, com todas as garantias: encaminha também requerimentos de TERRAS DEVOLUTAS no Estado de Mato Grosso, ao preço oficial, acrescido de pequena comissão por esse serviço, a qual será paga mediante a entrega dos documentos do estado.

Essa é a sua grande oportunidade! Aproveite-a. Terras a partir de CR\$ 120,00 O ALQUEIRE PAULISTA, com prazo para o pagamento de 3 a 4 anos, sem juros. Lembre-se do exemplo do Paraná, que já foi sertão, e faça o MELHOR NEGOCIO DA ÉPOCA, comprando terras em MATO GROSSO, o futuro celeiro do Brasil. Faça uma visita sem compromissos ao nosso escritório ou procure nossos corretores autorizados. Atendemos também a pedidos de qualquer localidade, por meio de correspondência.¹³³

Na revista encontravam-se, ainda, propagandas de terras do Centro-Oeste publicadas em língua inglesa, levadas para se fazer propaganda nos Estados Unidos, em Nova York, onde ficava a sede do escritório comercial do Brasil. A fertilidade da terra apresentada pela revista

¹³³ *Brasil-Oeste*. (1956-1958) SP. v..29. rolo 60. Microfilme. NDIHR-UFMT.

Brasil-Oeste é específica no convite para as terras do Município de Barra do Bugres, indicadas como ideais para o plantio de café:

Torne-se fazendeiro em Barra do Bugres!

O Município de Barra do Bugres, a 180 Km a No de Cuiabá, está se tornando pioneiro da cafeicultura no Norte de Mato Grosso. Situado a boa altitude, servido por numerosos cursos d'água e dispondo de terras de alto teor (roxas e massapé), para ali estão afluindo velhos fazendeiros, em demanda de melhor oportunidade para um recomeço de vida. As estimativas de fontes idôneas acusam a existência de mais de 350.000 pés de café em pleno desenvolvimento no município de Barra do Bugres. Ademais, estão em formação novos cafezais, alguns deles diretamente por nossa firma, mediante contratos de empreitada com clientes. Não será exagero afirmar-se que dentro de cinco anos, no máximo – a produção cafeeira de Barra do Bugres começará a pesar de maneira destacada na economia nacional. Temos a venda diversas glebas de terras em Barra do Bugres, com áreas de 100 a 1000 alqueires, a preços vantajosos e com facilidade de pagamento.¹³⁴

Percebe-se, que no final da primeira metade do século XX, a atuação de empresas privadas revendendo terras na região era uma realidade. Não encontramos maiores referências sobre a atuação da Imobiliária Presidente na região, após 1958. Posterior a esta data, percebe-se a atuação da colonizadora SITA – Sociedade Comercial Imobiliária de Tupã para a Agricultura Ltda., com atividades de vendas de terras em território que compreendia a mata da poia na região¹³⁵. Os compradores das terras vieram de Estados como São Paulo, Minas Gerais e Paraná, com o objetivo de praticar a agricultura intensiva, tal como o faziam em seus Estados de origem.

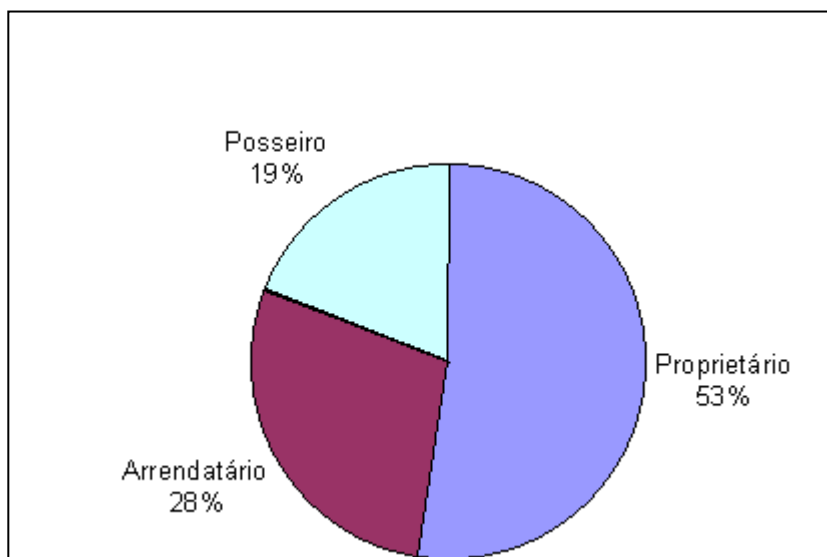
O processo das vendas das terras da região da mata da poia acabou por causar a dupla exclusão do trabalhador extrativista, que pelo fato de não possuir documentos das terras teve também limitada o acesso à poia em decorrência do desmatamento e da ocupação das destinadas à pecuária e à agricultura intensiva de milho, arroz, feijão, café e soja. Culturas estas, implantadas a partir do início da década de 1970.

¹³⁴ *Revista Brasil-Oeste*. (1956-1958) SP. Rolo 59. Microfilme. NDIHR-UFMT.

¹³⁵ Cf. OLIVEIRA, 2001. A SITA colonizou a região de Tangará da Serra formando seu território por desmembramento dos municípios de Barra do Bugres e Diamantino.

Os gráficos que seguem apresentam como se encontra, atualmente a divisão das terras de Barra do Bugres, entre proprietários, arrendatários e posseiros.

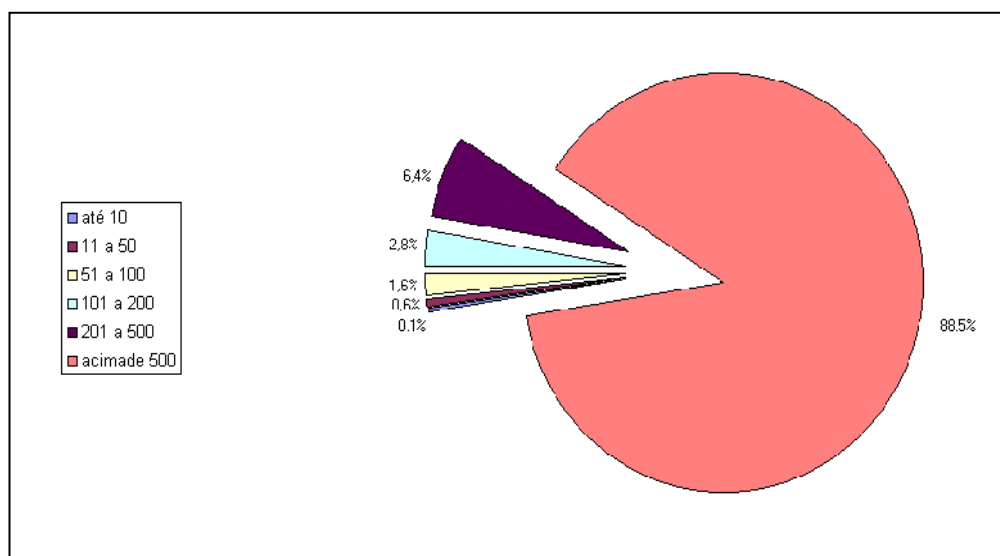
Gráfico 01– Regime de ocupação das Terras



Fonte: IBGE, Censo Demográfico. 2001.

A divisão das terras em Barra do Bugres tem hoje, como característica a presença do latifúndio, que ocupa 88% do espaço do território. Como se pode observar no gráfico.

Gráfico 02 – Barra do Bugres: Divisão das terras entre proprietários.



Fonte: IBGE, 2001.

O número de imóveis rurais de Barra do Bugres é da ordem de 311 propriedades, sendo que 38 delas estão acima de 500 ha, perfazendo um total de 262.300 ha. Conforme se pode visualizar no.

Quadro 1 – Área e número de imóveis rurais – Barra do Bugres-MT – 2001.

área (ha)	nº de imóveis	área total (ha)
Até 10	62	434,0
11 a 50	53	1.908,0
51 a 100	61	4.880,0
101 a 200	51	8.160,0
201 A 500	46	18.860,0
Acima de 500	38	262.300,0
TOTAL	311	296.542,0

Fonte: IBGE, 2001.

O cenário atual do território é de imensas plantações de cana-de-açúcar, cuja matéria-prima é fornecida às usinas para a fabricação de álcool e açúcar. As terras, em sua maior parte, concentram-se nas mãos de poucos, como vimos, contribuindo para provocar a exclusão dos trabalhadores que não têm acesso a elas. A exclusão da terra, assim como a derrubada das matas, tem contribuído para provocar mudanças na forma de vida destes trabalhadores que estavam acostumados, até então, com a natureza, questão, que trataremos a seguir.

2.2. E fora da mata?

No contexto de toda uma cultura voltada ao extrativismo da poaia, o meio ambiente fazia-se presente na constituição de hábitos, costumes e valores. Os ritmos da natureza condicionavam o cotidiano dos trabalhadores da poaia na região. No tempo das águas

dedicavam-se à extração da poaia, e no tempo da seca aos cuidados com a casa, a roça, aos lazeres e diversões, festas religiosas, casamentos, batizados.

Por se tratar de uma região predominantemente rural, ou melhor, de uma cultura rural¹³⁶, a natureza condicionava a vida das pessoas da região. O tempo vivido não era tempo rígido, demarcado cronologicamente pelos ponteiros do relógio, e sim marcado pelas festas religiosas, pelo roçado e plantio, quando se aproveitava para a conversa com amigos, para contar os *causos* contados aos filhos nos finais de tarde. O tempo fluía sem pressa.

Relatos contam da mata e de épocas que ficaram registradas nas memórias. Os entrevistados são, em sua maioria, moradores da região de Barra do Bugres, muitos nascidos e criados na mata, em pequenos núcleos próximos ao povoado, “filhos do lugar”. Seus pais, tios e primos haviam sido ou eram poaieiros. Nos depoimentos sobre a mata relatam o que ficou registrado em suas memórias. Trata-se de uma memória compartilhada pelo grupo, memória social e coletiva¹³⁷. Sendo assim, concordamos com Hawbachs quando afirma que

memória é um processo individual, que ocorre em um meio social, dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Ainda que esteja sempre moldada de diversas formas pelo meio social, o ato e a arte de pensar jamais deixam de ser profundamente pessoais.

As particularidades da vida da região durante o período entre os anos de 1930 e de 1960 tinham como características condicionantes a “mata da poaia”. As lembranças de Januária da Costa traduzem bem a importância da mata para as populações, principalmente para as rurais da região de Barra do Bugres:

A mata era tudo. Tinha tudo o que precisava. Era de lá que se tirava a poaia. Tirava madeira para fazer a casa, folha para cobrir o rancho, não é? Era rancho mesmo de chão, não era de cimento, chão era de terra batido mesmo.

¹³⁶ Emprestamos o termo “rural” de Antônio Cândido (em CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito – Estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 6.ed. São Paulo : Duas Cidades, 1982), que a utiliza para expressar, além da localização, “um tipo social e cultural, indicando o que é, no Brasil, o universo das culturas tradicionais do homem do campo” (p. 26).

¹³⁷ Cf. HAUBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

Ninguém precisava ir longe para fazer um ranchinho. Era só chegar e fazer. Tinha tudo¹³⁸.

A retirada do que se necessitava, nas palavras de Januária, demonstra o quanto as pessoas recorriam à mata. Era para extrair a lenha para a fogueira. Era a madeira para a construção de cercas para criar o porco, que era *criado livre, comendo capim*, do cercado para criar galinhas, também criadas soltas *comendo milho e capim*, e também para a confecção de tabuinhas para cobrir as casas.

Era também na mata que se obtinha, muitas vezes, o alimento do dia-a-dia. Embora não fosse regra geral, a maioria das pessoas que viviam afastadas dos povoados buscavam na natureza o necessário para o sustento diário. Os alimentos eram fornecidos pelas diversas espécies de animais silvestres, que existiam em abundância, como tatu, anta, cateto, aves e peixes, bem como o mel, que completava a alimentação dos moradores tradicionais¹³⁹, que acrescentavam o feijão e a mandioca plantados por eles e que consistia a base da alimentação diária.

A pesca de piabas, pacus, dourados, enriquecia a alimentação. A prática da pesca ocupava muitas horas do dia, nos rios Paraguai, Bugres e outros.

A relação dos poaieiros com os recursos naturais comprova o aproveitamento da matéria-prima e os alimentos produzidos pela natureza, que contribuíam para a manutenção na mata e fora dela, bem como das famílias que ficavam no povoado ou em comunidades próximas, a exemplo do Porto Estrela, Vão Grande, Mato Queimado, Tapirapuã e Rio Vermelho, entre outras.

¹³⁸ Depoimento de Januária da Costa, no dia 26 de setembro de 2002.

¹³⁹ O termo tradicional é utilizado para designar a população ou cultura cabocla que se tratava do mestiço próximo ou “mistura” do branco e índio, negro e índio. Não é utilizado em tom pejorativo, nem tampouco como separação das esferas sociais, mas com o intuito de designar os aspectos culturais desta população, servindo como nomenclatura para caracterizar a população não-índia, que vivia na região desde o século XIX. Poderia se utilizar também o termo *rústico* que equivale às culturas camponesas, termo discutido em CÂNDIDO, 1982, p. 27.

A agricultura também era praticada por eles. Além de subsistência, alguns pequenos produtores comercializavam o excedente da produção. A forma mais usual de trocas se processava com a permuta dos produtos colhidos, como arroz e feijão, pela poaia extraída¹⁴⁰. A maior parte das pessoas plantava para a própria subsistência culturas como milho, feijão, abóbora e mandioca. A referência de que todos podiam chegar e plantar é bastante lembrada pelos antigos moradores. Na visão dos depoentes, havia fartura de terra¹⁴¹, e quem quisesse podia fazer “a rocinha” e construir rancho em terras devolutas ou nas terras dos patrões, cedidas como usufruto. Dos alimentos produzidos, embora alguns fossem comercializados, a maior parte permanecia nas localidades rurais. Até os anos 1960, “não se vendia caju, não se vendia abóbora, mandioca, maxixe, melancia, mel, nada disso”¹⁴².

O relato de depoentes traduz um sentimento de fartura e a despreocupação com os produtos alimentares. A permuta de alimentos era muito comum na região, com a troca de feijão por carne ou por farinha. É freqüente, a fala de que *ninguém passava fome*; e que *frutas, então, tinha à vontade*.

A ajuda mútua entre as famílias perpassava o espaço privado da casa. Mulheres reuniam-se para a realização de tarefas, como no momento do nascimento de uma criança e no cuidado com a parturiente. As práticas de solidariedade aconteciam nas permutas de alimentos e de materiais de trabalho, como a foice, o facão e a enxada. Aconteciam, ainda, através de atitudes de auxílio em situações, sobretudo relacionadas à saúde, no preparo de chás, cujo “pagamento” poderia ser um frango ou apenas um “Deus lhe pague”¹⁴³, dependendo das circunstâncias.

¹⁴⁰ Em entrevista, o Sr. José Lúcio da Silva Rondon relata que fornecia a muitos poaieiros os produtos plantados e colhidos por ele e sua família.

¹⁴¹ Se referem tanto às terras devolutas como às terras cedidas pelos patrões da poaia para que fizessem pequenos roçados e plantações de subsistência.

¹⁴² Depoimento de Januária da Costa.

¹⁴³ Adolfo Jorge da Cunha descreve, em seu romance, semelhante prática social no interior do Mato Grosso, entre um grupo de trabalhadores da poaia (CUNHA, 1981, p. 34-36).

Os trabalhadores e moradores da região de Barra do Bugres viviam enlaçados em redes de parentesco, pois como narra Januária da Costa, “todos eram parentes e os que não, eram compadres”¹⁴⁴. Isto significa que podia se tratar de tios, irmãos, vizinhos próximos. Existiam, segundo ela, o compadre de parto, de batismo, de casamento, de fogueira. (ritual realizado por adultos e jovens junto à fogueira, numa atitude que afirmava as relações de amizade). A amizade como que estabelecia uma interdependência de um para com o outro. Este tipo de parentesco estabelecia uma afeição espontânea entre eles. Embora sujeitos a brigas, a importância das relações entre os compadres estendia-se para além dos convívios na mata e no povoado em que moravam.

As relações de ajuda mútua ou de solidariedade entre os moradores é uma das características da cultura das pessoas da região, sendo que o elemento mais importante se constituía no trabalho coletivo. A manifestação da solidariedade em Barra do Bugres promovia o mutirão (ou muchiron como era conhecido entre os habitantes), que era marcado pela participação das pessoas em trabalhos de ajuda mútua, fato que fazia com que as pessoas passassem a ser reconhecidas como membros do grupo¹⁴⁵.

Em muitas ocasiões, compadres e não-compadres atuavam em conjunto, no esforço de acelerar tarefas de interesse do grupo, como o roçado para o plantio, a colheita do feijão ou do milho, o conserto do rancho, a preparação de festas, e, principalmente, o preparo de alimentos. Nestas e em outras ocasiões, o mutirão agregava, acelerava o processo de trabalho, resolvendo o problema de mão-de-obra, agilizando a execução do serviço. Todos se sentiam responsáveis.

Antônio Cândido salienta o aspecto festivo de que se reveste o mutirão, constituindo-se num dos pontos importantes da vida cultural do caipira paulista¹⁴⁶. O fato pode ser devido

¹⁴⁴ Depoimento de Januária da Costa.

¹⁴⁵ Ver CÂNDIDO, 1982, p. 67. “É um membro do bairro quem convoca e é convocado para tais atividades”.

¹⁴⁶ *Ibidem*, p. 88.

às festas realizadas ao término do trabalho, momento em que, em meio a uma farta refeição preparada para os ajudantes, se cantava e se dançava.

Outro aspecto importante salientado por Antônio Cândido diz respeito à inexistência de remuneração em dinheiro aos participantes do mutirão, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados dos que o auxiliaram¹⁴⁷.

Nota-se uma semelhança de relações de trabalho estabelecida entre os moradores de Barra do Bugres com os personagens de Antônio Cândido, do município de Bofetes, no interior de São Paulo. Em ambos os casos, tratam-se de comunidades rurais afastadas geograficamente de centros urbanos, não tendo acesso a outros meios que as unisse no trabalho em comum. Em Barra do Bugres, quando os poaieiros não estavam trabalhando na extração da poaia para si, participavam de mutirões organizados pelas comunidades locais.

No povoado, a prática do mutirão e da retribuição paga em trabalho se tornava necessária entre a comunidade, principalmente se considerar o caráter da rapidez com que os trabalhos tinham que ser realizados. Para as tarefas de plantio e “trabalhos de casa” havia um tempo determinado: de abril a setembro, período em que os homens, em sua maioria, se encontravam fora do trabalho de extração da poaia.

Na prática do mutirão, a remuneração em dinheiro não existia. O mesmo, muitas vezes, também acontecia com a festa normalmente realizada no fim do trabalho. Ela dependia das condições da família que recebia a ajuda, pois quando se encontrava em situação financeira difícil não a promovia. Os depoentes, quando se referiam à prática do mutirão, recordavam que o faziam com muita alegria. Januária da Costa assim afirma a respeito:

A gente se ajudava muito, vivia unido. Era para uma festa, era para um trabalho. Hoje não tem mais. tudo é moderno. Antigamente, se um companheiro tinha que colher a roça não precisava pagar em dinheiro, não.

¹⁴⁷ *Ibidem*, p. 89.

A gente ia pela comida e pela amizade. Para a festa então era aquela união¹⁴⁸.

Nas narrativas de memória os depoentes se reportam a um tempo em que havia fartura e onde se vivia como que em sincronia com a natureza. Segundo Almeida, “é exatamente na sincronia possível entre o homem e o meio ambiente que a inteligência do trabalhador adquire visibilidade”¹⁴⁹. Neste sentido, este estudo vem questionar as percepções formadas sobre o trabalhador rural mato-grossense, idiotizando-o, de certa forma, com adjetivos como indolente, preguiçoso e pré-histórico. Estes e outros adjetivos eram comuns nos relatos dos viajantes europeus que passaram pelo Mato Grosso nos fins do século XIX e início do XX histórico¹⁵⁰.

Embora os viajantes não tratassem especificamente dos moradores de Barra do Bugres, encontra-se uma representação sobre a população da região nos relatos de viagem do expedicionário padre salesiano¹⁵¹ Nicolao Baddariotti¹⁵², quem, nos finais do século XIX,

¹⁴⁸ Depoimento de Januária da Costa.

¹⁴⁹ SANTANA, Charles D’Almeida. *Fartura e ventura camponesas: Trabalho cotidiano e migrações. Bahia: 1950-1980*. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, p. 38.

¹⁵⁰ A este respeito, ver GALETTI, Lylia as Silva Guedes. O poder das imagens: o lugar de Mato Grosso no mapa da civilização. In: SILVA, Luiz Sérgio Duarte (Org.). *Relações cidade-campo: Fronteiras*. p. 21-52.

¹⁵¹ Os padres salesianos tiveram uma atuação efetiva entre os povos indígenas do Mato Grosso (Bororo Xavante e outros). “Os Salesianos chegaram ao Brasil em 1883 chefiados pelo padre Lasagna, em viagem paga pelo governo imperial de Dom Pedro II. Estabeleceram-se em Niterói, e dois anos depois, fundam o Liceu Coração de Jesus em São Paulo. Em 1894, os salesianos decidem abrir as missões em Mato Grosso e fazem uma expedição chefiados por Dom Lasagna. Chegando em Cuiabá, o então governador de Mato Grosso, Dom Manoel Murtinho, entregou-lhe uma colônia de índios bororo – a colônia Teresa Cristina” (NOVAES, Silvia Cauby. *Jogos de espelhos : Imagens da representação de si através dos outros*. São Paulo : Ed. USP, 1993, p. 144). Desta forma se iniciam as incursões dos salesianos pelo território mato-grossense.

¹⁵² O padre Nicolao Badariotti pertencia à ordem dos salesianos. Participou de uma expedição exploratória no Mato Grosso em 1898. Em seus escritos faz descrições sobre o ambiente, a natureza, suas percepções sobre a passagem por Barra do Bugres, descrevendo modos de vida da população, em geral, e, em especial, a mata da poaia e os poaieiros. A expedição da qual participou tinha o objetivo de mapear as riquezas do Mato Grosso que, nas palavras do padre salesiano “eram incontestáveis”. A abundância da seringa foi um dos motivos principais da organização de uma nova expedição. Outras já tinham sido organizadas, mas não tinham obtido resultados satisfatórios. Algumas foram dizimadas por moléstias endêmicas, outras trucidadas, em parte ou totalmente, pelos indígenas. A expedição foi financiada pelo banco *Rio Mato Grosso*, que organizou a expedição. A explicação da presença de um padre na expedição era devido à possibilidade do encontro com índios, quando seria necessário encetar relações pacíficas. Desta forma, a expedição foi confiada aos salesianos de Cuiabá, a cargo do padre Malan, diretor do Colégio São Gonçalo, que ofereceu um padre para acompanhar a expedição como missionário. Ver BADARIOTTI, 1898, p. 39.

participou de expedição ao Norte do Mato Grosso, na região do Alto Paraguai e Planalto dos Parecis, quando descreveu a região como um *inóspito sertão*. No seu percurso de viagem passa pelo povoado de Barra do Bugres, permanecendo por oito dias, aproveitando a *ocasião* para ajudar as pessoas a se *reconciliar com Deus*, no batismo de umas cem crianças e subministrando o sacramento da confirmação a mais de 150 pessoas¹⁵³.

A descrição sobre os habitantes locais é feita brevemente, detendo-se demoradamente nas belezas naturais. Segundo Badariotti, “a cada passo, regatos crystalinos proporcionavam-nos água pura e fresca, o que é um conforto durante uma viagem”¹⁵⁴. A percepção de Baddariotti acerca das belezas naturais que iam surgindo à sua frente, dentro da mata da poaia, ao que consta, compensava os esforços e as dificuldades pelas quais estavam passando ao longo da viagem. Por outro lado, observa-se uma outra impressão quando Badariotti descreve os poaieiros.

Nada invejável é a vida dos poayeiros: estes pobres homens abandonam o aconchego da família para embrenharem-se nas mattas durante expondo-se a mil perigos de feras, de reptis venenosos e de innumeros insectos que occasionam feridas bravas.¹⁵⁵

Badariotti discorre sobre as febres que acometiam os poaieiros, *os sezões*, fazendo muitas vítimas todos os anos. Também faz alusão à exploração a que eram submetidos por parte dos patrões, sobretudo em relação ao trabalho da extração da poaia, por ele considerado como trabalho *desumano*. O salesiano questiona a validade do sacrifício, uma vez que eles não obtinham lucros com o trabalho devido ao seu carácter exploratório.

Semelhante descrição é feita pelos poaieiros, ao narrarem sobre as explorações que sofriam e as dificuldades vividas na mata.

¹⁵³ *Ibidem*, p. 39.

¹⁵⁴ *Ibidem*, p. 43.

¹⁵⁵ *Ibidem*, p. 45.

Experiências da exploração ficaram registradas na memória dos trabalhadores. Júlio Santiago da Costa recorda que sua vida foi dolorosa, pois trabalhava o tempo todo molhado. Narra sobre as muitas *maldades* dos patrões, praticadas contra os poaieiros, principalmente contra aqueles que “desviavam” poaia extraída. Nestes eram aplicados castigos cruéis, das amarras nos pés, em posição de cabeça para baixo, até que contassem para onde tinham levado a poaia. Descreve ainda a extração como uma *escravidão*, trabalho realizado somente por pessoas corajosas¹⁵⁶.

A violência da exploração e da submissão a que estavam ligados, através das dívidas, é sentida como uma continuidade intempestiva da escravidão, entendida como crueldade que “já acabou”.

Para a população que tinha na natureza o necessário para viver, o “dinheiro” que obtinham da extração da poaia, caso sobrasse, seria para gastos referentes a tecidos, roupas, sapatos e enlatados, enfim, “coisas” às quais eles tinham acesso através dos mascates que chegavam até os povoados, navegando os rios. Januária da Costa traduz a sensação que se tinha com este acontecimento:

Era uma festa quando chegava o mascate. A gente ficava esperando. As vezes até sabia quando ele vinha, principalmente para as mulheres e crianças. A gente gostava de andar bonito, não é? Comprar pano para fazer vestido para as festas, brincos, estas coisas, né. Comprar coisas diferentes, enlatados, leite condensado. O mascate vinha pela beira do rio e a gente ia até lá ver o que tinha. Se não tinha o que queria, como um pano diferente, podia encomendar que ele trazia depois, de Cáceres. Tudo vinha de Cáceres ou de Corumbá, em barcos¹⁵⁷.

O comércio realizado pelos mascates ocorria principalmente através dos rios. Eram momentos em que os poaieiros davam uma escapadinha e iam até o mascate “pegar alguma

¹⁵⁶ Depoimento de Júlio da Costa.

¹⁵⁷ Depoimento de Januária da Costa, no dia 26 de setembro de 2002.

coisa”, tal como balas de revólveres e munição para espingardas, e aproveitavam para *dar um desviozinho*, pagando as compras com a poaia.

A busca da raiz da poaia fazia com que o trabalhador ficasse por muito tempo longe de casa, embrenhado nas matas. Isto significa que as famílias ficavam praticamente sob a responsabilidade das mulheres e das crianças, que não iam para a frente de extração. No período de praticamente seis meses, em que a maior parte dos homens se encontrava na extração da raiz, a casa, os cuidados com a roça e criação dos animais ficavam sob a responsabilidade das mulheres. Na ausência dos companheiros, elas ocupavam todos os espaços, tanto no cuidado com os filhos quanto do plantio e colheita, atuando também no comércio, ou seja, no espaço do público.

Havia ainda o caso de mulheres que foram abandonadas pelos companheiros, como Januária da Costa, que ficou responsável pela criação das filhas, contando somente com a ajuda da mãe. Relata a sua história que para sobreviver, sustentar as filhas e a mãe, era preciso *encarar de tudo o que viesse*. Ao falar sobre seu passado demonstra, no presente, as dificuldades por que passou para *dar conta de tudo*. Na sua visão, as oportunidades para as mulheres à época eram poucas e o fato de morar em *lugar afastado* dificultava as oportunidades de trabalho. Situação que, segundo o seu depoimento, foi vivida por outras mulheres na região. Como exemplo, localizamos o caso de Beatriz Casassuz, com atuação no comércio local, no hotel de sua irmã, Carmem Casassuz, e como mãe, no cuidado solitário com os filhos, sem a ajuda do companheiro. Órfã de mãe e pai, relembra as estratégias usadas por ela e sua irmã na sobrevivência do dia-a-dia. Segundo seu relato, ao ficarem órfãs, ela com 17 anos e sua irmã com pouco mais de 20 anos, tiveram que encontrar alternativas de

sobrevivência. A saída proposta por sua irmã foi o fornecimento de comida e pouso, para os poaieiros, como *um meio de ganhar dinheiro*¹⁵⁸.

O trabalho de extração da raiz durante o período das águas atraía grande número de homens para a região de Barra do Bugres. Eram trabalhadores temporários, que se deslocavam de um lugar para outro, muitos passando quase que obrigatoriamente por Barra do Bugres, por estar no trajeto “da porta de entrada” para as matas da poaia, fazendo com que um grande fluxo de pessoas transitasse pela região. Em épocas de maior valorização da poaia, em que o trabalho de extração era intenso “foi registrado na Coletoria Estadual da Poaia, o número de mil poaieiros em 1937”¹⁵⁹.

A partir de relatos de mulheres como Beatriz Casassuz e Januária da Costa, a respeito da itinerância dos trabalhadores, pode-se fazer um estudo a respeito da circularidade dos homens na região. Percebe-se que o término da extração levou muitos dos trabalhadores a permanecer na região, não retornando para os seus lugares de origem. Este caráter de circularidade de pessoas, principalmente dos homens, juntamente com o caráter itinerante deles, ao que consta, pode ter possibilitado uma prática usual em regiões de economia mineradora e/ou extrativista, qual seja, uma modalidade de relação estabelecida entre casais e denominada de união consensual, ou seja, a prática da união sem o casamento civil, e muitas vezes sem o religioso. Esse fenômeno pode ter ocasionado um outro: o do nascimento de filhos naturais ou ilegítimos.

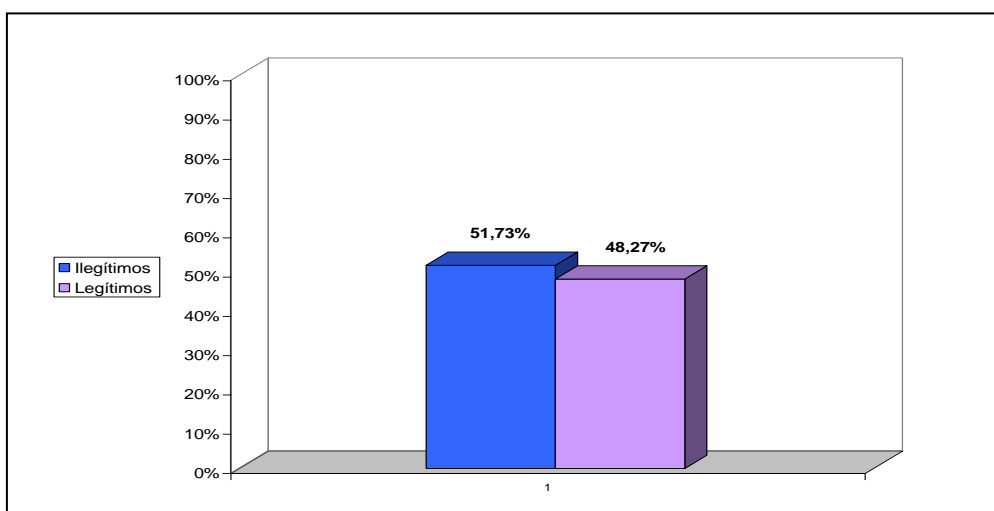
O levantamento, ainda que parcial, das fontes no Cartório do Segundo Ofício de Barra do Bugres permitiu a constatação da existência de um grande número de registros de nascimentos de filhos considerados como ilegítimos. Os dados coletados nos cartórios demonstraram que os nascimentos coincidiam com a época em que os homens estavam em

¹⁵⁸ Segundo Beatriz, principalmente na década de 1950, havia tráfego intenso em Barra do Bugres, por onde passavam muitos poaieiros, vindos principalmente de regiões como Jangada, Brotas, Rosário Oeste e de outros lugares, necessitando de pouso e comida, o que fez com que sua irmã tivesse a idéia de fornecer para estes trabalhadores o alimento e, posteriormente, o pouso.

casa no período da seca, que ia de maio a outubro. Conforme as reflexões de Ronaldo Vainfas, o caráter itinerante pode ter sido, também, o fator da não realização do casamento civil.

[...] os segmentos pobres deixavam de se casar, não por terem escolhido qualquer forma de união oposta ao sacramento católico e pelos obstáculos financeiros e/ou burocráticos, e sim, por viverem num mundo instável e precário no qual a itinerância fazia parte de suas vidas.¹⁶⁰

Em Barra do Bugres, a ausência do casamento civil contribuía para o aumento do número de registros de crianças ilegítimas. A não legalização do casamento era prática bastante comum entre a maior parte das famílias. A prática do não casamento pode ser considerada como parte da cultura dos moradores locais. Não deixa também de estar relacionada ao fator econômico. Levando-se em conta que na maior parte se tratava de população moradora de zonas afastadas do povoado, a falta de condições financeiras e a distância parecem ter sido os maiores empecilhos para a legalização das uniões. Num universo de 1.593 registros de nascimento¹⁶¹, 824 são de crianças consideradas ilegítimas, equivalendo a 51,73%.



¹⁵⁹ CUNHA, 1981, p. 31.

¹⁶⁰ Ronaldo Vainfas, *apud* PERARO, 2001, p. 77.

Fonte: Livro de Registro de Nascimentos do Cartório 2º Ofício – Barra do Bugres. 1920 - 1960

Número de registros de nascimentos

A condição estabelecida pelo cartório para o registro de crianças valia tanto para os casais que moravam juntos, não casados no civil, como para as mães que criavam os filhos sozinhas.

O casamento civil praticamente inexistia entre a população pobre de Barra do Bugres. Segundo depoimentos, o mais usual era que os casamentos fossem efetuados no religioso, em épocas em que os padres se encontravam nas localidades efetivando as uniões, que eram chamadas pela população local de “casado no padre”. Isto ocorria de tempos em tempos e era chamado de “desobrigas”¹⁶². Nas desobrigas, o padre realizava os batizados, as confirmações e os casamentos, cujas uniões já existiam na prática.

As uniões conjugais conhecidas como “casados no padre” eram respeitadas. Significavam que homens e mulheres “eram casados” segundo a lei cristã, considerada valiosa. Quer dizer que a maior parte das pessoas que moravam ali, ou perto dali, com exceção da classe mais abastada e dos comerciantes da poaia, vivia em concubinato, não se preocupando em “oficializar” a união perante a lei civil.

Esses dados, assim como os aspectos das práticas culturais da população, são importantes na reconstituição da história dos poaieiros. Estas práticas e outras, como as festas, dão pistas do modo de vida e de todo o contexto cultural do universo social em que viviam.

¹⁶¹ Registros de nascimentos de Barra do Bugres realizados no Cartório do 2º Ofício - Barra do Bugres –1930-1960.

¹⁶² As desobrigas eram a “época do cumprimento dos preceitos quaresmais pelos católicos comungantes, quando, então, os párocos listavam o número de habitantes das freguesias. Estas listas eram enviadas pelos bispos à Mesa de Consciência e Ordem” (PERARO, 2001, p 80).

2.3. Práticas culturais

As manifestações culturais como festas, danças, cantos e rezas apresentam-se como constituintes da cultura do poaieiro. Ao serem revisitadas, abrem um leque de possibilidades de análise a respeito da forma de viver, pensar, agir e de lazer dos povos da comunidade em estudo. Com ênfase na cultura popular¹⁶³, entendida, neste estudo como as formas de vivência dos povos comuns, e não em contraposição às classes superiores, as festas comumente envolviam um grande número de pessoas, que se dedicavam à sua preparação. Eram formas específicas de relações mantidas no interior dos grupos. Em se tratando de uma comunidade tradicional, baseada em costumes passados de geração a geração, objetivamos aqui analisar como os personagens em estudo se apropriaram ou reelaboraram as práticas culturais, e se tais práticas eram características tanto dos homens comuns, no caso, aqui, os poaieiros, como dos da elite, representada pelos comerciantes e exportadores da poaia.

Seguindo a trilha da memória dos moradores mais antigos do povoado de Barra do Bugres, percebe-se que as rememorações sobre as manifestações culturais remetem às festas.

As festas comemoradas em estavam ligadas, na sua maior parte, à religiosidade e integradas à tradição católica. Em Barra do Bugres, espaço marcado pela ocupação de trabalhadores extrativistas, as manifestações festivas aconteciam em homenagem aos santos. Eram homenageados “os santos da casa” e os “santos comunitários”, como o Divino¹⁶⁴, Santo Antônio, São João e São Pedro, que também são os santos homenageados pela comunidade.

¹⁶³ Sobre cultura popular, ver CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. 5.ed. São Paulo : Brasiliense, 1993.

¹⁶⁴ A festa em homenagem ao Divino Espírito Santo é bastante comemorada no Centro-Oeste brasileiro. “[...] a festa é de origem européia e foi introduzida em Portugal pela rainha Izabel, devota do Espírito Santo, no século XIV [...] o culto ao Divino é luso-brasileiro por excelência, transposto da Metrópole às comunidades insulares portuguesas dos Açores e da Madeira, tendo plenitude de aplicação no Brasil colônia” [CASTRO, Sueli Pereira. *A festa santa na Terra da Parentalha: festeiros, herdeiros e parentes sesmaria na Baixada Cuiabana – Mato Grosso*. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo].

Segundo Sueli Pereira de Castro, em estudo a respeito de uma comunidade da Baixada Cuiabana, o povoado de Baús, os festejos religiosos têm seus finais vivenciados em setembro, no tempo da seca, em oposição ao das águas. O período dos festejos religiosos está vinculado ao ciclo agrário, ambos definindo o ritmo daquela sociedade. Partindo da leitura de cronistas viajantes, a referida autora apresenta as principais características das festas realizadas entre a aristocracia cuiabana, que eram a pompa e a fartura¹⁶⁵. Neste aspecto, estabelece uma diferença entre as festas de Cuiabá e as comemoradas no povoado de Baús, onde, além da falta de pompa, as festas

estavam vinculadas à pequena tradição, o banquete, com uma abundância de alimentos e a ênfase a alegria o tornam, com certeza, uma solenidade faustosa [...] a festa é um agradecimento pelas bênçãos recebidas durante o ano do Senhor Divino e evidencia conotações com o trabalho agrícola.¹⁶⁶

Ao colocar a Festa do Divino como a principal festa do povoado de Baús, Castro apresenta informações sobre a origem dela e sua comemoração no Brasil:

[...] os registros sobre os festejos religiosos no Brasil, sobretudo sobre as concorridas comemorações do Divino Espírito Santo, no século XVIII, se por um lado, relatam a grandiosidade das festas religiosas que reproduziram-se no Brasil colônia e estão vinculados à grande tradição da aristocracia, e que a Igreja e o Estado as utilizam como uma pedagogia para a manutenção e reprodução do “status quo” da sociedade escravista colonial, por outro lado, eles também trazem elementos descritivos sobre a participação dos segmentos sociais que compõem a classe subalterna, pois as festas religiosas se colocaram como um dos poucos espaços públicos onde, além da presença, havia a participação dos diversos segmentos sociais.¹⁶⁷

Pode-se perceber semelhanças das festas realizadas em Baús com as festas realizadas no povoado de Barra do Bugres, principalmente em relação ao período da realização: ambas eram realizadas no tempo da seca, em oposição ao das águas e ligadas ao ciclo agrário. Tais festas envolviam grande número de pessoas. Apresentavam-se como um dos espaços onde a

¹⁶⁵ *Ibidem*, p. 134.

¹⁶⁶ *Ibidem*, p. 135.

¹⁶⁷ *Ibidem*, p. 131.

participação das pessoas da comunidade se tornava efetiva, abrangendo todos os segmentos sociais. Sobre as festas comunitárias, ao que consta, não havia distinção quanto à participação dos comerciantes da poaia e dos trabalhadores extrativistas.

Em se tratando das festas realizadas em homenagem ao santo protetor, os devotos eram quem promoviam a festa e se responsabilizavam pela alimentação servida aos convidados. A festa era comemorada no dia do santo, segundo o calendário cristão.

De acordo com o relato de José Lúcio da Silva Rondon, pequeno patrão e morador de Boi Morto, região próxima a Barra do Bugres, integrante de uma família numerosa, de irmãos, tios e primos, as festas realizadas na comunidade sempre mobilizavam a todos, desde integrantes da família até vizinhos próximos – *os compadres e comadres* –, considerados como parentes. Devoto de São José organizava a festa em sua homenagem no dia do Santo.

Januária da Costa, ex-moradora de Boi Morto, esclarece como aconteciam, nas festas realizadas pelo seu irmão, a organização e a participação das mulheres:

Sempre se fazia muita festa no dia de santo. Era levado muito a sério. O Lúcio fazia a festa de São José, era o santo protetor dele. Ele nasceu no dia do santo e tem o nome dele. Ele sempre fazia a festa no dia do santo, mas não era uma festinha não, era um festão, todo mundo vinha pra ajudar. E não era só um dia, era, às vezes até uma semana de festa. Se fazia muita comida. Matava boi, porco, galinha. Os homens faziam as coisas de fora, como matar os bichos, preparar a carne, colher o milho. As mulheres se ocupavam da preparação da comida. Vinha uma mulherada. Fazia mutirão de gente. As mulheres preparavam tachadas de doces de tudo quanto era tipo. De abóbora, de cidra, mamão, de tudo. Socava milho no pilão pra fazer farinha. Ralava mandioca pra fazer biscoito. Era lata e lata de biscoitos. Era aquela preparação. Tinha muita fartura. Não faltava comida. Era tudo a vontade. Às vezes nem dormia. Todo mundo amarrava suas rede nas árvores para tudo quanto é lado. Às vezes descansava um pouco e recomeçava. Rezava um pouco, pro santo, não é? Cantava e dançava cururu, siriri, tirava o São Gonçalo. Naquela época, era aquela união, tinha fartura. Hoje, está tudo moderno. Às vezes sai uma festinha ou outra, mas é muito pouco...”¹⁶⁸

Os festejos religiosos, sempre aconteciam no retorno dos trabalhadores da mata, no período da seca, com duração de março ou abril ao mês de agosto, considerado o melhor

¹⁶⁸ Depoimento de Januária da Costa.

momento para festejar. O período é conhecido como entressafra da poaia. Fora do trabalho de extração, esses trabalhadores dedicavam-se, entre outros afazeres, como o roçado e o plantio, à organização das festas ocorridas, “um sábado na casa de um, outro, na de outro, mas todos reunidos”¹⁶⁹.

As memórias sobre os santos ultrapassam as festas, pois a comunidade não media esforços para contribuir e assumir as obrigações para o “seu” santo. Os santos homenageados eram reverenciados, sendo-lhes dedicados rezas e danças. A dança de São Gonçalo fazia parte do ritual. Era dançada também em festas em que se homenageava a outros santos. Segundo Beleni Grando, esta dança foi trazida pelos portugueses para o Mato Grosso no início da colonização e é uma referência ao santo português. O santo é considerado um santo milagroso, protetor das pernas e dos ossos. Em sua homenagem reza-se a ladainha de São Gonçalo. A dança é realizada pelos homens e a música pelos tocadores de ganzá e viola de cocho. As mulheres somente respondem a um refrão¹⁷⁰.

Segundo relato de Januária da Costa, “sempre tinha alguém que tirava o São Gonçalo nas festas”¹⁷¹. A parte lembrada pela narradora constitui-se no refrão do canto, cuja parte cabia às mulheres. Embora não se lembrasse de todo o canto, relembra que eram dadas respostas aos cantadores e tocadores, que se constituía no seguinte: *ora viva meu São Gonçalo, oi torna revivar*; “... e sempre ia se respondendo a mesma coisa”¹⁷². Na divisão das tarefas domésticas, as mulheres eram as responsáveis pela preparação da comida servida aos convidados da festa. Januária recorda que para se fazer bolos, pães e biscoitos socava-se a produção de até um alqueire de milho no pilão. Ralava-se mandioca em raladores

¹⁶⁹ Depoimento de Lúcio José da Silva Rondon.

¹⁷⁰ Ver GRANDO, Beleni S. *Cultura e dança em Mato Grosso: catira, curussé, folia de reis, siriri, cururu, São Gonçalo, rasqueado e dança cabocla na região de Cáceres*. Cuiabá: Central de Texto, 2002.

¹⁷¹ Depoimento de Januária da Costa.

¹⁷² Pelas dificuldades dos entrevistados em rezar as ladainhas fora do contexto festivo, não foi possível gravar a oração inteira.

improvisados, feitos de latas e perfurados com pregos. Os doces eram feitos ralados ou em pedaços e cozidos em tachos, que também eram utilizados para fritar a carne de porco e fazer

a gordura. Para que se conservasse a carne, depois de frita era guardada juntamente com a gordura em latas, sendo servida aos poucos. Januária recorda que a quantidade de alimentos era importante, pois devia ser feita em grande quantidade para que não faltasse, de maneira que todos fossem bem servidos. A fartura dos alimentos mostrava a situação financeira do festeiro.

Os moradores mais antigos da região realizavam a “reza” em frente a um altar, onde colocavam as imagens dos santos católicos, cristãos. O altar era enfeitado nos dias de rezas pelo “dono da reza”, que podia ser o dono da casa ou as pessoas envolvidas nas rezas. Ao término da oração, os alimentos eram servidos, e para beber era servida a cachaça. O ritual, realizado como o ato de reverenciar as imagens dos santos cristãos, seguido de cantorias e rezas de ladainhas, era uma prática usual nas festas dos povoados e demonstrava a forte presença da religião católica na vida dos habitantes do Município em estudo. Neste aspecto, a vida e a memória dos habitantes de Barra do Bugres eram marcadas pelo trabalho de extração da poaia e pelos festejos religiosos. Os festejos alcançavam um significado especial para as pessoas da comunidade e todos se dedicavam à preparação, pois, como relembra Julio Santiago da Costa,

Grandes eram as festas de Espírito Santo e de Santa Cruz. Uma cavalaria passava de casa em casa com os dizeres da festa, arrecadando esmola. Todo o pessoal da cavalaria ia fantasiado e mascarado, menos o que lia os dizeres da festa (programa). Os cavalos também iam fantasiados. As festas eram bem organizadas. Havia quermesses e quadrilhas.¹⁷³

A importância que as festas de santo têm em cidades do interior do Brasil, segundo Carlos Rodrigues Brandão, “prende-se ao fato de, nesses lugares, as festas serem falas e memória de tudo aquilo que não pode e não deve ser esquecido e, sim deve ser lembrado e posto em evidência de tempo em tempo”¹⁷⁴.

¹⁷³ Depoimento de Julio Santiago da Costa.

¹⁷⁴ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A cultura na rua*. Campinas: Papirus, 1989.

Além das festas dos santos de casa, a comunidade de Barra do Bugres dedicava um mês de festa aos santos da comunidade. Nestas festas o padre vinha para a desobriga, quando eram realizadas missas, batizados e crismas, e oficializados os casamentos. Dentre essas festas, ainda se comemora até hoje, no mês de maio, a Festa de Santa Cruz, com um ritual tradicional de comemoração. A preparação desta festa é iniciada com a benção da bandeira e reza da ladainha¹⁷⁵ na igrejinha de Santa Cruz. Segue-se com o ritual de caminhada da bandeira de Santa Cruz pelas casas, tanto na cidade quanto no interior do Município. A igrejinha de Santa Cruz foi construída em 1896, às margens do Rio Paraguai. Os padres que vinham, geralmente de Cáceres, para a desobriga realizavam as cerimônias nela.

Os festeiros das festas comunitárias são ainda hoje escolhidos entre as pessoas da comunidade, preferencialmente os mais velhos. O ritual é composto dos personagens: *rei e rainha de Santa Cruz, rainha de rosas, juiz e juíza, capitão de mastro e alferes da bandeira*. O grupo tem a missão de “caminhar com a bandeira” de Santa Cruz, convidando as pessoas para a festa, que inicia com um mês de antecedência, no dia 8 de março, com a benção da bandeira e reza da ladainha. A comemoração, propriamente dita, com os festejos, ocorre no dia 7 de maio, na praça da igrejinha. Tem início com a missa campal, elevação do mastro e cantoria do cururu, seguida de várias outras apresentações, como dança do siriri e cantorias dos artistas da região.

As narrativas sobre santos e danças mostram um pouco do que foi a relação do povo barrabugrense com o catolicismo popular, denominado *catolicismo tradicional*, de origem portuguesa. O catolicismo – leigo, colonial social e familiar – traz consigo, devido ao seu aspecto social, profundo vínculo com a cultura local.

¹⁷⁵ “Ladainhas são orações muito antigas, de invocação orante da Igreja e que se caracteriza pela padronização das respostas dos fiéis face à formulação curta realizada pelo celebrante e pelo dirigente. A reza da ladainha cantada é uma tradição dos sítios cuiabanos, onde um ou dois capelães, a uma ou a duas vozes, em latim antigo, expõem a intercessão, respondida a duas ou três vozes *a capella* pelo povo. O capelão – é papel designado ao sexo masculino – é quem aprende de memória ou por escrito, dada pelo antigo capelão, a reza” (CASTRO, 2001, p. 146).

Esta forma de catolicismo e os rituais praticados no povoado de Barra do Bugres chamaram a atenção do padre salesiano Nicolao Baddariotti, quando da sua passagem pela região, em 1898. Chamou-lhe especial atenção, antes da travessia do rio Paraguai, uma folia, ou comissão, que se aproximava para pedir esmolas para uma festa, e a bandeira que era trazida por um homem à frente da folia. Segundo as suas descrições, os que seguiam o homem eram os músicos:

um homen e um menino cantam a inchar as veias do pescoço enquanto dois outros vão arranhando os violinos acompanhados por uma guitarra e um tambor, cada qual executando galhardamente o seu papel, e, onde o oferente depõe a sua esportula [gorjeta, esmola] e, com evidente compunção, cobre-se com a bandeira enquanto os músicos executam um trecho do seu repertório que, afinal, consistia sempre na mesma peça.¹⁷⁶

Este ritual descrito pelo padre era tradição em Barra do Bugres, e realizado antes da Festa do Divino. A prática de caminhar com a bandeira angariando fundos era uma tradição entre a população local. Baddariotti mostrava-se surpreso com o ritual, demonstrando que se tratava de novidade para ele aquela forma de manifestação. Isto significa que se tratava de manifestação específica da região, não fazendo parte, portanto, das manifestações e rituais da religião católica oficial.

Segundo Maria Isaura de Queiroz¹⁷⁷, a redefinição do catolicismo oficial para um catolicismo popular tem a ver com as necessidades religiosas espontaneamente formuladas pelo grupo. Ficam patentes nessa faceta de catolicismo uma estrutura e uma hierarquia sustentadas por um dogmatismo menos rígido, visto que a quase total ausência de sacerdotes católicos transfere aos pais, parentes, e até mesmo à comunidade, a responsabilidade de instruir e de transmitir a fé de geração a geração.

¹⁷⁶ BADDARIOTTI, 1898, p. 39.

¹⁷⁷ Cf. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O campesinato brasileiro – ensaios sobre a civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1973.

Caracterizado por Queiroz como um catolicismo rústico, entendido como desmembramento do catolicismo popular, ele se concentra no misticismo e no culto aos santos. Cultuar santos é de suma importância para o homem do interior do país, porque, conforme a crença, como protetor do local ou da família, estes santos não podem ser contrariados de maneira nenhuma, pois podem se vingar enviando secas prolongadas, ou enchentes, como aviso de insatisfação.

Vistos com características temperamentais humanas, os santos, quando manifestavam seu desagravo, sem motivos ou razão, sofriam represálias por parte dos devotos. Conforme Queiroz, estes santos também podiam ser “castigados” pelos devotos, que interditavam-lhes velas e flores, colocando-os de cabeça para baixo dentro de determinado prazo. Isto porque

a imagem que reina no altar concretiza realmente a pessoa do santo; agir sobre a imagem é o mesmo que agir sobre ele. O santo é, a um só tempo, natural e sobrenatural. Natural pela imagem modelada em argila ou talhada em madeira; sobrenatural pela sua essência. Natural e sobrenatural significa que os mortais podem exercer sobre ele influencia.¹⁷⁸

Caminhando, ainda, pelo espaço aberto por Maria Isaura Pereira de Queiroz sobre as reflexões do catolicismo rústico, nota-se que discorre a questão da relação familiar entre devotos e santos, ponderando que isto se dá principalmente com o padroeiro doméstico, que não é concebido como um santo longínquo, impessoal, inteiramente invisível, mas, sim, como santo humano, muito presente no cotidiano do grupo familiar. Daí a necessidade de tratar o santo como pessoa viva, muito sábia, que não permite ser enganado. Neste sentido, a festa ao santo cumpre papel vital. Daí, também, a centralidade deste catolicismo encontrar-se nos festeiros e na tirada de ladainha. O festeiro é o organizador das atividades religiosas ligadas à festa, e o tirador de ladainha assume a responsabilidade de estabelecer as relações com o

¹⁷⁸ *Ibidem*, p. 85.

sobrenatural.

Atualmente, as festas realizadas em homenagem aos santos devotos já não são tão abundantes, pois os festeiros já não dispõem de condições financeiras.

CAPÍTULO III

A ENTRADA NA MATA DA POAIA

A vida do poaieiro era de desventuras, um dia aqui, outro ali...

(Júlio Santiago da Costa)

3.1. Preparação, aventuras e desventuras

A preparação para a entrada na mata na região de Barra do Bugres se iniciava com até um mês de antecedência. O primeiro passo consistia na busca de crédito ou fornecimento no armazém. A partida para a mata geralmente ocorria por volta do mês de outubro, com o início das chuvas. O melhor período para a extração da poaia em Mato Grosso era a época das chuvas, que compreendia os meses de outubro a abril, embora ela nem sempre tenha sido respeitada. A época das águas era o ideal para se extrair a raiz porque o solo ficava molhado e fofo, o que fazia com que a raiz saísse sem se quebrar.

Os depoentes contam que várias eram as formas de as pessoas se organizarem para irem para a mata. Uns formavam pequenos grupos e iam direto ao armazém pegar o fornecimento¹⁷⁹, outros, porém, integravam-se em Comitivas¹⁸⁰. As pessoas que moravam na região de Barra do Bugres relatam que preferiam ir para a mata em pequenos grupos, entre amigos e parentes. Antes de partirem, reuniam-se nas casas para decidir sobre o local que seria escolhido para o trabalho.

Para aqueles que iam para a mata em grupos menores, de até quatro pessoas, o fornecimento era buscado diretamente no armazém. Neste caso, o dono do armazém era o patrão – poaieiro, a quem o pagamento da dívida deveria ser feito. Para os demais poaieiros, que iam em comitivas, o patrão poaieiro era quem pegava o fornecimento com as casas comerciais e aviava trabalhadores para extrair a raiz. Em ambos os casos, o patrão poaieiro fazia-se presente. A diferença consistia nas relações de trabalho que eram travadas. Quando se

¹⁷⁹ O fornecimento consistia em alimentos e materiais, como mosquiteiros, querosene, roupas, munições etc., que os poaieiros recebiam como forma de crédito, sendo que deveriam saldá-lo com poaia, no retorno.

¹⁸⁰ Nas comitivas existia sempre a presença do patrão poaieiro que se responsabilizava pela procura de pessoas e pela organização do grupo que ia para a mata. Recebiam as mercadorias de um comprador de poaia que era financiado pelas grandes casas comerciais.

ia em pequenos grupos, eles próprios decidiam onde trabalhar, não havia a vigilância constante dos patrões e podiam trabalhar com mais liberdade, pois as feitorias, muitas vezes, eram vigiadas por pessoas de confiança do patrão, os “pistoleiros”, que sempre andavam armados e eram pagos para evitar a fuga dos poaieiros devedores. Em caso de fuga sem o pagamento da dívida, os pistoleiros eram autorizados a atirar.

Depoimentos evidenciam grande resistência de trabalhadores a ingressar nas comitivas organizadas por “pessoas de fora”. Glicério Celestino relatou a sua preferência por grupos pequenos, justificando haver muita “bagunça e brigas” nos acampamentos das comitivas. Januária da Costa – ia com a família, porque o irmão Lúcio da Costa era patrãozinho e a levava junto para poaiar. Depoimento interessante é o de Júlio da Costa, poaieiro experiente, “colador de mato”¹⁸¹ e encarregado de comitivas:

Quando se ia em comitivas, era aquela gentarada. Eu ia com até quarenta pessoas, como encarregado. Com pessoas do lugar, conhecidos meus, mas tinha outros patrões. Iam diversas comitivas. Cada uma tinha um patrão, né. Umas, com tanto poaieiro, outras, com outro... Tiravam assim, às vezes até trinta dias de viagem até chegarem no lugar e armarem o acampamento. As vezes chegava carta, eu entregava, sempre entregava, mas tinha patrão que não entregava, rasgava. É, às vezes morria crianças, às vezes a mulher morria ou estava doente ou morria de fome, mas os patrão não dava uma agulha pra família. Falava que dava, mas era só o caboclo virar as costas, não dava uma agulha. O poaieiro enquanto não pagasse ou, então, não terminasse a safra, ele não tinha notícia de como que estava em casa. Não sabia de notícia da família, nem a família sabia notícia dele. Vi muitas vez pistoleiros rondando feitorias armados. Se o caboclo tentasse sair, levava bala.¹⁸²

A passagem pelo armazém por parte dos poaieiros antes de irem para a mata era obrigatória, pois era ali o local onde obtinham o fornecimento que os manteria durante o período em que estivessem trabalhando. O fornecimento consistia em alimentos, como o açúcar, guaraná, sal, arroz, feijão, farinha e carne-seca, além de fumo, sabão, querosene,

¹⁸¹ O “colador de mato” era a pessoa que ia sempre na frente, se antecipando às comitivas, descobrindo os melhores lugares, onde havia mais fogões da poaia, que eram os locais escolhidos para o acampamento.

¹⁸² Depoimento de Julio Santiago da Costa, no dia 26 de fevereiro de 2003.

colheres, facas, redes, mosquiteiro, roupas e machado para o corte da lenha, imprescindível para fazer o fogo para cozer os alimentos e também para secar a poaia. O instrumento de trabalho era o saraquá, feito de cabo de madeira e um ferro cônico na ponta, utilizado para arrancar a raiz da terra. As mercadorias a serem pagas eram divididas entre os integrantes do grupo. Os valores dos produtos oscilavam bastante, de época em época. Adolfo Jorge da Cunha¹⁸³, em seu romance *O poaieiro de Mato Grosso*, elenca os alimentos comprados pelos poaieiros e discrimina os preços das mercadorias no ano de 1937:

Quantidade	Produto	Valor
10 litros	feijão	10.000 réis
10 litros	arroz	10.000 réis
07 litros	farinha de mandioca	4.200 réis
05 quilos	carne seca (de sol)	5.000 réis
02 quilos	açúcar cru	4.000 réis
03 quilos	toucinho de porco	15.000 réis
02 paus	guaraná do Amazonas	8.000 réis
½ metro	Fumo	5.000 réis
12	balas de revólver 44	6.000 réis
01	saraquá de aço	15.000 réis
01	mosquiteiro de algodão	20.000 réis
01	rede cearense	30.000 réis
02	calças de brim cáqui	20.000 réis
02	camisa de brim cáqui	20.000 réis
01	cobertor	20.000 réis
01	Garrafa de pinga	2.000 réis
03 barras	Sabão	2.000 réis
½ maço	Fósforo	1.000 réis
½ quilo	Sal	1.000 réis
03	um prato, colher, garfo	6.000 réis
01 porção	Tempero	1.000 réis
01	Caldeirão de ferro	20.000 réis
01	Embrenal	3.000 réis
01 pedaço	Sola para alpercata	2.000 réis
02	Carretel de linhas	1.000 réis
½ metro	Forro para calça	2.300 réis
Total		233.500 réis

Fonte: CUNHA, 1981, p. 40.

Quadro 2 – Preços dos produtos em 1937. Cáceres - MT

¹⁸³ CUNHA, 1981.

Os artigos de primeira necessidade eram o saraquá, o sal, o fumo e o guaraná. O primeiro tinha várias funções, sendo que a principal era a extração da raiz da poaia, pois

sem este apetrecho não poderá o poaieiro seguir para o sertão, como o soldado, sem arma, para a guerra, porque a poaia não pode ser extraída com o auxílio de outro instrumento, faca ou alavanca, cortante porque desse modo, as raízes ficariam seccionadas e grandes seriam assim o prejuízo para o extrator.¹⁸⁴

O saraquá também servia como arma de defesa pessoal contra animais perigosos, principalmente em momentos em que alguém se perdia do grupo. O sal era artigo importante e procurava-se levá-lo em quantidade suficiente para temperar a carne dos animais silvestres, que eram caçados para servirem de “mistura”. O fumo funcionava como recurso contra os insetos, pois a fumaça afastava os mosquitos, as abelhas, os lambe-olhos e outros pequenos insetos que atormentavam a vida dos poaieiros na mata. O guaraná era a bebida indispensável do poaieiro.

¹⁸⁴ Cf. ARRUDA, 1938, p. 74.



Fonte: MORAES, Cleonice Ap. de Moraes. Glicério Celestino, 2001.

Figura 6 – Glicério Celestino com instrumento de trabalho.

O estabelecimento de uma relação de cumprimento de deveres entre o fornecedor e o trabalhador era prática bastante comum na região de Barra do Bugres, que caracterizava a dependência do poaieiro em relação ao patrão, pois ele tinha que entregar sua produção para saldar as dívidas contraídas com o fornecedor. O depoimento de Júlio da Costa ilustra como eram travadas essas relações:

Tinha o patrão poaieiro grande, aquele que fornecia todo mundo. Tinha o patrão poaieiro que recebia o fornecimento do grande pra fornecer ao pequeno, que eram os poaieirinhos que iam para a mata... Como patrão poaieiro era assim: a gente fornece aos companheiros e entra pra esses mundos, dois, três, quatro meses. A gente volta pra casa. Volta outra vez e trabalha mais um, dois meses. Eu também tinha meu patrão, que ficava esperando a poaia. E já tinha quem esperava por ele em Cáceres, para vender para o estrangeiro. Era assim: tinha os donos do setor, os dono de tudo, que fornecia o dinheiro. Tinha o rei dos ricos aqui. Era dono de São José, Rio Sepotuba. Ele era fazendeiro e o que ele tinha de muito era dinheiro. Ele era patrão de todos os patrões nesta conferência de Cáceres, Cuiabá. Todas essas conferências, esses lugares menores por aí, Jangada. Todos que vinham, os patrões, vinham fornecer com ele. Mas ele era rico. Ele era um dentro do Mato Grosso. Onde existia poaia, ele mandava. Quem quisesse entrar, tinha que pagar pra ele. Ele tinha a concessão. Ele mandava.¹⁸⁵

No depoimento fica evidenciado um aspecto importante: a rede de poderes estabelecida em torno da extração da poaia. Iniciava com o grande patrão e terminava com o catador, o poaieirinho, como é chamado por Júlio. “Eu também tinha meu patrão, e ele tinha o dele.” Significava que cada um tinha um papel a desempenhar na cadeia do processo produtivo, tendo que cumprir com a sua responsabilidade, pois se houvesse falhas toda a safra seria comprometida. A preocupação, portanto, concentrava-se no resultado, que era a quantidade de poaia extraída pois, “o patrão maior, o rei dos ricos, o dono de tudo, esperava pelos resultados”. O tempo de duração da extração também é lembrado. Eram dois, três ou até seis meses. O tempo que se ficava na mata dependia da quantidade de poaia arrancada.

A extração da poaia era definida como trabalho duro. A permanência na mata de até seis meses levava, forçosamente, à convivência com riscos, como animais perigosos e insetos, que os atormentavam.

Dentre os animais perigosos, os poaieiros destacam a onça, a cobra e os coatás. Pior, porém, eram os insetos, que os atacavam dia e noite. Além dos mosquitos transmissores da *maleita* ou *malária*, que vitimava muitos poaieiros, causando febre alta, havia, ainda, outros pequenos insetos que os atormentavam, conforme o relato de Julio Santiago da Costa:

¹⁸⁵ Depoimento de Julio Santiago da Costa, no dia 26 de fevereiro de 2003.

Havia os borrachudos que quando o dia clareia o bicho gruda na gente que deixa vergões e ainda, os porvinha, os lambe-olhos, que gostam de andar grudado nos olhos da gente sem cessar, às vezes não dando para abrir os olhos para andar. Também havia a tocandira, “um formigão preto, que onde bate o ferrão, onde pega, você grita um dia e uma noite de dor”¹⁸⁶

A poaieira Januária da Costa, lembra das dificuldades enfrentadas na mata, na lida com a poaia, e também em criar as duas filhas, sozinha, sem a ajuda do companheiro. As desilusões e os sofrimentos passados na mata, segundo ela, eram atenuados quando se chegava ao rancho grande, pois era o momento em que se reencontrava os companheiros(as) de trabalho:

era uma desilusão. Você só comia uma comidinha brava, aí entra pelo mato, chuva em cima, de tarde... e de noite vem comer, mas, chegou no rancho, a gente está tudo junto. O povo está tudo alegre. É aquela alegria pra mostrar o que tirou, né.¹⁸⁷

Como entreposto da poaia, o povoado de Barra do Bugres e todo o comércio, como bares, hotéis e armazéns, dependiam direta ou indiretamente da extração e comércio da raiz. Segundo depoimentos, muitas vezes os próprios comerciantes e compradores ofereciam dinheiro ou crédito nos armazéns para os poaieiros na época da seca. com o compromisso de que seriam pagos com poaia na época das chuvas.

A prática de oferecer crédito aos trabalhadores era bastante utilizada na região. O relato de Durval Machado de Lima, ex-gerente da extinta Casa Comercial Scaff Gatatts de Importação e Exportação de Cáceres, esclarece que ia semanalmente a Barra do Bugres fazer a entrega de mercadorias em casas comerciais¹⁸⁸. O meio de transporte utilizado por ele, na década de 1950, era fluvial. Saía de Cáceres navegando o rio Paraguai até o cais do porto de

¹⁸⁶ Depoimento de Julio Santiago da Costa, no dia 26 de fevereiro de 2003.

¹⁸⁷ Depoimento de Januária da Costa.

¹⁸⁸ Outros estabelecimentos comerciais exportavam Ipecacuanha: *Alexandre Addor*, Cuiabá – Mantinha uma sede em Cuiabá e filiais em Rosário Oeste e Diamantino, *Pereira, Sobrinhos & Cia.*, Corumbá; *Vasques, Filhos & Cia.*, Corumbá, *Jossetti & Cia.*, Corumbá, Diamantino e Barra do Bugres, Inaveira & Congo,

Barra do Bugres, onde entregava as mercadorias, recebendo, em troca, a poaia. Durval Machado de Lima, classifica a estratégia de fornecimento de mercadorias como importante para o “giro de comércio” pois, segundo ele, era necessário

fazer o comércio girar. Não podia deixar a mercadoria parada. Além de estragar, tinha-se que saldar as dívidas. Tinha que vender as mercadorias e, depois na época da seca, ficava tudo parado. Na época das águas, quando eles [os poaieiros] iam para a mata, traziam a poaia. Aí, ficava elas por elas.¹⁸⁹

O estabelecimento comercial no qual Durval trabalhou por vinte anos fazia a exportação da poaia para São Paulo, através de barcos e aviões. Dali, ela era enviada para o exterior. Relembra que aviões saíam de Cáceres carregados de poaia para outras partes do Brasil. No retorno a Cáceres, eram trazidos produtos industrializados, que eram comercializados na região, como alimentos, enlatados de todos os gêneros, tecidos e munições, os quais eram revendidos para toda a região, inclusive para Barra do Bugres, em troca de poaia.

Durval deixa evidente a sua visão de comerciante ao esclarecer a importância que o “giro” tinha para o comércio de Cáceres. A prática de fornecimento de crédito fazia com que o poaieiro se encontrasse em dívida permanente com o patrão, e também garantia a mão-de-obra para a próxima safra. A casa comercial na qual ele trabalhava lucrava tanto com a venda da poaia quanto com a revenda dos produtos oferecidos aos poaieiros. Percebe-se nesta atitude toda uma estratégia de controle sobre o poaieiro, que ficava à mercê do patrão fornecedor, tendo que vender a poaia pelo preço estipulado por ele, não lhe sobrando opção, uma vez que se encontrava em dívida.

Corumbá, *José Maria de Pinho*- Cáceres, *Irmãos Esteves* – São Luiz de Cáceres, *Angelo Rebua & Irmão Miranda* – Presidente Murtinho.

¹⁸⁹ Depoimento de Durval Machado de Lima, em 15 de janeiro de 2003.

Os moradores de Barra do Bugres, ou próximos ao povoado, geralmente se reuniam em grupos para obter o fornecimento junto ao comércio local para adentrarem a mata. Os componentes de comitivas maiores eram geralmente pessoas vindas de fora, dos arredores de Cuiabá, das cidades como Acorizal, Rosário Oeste e Jangada. Outros eram recrutados para o trabalho temporário e partiam ao término da safra. Isto, no entanto, não era regra geral, pois houve casos de alguns que permaneceram no povoado, casaram-se e constituíram família.

As narrativas deixam transparecer a preferência de se explorar a poaia em grupos, mesmo que pequenos, pelo fato de se sentir menos solidão. Neste caso, a afinidade com o companheiro de trabalho era importante, sendo inclusive um pré-requisito para a escolha dos componentes. Para a organização do grupo outros requisitos também eram observados, tais como ter coragem e vontade de trabalhar, qualidades importantes para o bom desempenho na atividade e permanência na mata. Há informações sobre famílias inteiras que iam para a frente extrativa. Januária da Costa conta que, na sua família, “iam quase todos, os primos e primas, tios, irmãos até as crianças pequenas as vezes iam”¹⁹⁰. Nos relatos não foi encontrado nenhum poaieiro que tenha ido sozinho para a frente de trabalho.

Para chegar até o ponto escolhido, os poaieiros andavam aproximadamente trinta quilômetros a pé, calçando alpargatas, ou *precatas*, confeccionadas por eles próprios. Um meio de transporte alternativo bastante utilizado era o barco, especialmente o batelão ou prancha¹⁹¹, confeccionado pelos próprios poaieiros¹⁹², que transportava a poaia até os pontos de entrega.

Para se proteger dos insetos, principalmente dos *lambe-olhos*, e dos galhos e espinhos, usavam na cabeça a *carapuça*, feita de tecido mescla, azul ou cáqui, espécie de

¹⁹⁰ Depoimento de Januária da Costa.

¹⁹¹ O batelão é canoa confeccionada do tronco inteiro da árvore e com peso variável entre 1500 a 3000 quilos; feito geralmente de araputanga. A prancha podia pesar até 3000 quilos e era confeccionada de tábuas coladas uma às outras.

chapéu bem ajustado na cabeça para evitar que caísse ao esbarrar em galhos. O uso da carapuça era mais indicado, pois elas eram ajustadas embaixo do queixo com uma cordinha que a prendia e mantinha na cabeça, onde ficava bem firme. A *precata* nos pés também era apontada como a melhor opção, por não encharcar os pés com a intensa umidade do ambiente de trabalho.

Cada poaieiro levava às costas a *matula*, que pesava de trinta a quarenta quilos. Paradas eram feitas para o descanso. Quando se chegava ao ponto escolhido, era armado acampamento, no qual se permaneceria durante o período da extração. O acampamento consistia num barraco feito de galhos de árvores e coberto com folhas de palmeiras. Os locais escolhidos para o acampamento geralmente eram às margens de rios. Os locais do acampamento e da extração eram previamente escolhidos pelo grupo, antes da partida. Por isto, quem conhecia melhor o local andava à frente orientando os que vinham atrás. Relatos de poaieiros demonstram certa familiaridade com a zona da poaia. Conforme narra Júlio da Costa:

Eu trabalhei com a poaia. Toda a vida trabalhei com poaia. Desde a década do ano de quarenta. No setor aqui do Sepotuba, pra outro lado do rio Sepotuba, esse setor do Galera, aquele mundo que hoje já deve de ser povoado, mas que era sertão, são lugares que eu conheço. Conheço de Cuiabá a Campanha do Galera, passando esse mundo aqui, o Rio Paraguai e diversos, até a Campanha, pro outro lado. Conheci arrastando o pé pelo chão, andando a pé.¹⁹³

Pelo fato de ter nascido na região e de ter iniciado o trabalho de extração ainda jovem, Júlio da Costa se intitula íntimo da mata e conhecedor dos lugares onde existia a poaia. O conhecimento do lugar era importante para que não se perdesse muito tempo. Por isto, o reconhecimento era feito previamente, no início da organização dos grupos.

¹⁹² Alguns poaieiros intitulam-se como hábeis na construção de batelões. João Francisco da Silva relata que já havia confeccionado mais de 100 batelões, inclusive atendendo ao pedido de três americanos que lhe encomendaram quatro batelões de 1 metro e cinco de boca. Sobre o tema, ver THIÉBLOT, 1980, p. 68.

¹⁹³ Depoimento de Julio Santiago da Costa, no dia 26 de fevereiro de 2003.

As comitivas invariavelmente recrutavam pessoas que conheciam o lugar e sabiam se orientar na mata. Os selecionados para a função eram moradores da região da poaia, geralmente os *trabalhadores mais velhos de profissão*, empregados como encarregados e guias, e dentre estes há referências, nos depoimentos, inclusive da participação de índios na função de guias¹⁹⁴. O engajamento de habitantes, índios e não-índios, para os trabalhos de extração da poaia aconteceu por mais de um século.

Informações obtidas junto aos moradores apontam para o início da década de 1970 como o período final da atividade na região, que passou a ser ocupada por grandes fazendas agropecuárias. No caso específico da mata da poaia nas proximidades de Barra do Bugres, as terras foram revendidas por companhias privadas.

3.2. A vida do poaieiro no interior da mata: as idas e vindas em busca da poaia

Para apresentar vida cotidiana do poaieiro dentro da mata, escolhemos os depoimentos, as narrativas dos próprios poaieiros. Eles mesmos descrevem sobre o tempo em que ficavam “confinados” na mata, onde chegaram a permanecer até seis meses.

Uma das providências do poaieiro ao chegar no ponto escolhido para o trabalho, depois da construção do rancho que serviria de abrigo e para guardar a poaia, era a construção de um jirau, feito de madeira, suspenso do chão, para secar as raízes e evitar que molhassem. Nos dias de sol, a poaia era espalhada pelo chão próximo ao barraco. O rancho era construído preferencialmente perto de um rio, que servia para o banho e a pesca.

¹⁹⁴ Romana Maria Ramos Costa afirma que os índios Paresi trabalhavam com a poaia como guias e arrancadores de poaia. (cf. COSTA, 1985, p. 221).

Com o rancho pronto, cada qual armava a rede com o mosquiteiro para se proteger contra os insetos. O uso do mosquiteiro era imprescindível para que pudessem ter uma noite de sono.

O trabalho de coleta ou “catação” da raiz na mata era individual, ou, como diziam, era *cada um por si*. Cada qual seguia uma trilha, oposta à dos companheiros, sendo que todos partiam de uma trilha mestra, pela qual retornavam à tarde, por volta das três ou quatro horas da tarde:

Era assim: todos iam junto, mas chegando lá, era cada um por si. Cada um seguia o seu rumo. A comida era dividida, o fumo não. Todo dia levantava cedo, por volta das quatro horas. Aí tomava o guaraná e comia o quebra torto, e saía para a trilha mestra para pegar o rumo da poaia. Quando encontrava um capão de poaia, afofava bem a terra com o saraquá, fincando bem para não quebrar a raiz. Aí abaixava e puxava, ela saía fácil. Aí quebrava as ramas e guardava as raízes no bernal. Lá pelas três horas tinha que voltar, senão ficava escuro e ficava mais difícil para achar o caminho. Chegano no rancho colocava a poaia para secar, tomava um banho no rio. Quando tinha, ralava um guaraná, cortava um fumo. Se tinha que preparar a comida, prepara,. Senão fazia outra coisa.¹⁹⁵

O cotidiano vivido na mata tinha como característica a divisão de tarefas, sobretudo no preparo dos alimentos, divisão que era feita em escalas alternadas entre os poaieiros. Cada dia um fazia o papel de cozinheiro. O alimento era cozido em caldeirão pendurado numa vara sobre o fogo improvisado no chão, e era chamado de *quebra torto*. A alimentação diária consistia em arroz com feijão e carne seca. A *mistura* geralmente consistia de ovos de aves encontrados nos ninhos ou de caça, caso alguém conseguisse abater algum animal. Até a década de 1960, a caça era abundante na mata da poaia. O cozinheiro iniciava o *quebra torto* logo após a *janta*, ficando de plantão, em vigília, alimentando o fogo e *colocando água no feijão* para que ele não queimasse.

A pesca também era realizada pelos poaieiros, geralmente no fim da tarde, após o trabalho de extração, ou nos dias muito chuvosos que impossibilitavam o trabalho de

¹⁹⁵ Depoimento de Glicério Celestino.

extração. Estes momentos também eram ocupados com as atividades manuais para *matar o tempo*. Alguns poaieiros dedicavam-se a fazer utensílios domésticos, como colheres, cabos de enxada ou violas de cocho, todos feitos com a madeira araputanga, o ganzá, feito de taquara, cordas para violas de cocho feitas a partir de tripas do macaco ou de embirra (linhas para pescar, feitas com folhas de tucum). Era trabalho que exigia muita paciência, iniciando-se com a procura da folha de tucum, que deveria ser escolhida cuidadosamente, dando preferência às que estivessem se abrindo. Delas eram tirados os fiapos – as tirinhas –, torcidos pacientemente para fazer a linha da espessura desejada. Enfim, buscavam formas de ocupação na tentativa de *fazer com que o tempo passasse mais rápido*, atenuando a solidão, a saudade da família e o cansaço.

O fim do dia era o tempo também para as conversas, quando eram contadas as proezas vivenciadas durante o dia. Era geralmente momento de alegria. As diversões prediletas dos poaieiros na mata eram as “cantorias”. Os versos cantados eram acompanhados pela viola de cocho e outros instrumentos feito por eles. Com a viola de cocho e o ganzá, além de outros improvisados, realizava-se a “cantoria” no barraco.

A melancolia era um componente da vida dos poaieiros, que, como diziam, por passarem muito tempo na mata, ficavam *aluados*¹⁹⁶ e tristes. Neste aspecto, a saída da mata para tomar banho de sol tornava-se importante, pois muitos ficavam doentes devido à falta de luz e de calor. O trabalho de extração propriamente dito era muito solitário. *Era cada um por si*. Cada qual tinha que seguir uma direção. A tristeza aumentava quando lembravam da mulher e dos filhos que tinham deixado em casa. A saudade era espantada com as cantorias. Neste momento, um companheiro começava com os versos. A melodia e a letra das *modas* quase sempre se reportavam às lembranças da família, à solidão e ao cotidiano da mata, pois,

¹⁹⁶ Utilizam a palavra *aluido* para expressar a situação de solidão vivida na mata, em que muitas vezes ficavam deprimidos.

conforme José Lúcio da Silva Rondon¹⁹⁷, “sempre tinha um bom cururueiro¹⁹⁸ que animava o acampamento com os seus versos”. Bastava um começar com os versos para, logo em seguida, outro responder. Glicério Celestino lembra que os versos eram de improviso, a exemplo do que segue:

Cai sereno, cai, sereno da madrugada.
Cada vez aperta mais, esta saudade malvada.

As respostas aos versos eram quase certas. Eram acompanhadas por batuques e sons para dar ritmo à melodia. O poaieiro relembra que quando se estava no início da extração sempre se cantava mais. A intensidade diminuía à medida que o tempo passava, voltando ao final da safra quando se preparavam para o retorno.

Os poaieiros tinham vários costumes. Um deles, bastante usado na mata, era o consumo do guaraná ralado. Eles tinham o hábito de tomá-lo de manhã, ao se levantarem. Podia ser acompanhado de um gole de pinga, o “pé”, como eles chamavam, ou tomado sozinho, seguido do *quebra torto* que tinha sido preparado durante a noite. Dentro da mata, durante o período de extração da raiz, o poaieiro fazia duas refeições diárias: a primeira logo ao amanhecer, e a segunda à tarde, no fim do trabalho, quando retornava ao barraco.

Após a refeição matinal, os poaieiros seguiam para o trabalho de extração. Antes, porém, “tiravam” a picada mestra para servir de ponto de referência para a volta. Era a picada principal, de onde partiam e por onde retornavam. Para o retorno à picada mestra, o poaieiro tinha como referência a posição do sol, e em dias nublados orientava-se pela bússola, instrumento que quase todos possuíam. Para os iniciantes, segundo os relatos, ela era imprescindível, pois a sua falta muitas vezes levava-os a se perderem na mata, principalmente

¹⁹⁷ Depoimento de José Lúcio da Silva Rondon, no dia 26 de fevereiro de 2003.

¹⁹⁸ Segundo as entrevistas com os moradores de Barra do Bugres, o cururu é uma dança praticada pelos homens e muito antiga na região. Não sabiam, no entanto, a sua origem, mas somente que a aprenderam com os pais. A dança era também praticada em festas religiosas. A esse respeito, podem ser encontradas melhores explicações em GRANDO, 2002.

à noite, não conseguindo encontrar a picada mestra, tendo que pernoitar na mata em cima das árvores, sem dormir. Muitas vezes os “perdidos” só eram encontrados com a ajuda dos companheiros que saíam a sua procura. Os poaieiros contam histórias daqueles que se perdiam e que eram encontrados *meio variados das idéias*, ou seja, perturbados. Houve casos também de poaieiros que desapareceram definitivamente.

O poaieiro não seguia trilha certa, pois a poaia se distribuía irregularmente pela mata. Ele procurava os arbustos da poaia em busca dos “fogões” - nome dado à concentração de pés de poaia, que, quando encontrados, garantiam uma grande quantidade de raízes, para o embornal¹⁹⁹ do poaieiro. “A descoberta de um fogão de ipeca era uma satisfação, uma imensa alegria, como se fosse um bilhete premiado da loteria”²⁰⁰. Nem todos tinham a sorte de encontrar os “fogões”, e nesse caso restava partir para a “catação”, isto é, sair pelo mato arrancando os pés que iam encontrando. Todos, porém, mantinham-se atentos ao canto do “passarinho da poaia”, ave que se alimentava das sementes, que para os poaieiros era um verdadeiro “guia” para indicar a presença da planta²⁰¹. O trabalho de extração, seja dos “fogões” ou pela “catação”, era realizado manualmente.

Para se comunicarem, os poaieiros davam gritos, código comum conhecido por eles. Quem se perdia na mata, principalmente à noite, orientava-se com os gritos dos companheiros. Com as mãos postas na boca, em forma de concha, emitiam sons que eram reconhecidos e respondidos. Quem se perdia começava logo a gritar “ôôô” para chamar a atenção dos companheiros, e caso não tivesse alguém por perto eram obrigados a pernoitar na mata e esperar o dia amanhecer para, com a claridade, procurar a picada mestra e retornar ao acampamento. A rotina era a mesma, vivida todos os dias, salvo algumas exceções, sobretudo

¹⁹⁹ Por embornal entende-se que se trata da sacola feita de tecido, carregada pelos poaieiros pendurada no braço para colocar as raízes coletadas.

²⁰⁰ CUNHA, 1981, p. 74.

²⁰¹ *Ibidem*, p. 75.

quando algum companheiro se perdia na mata, fazendo com que saíssem à procura do desaparecido.

O cotidiano do poaieiro era marcado por momentos de isolamento já que uma das características do trabalho de extração era a individualidade. Havia, contudo, muita solidariedade. Um companheiro prestava auxílio ao outro. A solidariedade, como já se fez referência, também ocorria entre as famílias dos poaieiros, fora da mata.

No retorno do trabalho, ao chegar em casa, a primeira providência era conferir o saldo no armazém. Se a colheita tivesse sido boa, os poaieiros conseguiam saldar as dívidas contraídas por eles, e pelos familiares no período em que permaneceram no trabalho de extração. Em caso negativo, a dívida era prorrogada para a próxima safra. Significava, então, fase de muita *carestia*, isto é, teriam que poupar mais nos alimentos. A prorrogação da dívida era muito comum entre os poaieiros, que eram praticamente devedores permanentes do armazém.

Ressalte-se que, embora muito esperado, o retorno do poaieiro nem sempre era certo. Como constam das narrativas, há casos de poaieiros que desertavam das comitivas. Isto acontecia devido a maus-tratos sofridos, por dívidas e por desvio de poaia – que era vendida para outros compradores, como os mascates, por exemplo, que passavam pela mata e trocavam os seus produtos por ela.

Quando encontrados os desertores, fugitivos de dívidas ou devedores do patrão, eram presos, tendo que revelar o paradeiro da poaia. Izabel de Farias relata o que poderia acontecer aos desertores:

Os devedores eram presos e prendidos num tronco, que tinha um buraco no meio. Ficava deitado ou sentado com o pé preso no tronco com corrente, cadeado e madeira em cima deles. Às vezes, levavam sova de pau de

goiabeira, soventavam eles. Prendia para render carceragem até encontrar o patrão para pagar, só então era retirado.²⁰²

Izabel de Farias define a região da mata da poaia, sobretudo o povoado de Barra do Bugres, como região violenta devido à “quantidade de homens que vinham de todos os cantos, sabe-se lá quem, podendo ser até fugitivos de cadeia” e pela itinerância dos trabalhadores, que, segundo a narradora, “andavam por toda a mata, se utilizando da sua imensidão para se esconderem”.

Mesmo diante da imensidão da mata, quem praticava o ato da deserção tinha grandes chances de ser encontrado devido à comunicação entre patrões. Para o desertor também havia perdas, por não conseguir se manter no “ramo” de extração, pois precisava de crédito, o que não mais conseguiria.

Para escapar da dívida contraída e evitar a perseguição por parte dos patrões, os poaieiros utilizava-se de outras táticas, como o alistamento militar, assentando praça no Exército, prática que poderia causar graves prejuízos para o empreendedor.

O retorno do poaieiro por vezes era motivo de tristeza, pois, devido ao caráter insalubre na mata, era comum que contraíssem doenças, com frequência febres, conhecidas por sezões, que debilitavam o corpo do trabalhador, que passava, às vezes, todo o período da entressafra na cama, obrigando-o a contrair mais dívidas com a compra de remédios.

Os percalços deste trabalhador dão uma idéia de como era a vida no extrativismo. Tratavam-se de homens e mulheres pobres, que viviam em condições mínimas de sobrevivência. Não se tem nenhuma referência de que algum poaieiro tenha enriquecido com o trabalho de extração.

O sistema de extração e as relações de trabalho entre patrão e poaieiro perduraram durante todo o tempo em que o extrativismo existiu na região, ou seja, até a década de 1970.

²⁰² Depoimento de Izabel de Farias, esposa de um pequeno patrão de poaia, em Várzea Grande-MT, gravada por Graci Ourives de Miranda em 11 de março de 1983.

Atualmente, poucos se dedicam a este extrativismo e não existem mais os fornecedores do trabalhador, isto é, alguém que lhe dê o “crédito” para a mata. O poaieiro de hoje banca as suas próprias despesas, e para encontrar a poaia tem que ir mais longe, até cem quilômetros mata adentro, mesmo assim encontrando-a em pequenas quantidades. Poucos compradores ainda se interessam pelo comércio da poaia.

3.3. A mata da poaia e seus mistérios: os pés-de-garrafa, o pássaro poaieiro...

A mata da poaia não era somente lugar de seres humanos, homens e mulheres, trabalhadores, pertencentes às distintas camadas sociais. Nela viviam também os seres “sobrenaturais”²⁰³. Ao abordar os seres míticos existentes na paisagem de Chacororé, Mário Cezar Silva Leite utiliza o termo *sobrenatural* para designar os mitos na natureza e o espaço em que eles estão inseridos. Ao tratar da paisagem da Baía de Chacororé²⁰⁴, o autor retrata a maneira como o homem pensa e desvenda a natureza, atentando sobre a construção dos mitos e como os pantaneiros vêem a paisagem da baía, como algo encantado²⁰⁵. Para o autor, a idéia de paisagem envolve diferentes visões de relacionamento do homem com a natureza. “Uma das formas de entendê-la é como uma relação cultural, que se estabelece no ‘defrontamento’ do homem com a natureza”. Isto significa perceber o espaço, ou a paisagem, “como resultado

²⁰³ O termo *sobrenatural* foi apropriado do trabalho de Mário Cezar Silva Leite, onde o “sobrenatural” é utilizado para designar os seres míticos da Baía de Chacororé. Foi a melhor designação encontrada para também explicar os seres da mata da poaia, presentes no imaginário da população de Barra do Bugres e na memória dos poaieiros. Sobre o tema, ver o segundo capítulo de LEITE, Mário Cezar Silva. *Águas encantadas de Chacororé – Natureza, cultura, paisagens e mitos do Pantanal*. Cuiabá: Cathedral / UNICEN, 2003.

²⁰⁴ A Baía de Chacororé está localizada no Pantanal de Mato Grosso. Segundo Mário Cezar Leite é “uma vasta planície, situada entre os paralelos de 16° e de 22° S e os meridianos de 55° a 58° Sul do equador, Oeste de Greenwich. Em território brasileiro, o Pantanal se estende de norte a sul por 600 km com uma largura que, em alguns pontos, atinge a 250 km”. As baías são, segundo o autor, “áreas mais deprimidas do terreno”, são lagoas encontradas em quase toda a região do Pantanal” (LEITE, 2003, p. 46).

²⁰⁵ LEITE, 2003, p. 54.

da relação entre dois atuantes, dois agentes, o que envolve diretamente a participação dos fenômenos topográficos e das circunstâncias geográficas”²⁰⁶.

Perceber a constituição do espaço da mata da poaia pelos moradores e trabalhadores é mostrar como era a relação deles com este espaço e com a natureza, a mata propriamente dita. Era na mata da poaia que os seres sobrenaturais se manifestavam, caso do “pai-da-mata” ou “o pé-de-garrafa”.

Os seres míticos, ou sobrenaturais, que residiam na mata da poaia eram os “causos”, ou seja, as histórias preferidas entre os trabalhadores da mata. Também eram contados para amigos e familiares em casa. Segundo os ex-poaieiros, o pé-de-garrafa era um ser que se apresentava principalmente à noite. Por isto, a possibilidade de se perder na mata e de se encontrar com o “monstro”, que tinha o pé em forma de garrafa, amedrontava os trabalhadores. Embora existissem inúmeros perigos na mata, como animais perigosos e doenças, eles não eram os mais temidos. O mais temido, e que todo poaieiro tinha presente na mente, era o pai-da-mata, o pé-de-garrafa. Por isso, a coragem era atributo imprescindível,

²⁰⁶ *Ibidem*, p. 55.

pois, “quem era medroso não podia ser poaieiro, tinha que se acostumar com a mata e vencer o medo”²⁰⁷. Os depoentes afirmaram que nunca viram o mostro pessoalmente, no entanto, quase todos ele conheciam a forma “física” do pé-de-garrafa e seus ruídos, descrevendo-o como um animal peludo que se alimentava de carne humana. As características podem encontrar explicação na imaginação, que foram repassadas através de histórias dos poaieiros mais velhos. Muitos afirmam que cresceram ouvindo estórias sobre o pé-de-garrafa:

Eu mesmo, nunca vi. E olha que eu andei por esse mundão de zona de poaia. Mas, dizem que quem viu, ficou variado das idéias. Teve um rapaz, parece que era novato, não conhecia bem a mata, que viu. Para ser poaieiro tinha que ser traquejado no sertão, senão se perdia. Pois bem, este rapaz, contam que ele se perdeu na mata, ficou dias desaparecido, quando foi encontrado, ele estava variado das idéias, gritava o tempo todo. Tinha encontrado com o pé-de-garrafa. Contava isso quando estava bom. O povo é que contava. Tinha um amigo poaieiro que me contou. Bem, diz que quando ele dormia, sonhava com o bicho. Dizia que o bicho era cabeludo e tinha o pé do mesmo jeito da garrafa. Eu mesmo nunca vi, mas, sabe, me perdi na mata, e pelo sim pelo não, a gente não duvida, não é, principalmente na mata escura e, ainda sozinho, perdido, eu não duvido nada!²⁰⁸

Frutos do medo ou da imaginação, os seres se manifestavam, e tinham forma *meio humana, meio de bicho, de garrafa*. As estórias eram repassadas aos filhos. Os pais se encarregavam de contar, na volta para casa. As memórias são reproduzidas e repassadas para as gerações mais novas, permanecendo ainda hoje no imaginário social da população e compartilhadas e/ou servindo de base no ato da reconstrução de lembranças. Isto significa dizer que a lembrança é compartilhada com os sujeitos que vivem no mesmo espaço social, no qual está inserida, reforçando a importância do caráter social da memória²⁰⁹.

As narrativas de memórias sobre as estórias de seres sobrenaturais é comum e compartilhada pela grande maioria das pessoas moradoras da região. Ao representarem a mata da poaia, as lembranças se voltam para os perigos, a solidão e para os “seres sobrenaturais”

²⁰⁷ Depoimento de Júlio Santiago da Costa gravado em Barra do Bugres no dia 26 de fevereiro de 2003.

²⁰⁸ Depoimento de Julio Santiago da Costa, no dia 26 de fevereiro de 2003.

²⁰⁹ Cf. Maurice Halbwachs (1990), *apud* FÉLIX, Loiva Otero. *História e memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: Ed. UPF, 1998, p. 42.

que habitavam o espaço causando-lhes temor e respeito, principalmente entre mais os jovens, que tinham medo de se perder na mata e de se defrontarem com o monstro. Glicério Celestino explicou que

Dentro da mata, para não se perder do companheiro, a gente dava gritos de “ôôôô”, para que o companheiro respondesse. Aconteceu de eu escutar uma resposta meio estranha, que vinha da direção do meu companheiro, mas, que a voz não era dele. Aquilo chegava arrepiar. Gritava de novo e tornava a responder ôôôô. Quando chegava na feitoria e perguntava: fulano você ouviu o meu grito? Ele respondia, não. Aí, a gente não duvida de mais nada, não é? Aquela mata fechada, só você e Deus. A gente tinha que ter muita fé.²¹⁰

Outra lenda muito lembrada é a da pequena ave, classificada por Roquete Pinto de *Ornithon cinerascens*. Segundo as descrições do médico viajante, a ave era auxiliar de mão-cheia na disseminação da poaia, pois ao se alimentar das sementes da planta contribuía para seu replantio²¹¹. No entanto, segundo ele, “o fogo, destruindo a mata, diminuiu a poaia, e quebrou o encanto da avezita”. Classificada pelos poaieiros como “pássaro poaieiro”, dizem que ela os ajudava a encontrar os “fogões de poaia”. A ave faz parte da memória coletiva dos trabalhadores, pois

Dizem que onde ele canta tem poaia. E é verdade, porque ele gosta de comer as sementinhas. É um passarinho bem pequeninho, que grita: Poaia! Poaia! Poaia! Era só ir lá e se via “fogões de poaia”. Era uma beleza! Sempre que ouvia ele cantar podia ir ver que era poaia na certa.²¹⁰²¹⁰

As poesias feitas em homenagem ao pássaro poaieiro também demonstram como ele prestava ajuda ao catador, no período da extração da poaia:

Do Alto-Paraguai na mata escura,
Em que viceja a poaia negra e pura
No próprio canto seu.
Existe um ser alado, já lendário,

²¹⁰ Depoimento de Glicério Celestino.

²¹¹ ROQUETE PINTO, 1934, p. 66.

No qual o sertanejo solitário
Valor reconheceu.

Na úmida floresta portentosa,
Campeia essa ave fabulosa
Que se chamou poaieiro!
Seu nome vem da ajuda que ela presta
Ao sertanejo crente, de alma lesta,
Ao másculo mateiro!

É uma ave esquiva e agourenta
Que mais dos grãos da poaia se alimenta
E a espécie dissemina...
O extrator da erva a tem em conta
De grande auxiliar, pois ela aponta
Da ipeca a rica rima...

É um chamado bom, dessa ave, o pio,
Para o lugar da mata, o mais sombrio,
Mais úmido e feroz.
Na trama que as lianas trepadeiras
Teceram luxuriantes reboleiras
Dão messe eficaz...

Precisamente nessas regiões
Em que vicejam férteis os fogões
Do arbusto feiticeiro,
Está, invenerável, na tristura
Da úmida floresta fria, escura,
O pássaro poaieiro!

Na solidão, seu pio esperançoso
Parece que traduz, harmonioso,
O grito: - Poaia! Poaia!...
O bravo sertanejo pára, escuta...
Naquele ser cansado pela luta
Um novo alento raia.

Bom pássaro poaieiro! Amigo certo
Do poaieiro homem que, decerto,
Contigo se irmanou...
Unidos, ave e homem, num afeto,
Procuram na floresta o mesmo objeto
Que Deus ali criou.

No místico silêncio do sertão,
Os dois, a 'sós, fiéis, cabal missão
Realizam à surdina:
Mantém a ave a planta ao solo presa:
O homem à ciência benfazeja
Entrega a emetina.

A poesia de Natalino Ferreira Mendes²¹², da cidade de Cáceres, Mato Grosso, revela a vida do trabalhador e a dura jornada de trabalho dos extrativistas, permitindo-nos perceber a importância do pássaro em sincronia com a natureza e em busca do mesmo objetivo: encontrar muitos “fogões de poaia”.

²¹² THIÉBLOT, 1980, p. 65-66.

Considerações finais

Como apontamos neste estudo, a poaia foi largamente explorada no Mato Grosso, sendo fonte econômica importante. A região onde a poaia foi mais explorada no Estado foi aquela onde estão localizados atualmente os municípios de Cáceres e Barra do Bugres. Em Barra do Bugres, foco central deste estudo, a poaia foi a principal fonte de renda para as famílias que ali viviam, até aproximadamente a década de 1970. Os trabalhadores extrativistas da poaia são conhecidos na região como poaieiros.

Desde a segunda metade do século XIX a poaia serviu de atração para que pessoas viessem para a região com o objetivo de extrair sua raiz, que alcançava bons preços nos mercados nacional e internacional. A busca pela raiz provocou o surgimento do povoado de Barra do Bugres (atual cidade de Barra do Bugres), principal entreposto de comércio da poaia. Barra do Bugres era conhecida como a porta de entrada para a zona poaieira. A edificação do povoado de barra do Bugres deu-se em terras onde habitavam os índios Umutina, conhecidos também como índios “Barbados”, que fugiram do local com a penetração dos extrativistas. Quem quisesse adentrar a zona da poaia, principalmente quem vinha por via terrestre de Cuiabá e Rosário Oeste, tinha que passar por Barra do Bugres.

Os extrativistas que vinham para trabalhar na extração da raiz estabeleciam-se próximos do povoado de Barra do Bugres, aumentando assim o seu contingente populacional, sendo que no ano de 1950 o povoado contava com uma população de 3.114 habitantes.

A região de Barra do Bugres serviu, portanto, como local de atração para os trabalhadores extrativistas poaieiros que vinham para a região em busca da preciosa raiz e de enriquecimento. Centenas de trabalhadores embrenhavam-se todos os anos na mata úmida, ali permanecendo por até seis meses durante o período de extração da poaia, pois esta era feita na época das águas, que compreende os meses de outubro a abril. A preparação para a entrada na

mata se iniciava com até um mês de antecedência, quando os trabalhadores adquiriam o fornecimento com o patrão ou no armazém, que se tratava de utensílios e alimentos necessários para a permanência na mata, e também para os familiares que não iam para o trabalho de extração.

A prática do fornecimento na região quase sempre tornava o trabalhador cativo do patrão, pois o pagamento era feito com a raiz da poaia no retorno do trabalhador, sendo que quase sempre ficava um saldo devedor, tendo que se prorrogar a sua dívida ano após ano, sendo que foi observada também a existência de casos de fugas de trabalhadores, com castigos impingidos por patrões aos fugitivos.

Os trabalhadores viviam em redes de sociabilidade, estabelecida entre os vizinhos próximos, que os uniam desde a preparação para a entrada na mata, sendo extensiva também na comunidade em que viviam, na ajuda mútua entre eles e na preparação do mutirão, tanto para as festas como para o trabalho de roça, conserto da casa etc. Práticas que foram se acabando com as vendas das terras na região como resultado da atuação de companhias privadas e com a chegada dos migrantes sulistas na região. A atuação das companhias privadas, a demarcação das terras e a vinda dos compradores das terras contribuíram para a decadência da poaia na região, sendo a mesma substituída pela agricultura e pela pecuária.

Ao longo do texto mostramos referências apontando as possíveis causas da decadência da poaia e da mata, ao longo da história de Mato Grosso, que está ligada ao desmatamento e à falta de cuidado com o sistema de extração. As hipóteses levantadas e referenciadas pelos documentos apresentados nos indicaram que o fim do comércio desta atividade extrativista na região de Barra do Bugres estava ligado a interesses como a ocupação da região por outros segmentos sociais, como os migrantes sulistas. Esta política de ocupação, iniciada no Governo de Getúlio Vargas – com a “Marcha para o Oeste”, de 1939 –, provocou o interesse de companhias colonizadoras que começaram a atuar na região

vendendo terras e não levando em consideração as pessoas que viviam na região, os posseiros pobres e os trabalhadores extrativistas da poaia, que foram expulsos de suas terras, uma vez que eram, em sua maioria, posseiros que ocupavam as terras devolutas, do Estado, ou as terras do patrão, não possuindo documentos comprobatórios delas.

A divisão e o mapeamento das terras da região em 1960, conforme se pôde ver no Mapa Cadastral de Barra do Bugres, Arenápolis e parte de Cáceres, foram realizados pelo Departamento de Terras e Colonização (D.T.C.), um órgão que esteve envolvido em corrupções e irregularidades que inclusive provocaram o seu fechamento provisório por várias vezes, até o fechamento definitivo na década de 1960, o que permite que se questione a seriedade dessas divisão e mapeamento, tendo em vista a constatação da divisão das terras formando grandes latifúndios, de até 10.000 ha.

A posterior revenda das terras por parte de empresas privadas provocou mudanças significativas na forma de vida dos trabalhadores. As mudanças ocorridas deram-se tanto no campo econômico, com a perda dos seus meios de vida e sobrevivência, quanto no campo social, pois esses trabalhadores mantinham relações específicas de socialização onde a ajuda mútua era prática usual entre as pessoas da comunidade. Sem lugar definido de trabalho e de morada, eles partem para os centros urbanos, vagando de um lugar para o outro, de cidade em cidade, à procura de um lugar para se estabelecer e sobreviver. Acostumados a viver na mata, ou próximos delas, percebe-se todo um modo de vida peculiar, característico das comunidades da região, que é transformado no novo lugar de morada.

Ainda que não tenha sido nosso objetivo fazer um mapeamento da história econômica de Mato Grosso, consultamos dados que sugeriram os possíveis fatores da decadência da poaia na região de Barra do Bugres para entender as conseqüências na vida dos trabalhadores extrativistas, nosso principal foco de atenção.

Através dos depoimentos dos trabalhadores, acompanhando o significado que atribuem às suas vivências, pode-se perceber dimensões de um processo de esvaziamento de antigas práticas sociais, com todos os seus costumes, hábitos e valores adquirindo novas feições. Com o fim das matas da poaia, das roças, da criação de animais miúdos, a diminuição da pesca e o fim da caça e o voltar-se da região para a criação do gado, a plantação da cana-de-açúcar e a cultura mecanizada, foi limitando o acesso dos trabalhadores à mata e à terra, pois as mesmas não se encontravam mais disponíveis para *quem quisesse chegar, montar barraco e morar*.

As memórias dos poaieiros indicam-nos, também, a vida cotidiana, na mata e no povoado, anterior e posterior à presença da poaia na região, no que se refere às formas de manifestações culturais da comunidade. Para além do econômico, das frustrações devidas à exclusão à qual foram relegados, demonstram persistência em manter “viva” a sua cultura, no que se refere aos costumes, tradições, hábitos alimentares, vestuário, moradia, valores morais e religiosos, que são reelaborados com a chegada dos migrantes. A constatação da persistência em transmitir para as novas gerações a sua cultura se dá através da realização das festas religiosas na comunidade, que são elaboradas da forma tradicional de comemoração.

Se no passado o fator de atração para os trabalhadores foi a poaia, na atualidade a cana-de-açúcar ocupa o primeiro lugar no *ranking* dos fatores de atração da região, atraindo milhares de trabalhadores, principalmente do Nordeste do Brasil, especificamente de Alagoas, de onde chegam aproximadamente quatro mil trabalhadores todos os anos para trabalhar na colheita da cana, que disputam espaço de trabalho com os moradores locais, herdeiros, muitas vezes, de ex-poaieiros.

Fontes e referências bibliográficas

Fontes

Impressas

ÁLBUM GRÁFICO *do Estado do Mato Grosso (EEUU do Brasil)*. Corumbá / Hamburgo: Ayala & Simon Editores, 1914.

BADARIOTTI, Nicolao. *Exploração no norte do Mato Grosso: Região do Alto Paraguai e Planalto dos Parecis*. Apontamentos de História Natural, Etnografia, Geographia e impressões. Cuiabá: Biblioteca Katukulosu-Missão Anchieta, 1898.

BUENO, José Antônio Pimenta. *Relatório apresentado pelo Presidente da Província à Assembléia Provincial 1835/1846*. Rolo 546. NDIHR-UFMT.

SILVA, Darwin Monteiro da. *Planta Cadastral de Barra do Bugres, Arenópolis e Cáceres*. n.226. Cuiabá, 1960.

MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícia sobre a província de Matto Grosso, seguida d'um roteiro da viagem da sua capital a São Paulo*. Rio de Janeiro: Typographia de Henrique Schoeder, 1869.

PEDROSA, João José. *Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Mato Grosso - Cuiabá 1879*, s/p. APMT.

PITALUGA, Octávio. *Necessidades e Vantagens da Proteção à Ipecacuanha*. Cuiabá: IHGMT, 1998. (Publicações avulsas)

Cartoriais

Livros de Registro de nascimentos. Cartório do Segundo 2º Ofício de Barra do Bugres - MT.

Livro de Registro Geral de Imóveis. Certidão de Registro nº 10, fls. 143/193 do Lº 8. Cartório do Primeiro Ofício de Rosário Oeste – MT.

Recenseamentos

Censo Demográfico de 1950. Mato Grosso. IBGE

Censo Demográfico de 1960. Mato Grosso. IBGE.

Censo Demográfico. Dados Gerais: Migração - Instrução – fecundidade mortalidade - Mato Grosso IX - Recenseamento Geral do Brasil. 1960. IBGE.

Anuário Estatístico do Brasil. 1955, 1957 e 1958. IBGE.

O Brasil em números. Apêndice do Anuário Estatístico do Brasil. 1960.

Censo Demográfico de 2001/2002. Mato Grosso.

Diário Oficial

Diário Oficial do Estado de Mato Grosso - Decreto Lei 771 de 29 de julho de 1927. Reserva uma área de terras para o patrimônio de Barra do Bugres, município de São Luiz de Cáceres - APMT

Diário Oficial do Estado de Mato Grosso – Decreto Lei nº 208, de 26 de outubro de 1938, fixa a divisão territorial do Estado APMT.

Diário Oficial do Estado de Mato Grosso – Decreto Lei nº 348, de 20 de setembro de 1940, cria a Coletorias de Renda das cidades de Mato Grosso e na Vila de Barra do Bugres APMT.

Diário Oficial do Estado de Mato Grosso – Decreto Lei nº 164, de 4 de março de 1944, fixa a data para a instalação do município de Barra do Bugres. APMT.

Guias

GUIA de Exportação de Mercadoria. Acervo da Delegacia do Ministério da Fazenda – NDIHR-UFMT.

Mensagens

MENSAGEM do Presidente de Estado Pedro Celestino Corrêa da Costa, dirigida Assembléia Legislativa, ao instalar-se a sua 2ª sessão ordinária da 12ª Legislatura, em 13 de maio de 1922. APMT.

MENSAGENS de Governadores do Estado (1954 à 1959) Doc.118-122. Ano 1954 a 1959. Rolo 9. Microfilme. NDIHR-UFMT.

MENSAGENS de governadores (1962 à 1965). Rolo 10. Microfilme. NDIHR-UFMT.

Revistas

Brasil-Oeste. Ano 1956 à 1958. Rolo 59. Microfilme – NDIHR-UFMT.

Jornais

A Cruz. Ano 1959 a 1960. Título 38. Rolo 43. Microfilme. NDIHR-UFMT.

A Cruz. Ano 1963 a 1969. Título 38. Rolo 45. Microfilme. NDIHR-UFMT.

Tribuna Liberal. Julho a dezembro. 1964 a 1965. Título 87. Rolo 51. Microfilme. NDIHR-UFMT.

Jornais diversos. Período de 1926 à 1966. Rolo 15. Microfilme. NDIHR-UFMT.

Orais

Adão Taques, 70 anos de idade, poaieiro, residente em Barra do Bugres. Entrevista em 20 de novembro de 2002.

Beatriz Casassús, 66 anos de idade, pequena comerciante, residente em Barra Bugres. Entrevista em 20 de novembro de 2002.

Durval Machado de Lima, 79 anos de idade, ex-gerente comercial, residente em Cáceres. Entrevista em 23 de janeiro de 2003.

Francisco Alves de Jesus, 85 anos de idade, poaieiro, residente em Barra do Bugres. Entrevista em 12 de dezembro de 2002.

Glicério Celestino, 88 anos de idade, poaieiro, residente em Barra do Bugres. Entrevista em 26 de dezembro de 2002.

Januária da Costa, 76 anos de idade, poaieira, residente em Barra do Bugres. Entrevista em 22 de novembro de 2002.

José Lúcio da Silva Rondon, 90 anos de idade, patrão poaieiro, residente em Barra do Bugres. Entrevista em 10 de dezembro de 2002.

Jovino Ramos, 65 anos de idade, exator e escritor, residente em Barra do Bugres. Entrevista em 25 de fevereiro de 2003.

Julio Santiago da Costa, 80 anos de idade, poaieiro, pequeno patrão, residente em Barra do Bugres. Entrevista em 20 de novembro de 2002.

Fontes iconográficas

Fotografia do poaieiro Glicério Celestino com o saraquá. Barra do Bugres, 2001. Cleonice Aparecida de Moraes

Fotografia da mão do poaieiro Glicério Celestino segurando uma raiz de poaia. Barra do Bugres, 2001. Fotógrafo: Pedro Celestino.

Referências bibliográficas

ALBERTI, Verena. *História Oral. A experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro : FGV/CPDOC, 1990.

ABREU, Raimundo Nonato de S. Sobrinho. Narração metódica dos fatos notáveis ocorridos na vida. In: *Município de Barra do Bugres, Resumo dos dados gerais*. [s.loc.] : [s.ed.], 1978, [s.p.].

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

ARRUDA, Gabriel Pinto de. *Um trecho do oeste brasileiro*. Rio de Janeiro: s.ed, 1938.

BARROZO, João Carlos. Garimpos de diamante do Alto Paraguai - Diamantino. *Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, UFMT, v.1, n.1, p. 95-123, 2000.

BONETTI, Lindomar Wessler. A exclusão social dos caboclos do sudoeste do Paraná. In: (Org.). *Os caminhos da exclusão social*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Do extrativismo à pecuária: Algumas observações sobre a história econômica do Mato Grosso: 1870-1930*. Cuiabá: Ed. UFMT, 1991.

BOSI, Eclea. *Memória e sociedade: Lembranças de velhos*. 2.ed. São Paulo : Ed. USP, 1987.

BRANDAO, Carlos Rodrigues. *A cultura na rua*. Campinas: Papirus, 1989.

BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História – Novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

_____. *Cultura popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800*. 2. ed. São Paulo : Companhia das Letras, 1999.

CAMPOS, Fausto Vieira de. Retrato de Mato Grosso. *Brasil-Oeste*, São Paulo, 1960.

CANDIDO, Antônio. Os parceiros do Rio Bonito – Estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 6.ed. São Paulo : Duas Cidades, 1982.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História – Ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASTRO, Maria Inês Malta. *Natureza e sociedade em Mato Grosso. 1850/1930*. Brasília, 2000. Tese (Doutorado em História e Natureza) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.

CASTRO, Sueli Pereira. *A festa santa na Terra da Parentalha: festeiros, herdeiros e parentes sesmária na Baixada Cuiabana – Mato Grosso*. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. 5.ed. São Paulo : Brasiliense, 1993.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Indústrias mato-grossenses*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1945.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *À sombra dos herveiros mato-grossenses*. São Paulo, Ed. Limitada, 1925. (Monographias Cuiabanas)

COSTA, Romana Maria Ramos; ROBERTO, Maria de Fátima. In: OPAN/CIMI-MT, *Dossiê: Índios em Mato Grosso*. Cuiabá: [s.ed.], 1987.

COSTA, Romana Maria Ramos. *Cultura e contato – Um estudo da sociedade Parezi no contexto das relações interétnicas*. Rio de Janeiro, 1985. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CUNHA, Adolpho Jorge da. *O poaieiro de Mato Grosso*. São Paulo: Resenha Tributária, 1981.

FÉLIX, Loiva Otero. *História e memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: Ed. UPF, 1998.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Trad. Galeano de Freitas. 16. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1983.

GALETTI, Lylia as Silva Guedes. *O poder das imagens: o lugar de Mato Grosso no mapa da civilização. Relações cidade-campo: Fronteiras*. Cuiabá, UFMT, v.1, n.1, p. 95-123, 2000

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A lenda do ouro verde – Política de colonização no Brasil contemporâneo*. Cuiabá: Ed. UNICEN, 2002.

GRANDO, Beleni S. *Cultura e dança em Mato Grosso: catira, curussé, folia de reis, siriri, cururu, São Gonçalo, rasqueado e dança cabocla na região de Cáceres*. Cuiabá: Central de Texto, 2002.

HAUBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

JESUS, Antônio João. Os Umutina. In: OPAN / CIMI-MT. *Dossiê Índios de Mato Grosso*. Cuiabá: [s.ed.], 1987.

LEITE, Mário Cezar Silva. *Águas encantadas de Chacororé – Natureza, cultura, paisagens e mitos do Pantanal*. Cuiabá: Cathedral-UNICEN, 2003.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2.ed. Campinas : Papyrus, 1986.

LENHARO, Alcir. *Crise e mudança na frente de colonização*. Cuiabá: Imprensa Universitária UFMT, 1982.

LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1985.

MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira – A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil – Contrastes da intimidade contemporânea*. v.4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 659-726.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 4.ed. São Paulo : Loyola, 1998.

MIRANDA, Graci Ourives de. *A poaia: um estudo em Barra do Bugres*. Cuiabá, 1983. Monografia (Especialização em História de Mato Grosso) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História oral e memória – A cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1994.

MORENO, Gislaene. *Os (des)caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso*. São Paulo, 1993. (Tese de Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História*. A Problemática dos Lugares. *Projeto História*, São Paulo, n.10, 1993.

NOVAES, Silvia Cauby. *Jogos de espelhos: Imagens da representação de si através dos outros*. São Paulo: Ed. USP, 1993.

OLIVEIRA, Manoel José de Faria. *A exploração da poaia em Barra do Bugres*. Cuiabá, 2000. Monografia (Especialização em Biologia) – ESP, Universidade Federal de Mato Grosso.

OLIVEIRA, Carlos Edinei. *Famílias e natureza: as relações entre famílias e ambiente na construção da colonização de Tangará da Serra-MT*. Cuiabá, 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso.

PERARO, Maria Adenir. *Bastardos do Império – Família e sociedade em Mato Grosso*. São Paulo: Contexto, 2001.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, n.15, 1997.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Projeto História*, São Paulo, n.14, 1997.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O campesinato brasileiro – ensaios sobre a civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1973.

RAMOS, Jovino S. Barra do Bugres – História, folclore, curiosidades. Cuiabá: [s.ed.], 1992.

ROQUETE PINTO, Edgar. *Rondônia*. 3. ed. São Paulo: Nacional / Brasília: INL, 1934.

SAMUEL, Raphael. Teatros da memória. *Projeto História*, São Paulo, n.14, 1997.

SANTANA, Charles D’Almeida. *Fatura e ventura camponesas: Trabalho cotidiano e migrações. Bahia: 1950-1980*. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado em História) – PUC - Pontifícia Universidade Católica.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Sistema de casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: Ed. USP. 1984.

THIÉBLLOT, Marcel Jules, *A mata da poaia e os poaieiros do Mato Grosso*. São Paulo: Escola de Folclore / Livramento, 1980.

VOLPATO, Luíza Rios Ricci: *Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888*. São Paulo: Marco Zero / Cuiabá: Ed. UFMT, 1993.

Anexos

Poeiros mateiros – Foto 1953.
Localização do “terreno” para o Posto de Estação Experimental Ipecacuanha – Cáceres.



Fonte: Museu de Cáceres

Foto tirada em 1958. Direita para esquerda o Sr. Jorge Sacaff Gatatts. O Sr. Durval é o 4º. da fileira. Prédio da empresa Scaff Gatatts, Rua 6 de outubro.



Fonte: Arquivo particular Durval Machado de Lima